



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

CAMILA GONÇALVES RIBEIRO

**ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO
MARANHÃO**

SÃO LUÍS-MA

2020

CAMILA GONÇALVES RIBEIRO

**ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO
MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Scripto
Sensu* em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão –
UFMA para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Pollianna Galvão

SÃO LUÍS-MA

2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ribeiro, Camila Gonçalves.

Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão / Camila Gonçalves Ribeiro. - 2020. 182 f.

Orientador(a): Pollianna Galvão.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Atuação. 2. Educação Básica no Maranhão. 3. Educação Pública. 4. Formação. 5. Psicologia Escolar. I. Galvão, Pollianna. II. Título.

CAMILA GONÇALVES RIBEIRO

**ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO
MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito final para obtenção de título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Pollianna Galvão

Banca Examinadora

Profa. Dra. Pollianna Galvão
Doutora em Psicologia
Universidade Federal do Maranhão.

Profa. Dra. Claisy Maria Marinho-Araujo
Doutora em Psicologia
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Rosane de Sousa Miranda
Doutora em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Daniel Carvalho de Matos
Doutor em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Da brincadeira de criança à minha formação: professora e psicóloga!

O desejo de cursar o mestrado cresceu junto com a minha folia de menina, que trocou a escola de fantasia pelo chão da fábrica. Sempre admirei aqueles que já tinham vivenciado essa experiência e ouvia o quanto era edificante e desafiador, e a minha trajetória não foi diferente.

Durante essa caminhada tive que superar algumas adversidades que exigiram de mim uma força e perseverança sem igual: fui do luto (o falecimento de minha mãe) à comemoração da vida (a chegada de minha filha Júlia). Mas encontrei pessoas – ou melhor, anjos – que de várias maneiras contribuíram para essa realização, a quem irei agradecer sempre.

Primeiramente, a Deus, que orienta, dá ânimo, esperança e permite o caminhar. Aos professores do mestrado, por partilharem seus conhecimentos e nos auxiliarem na condução do nosso propósito; e, em especial, à minha orientadora, Pollianna Galvão, a quem tenho admiração e respeito desde a graduação. Por defender com garra e afeto, fez-me apaixonar pela Psicologia Escolar auxiliando-me a entender que juntos fazemos a diferença. Obrigada por acreditar em mim e por oportunizar caminhos além dos muros da Universidade.

Aos professores que participaram da minha banca, Profa. Dra. Claisy Marinho-Araujo, Profa. Dra. Rosane Miranda e ao Prof. Dr. Daniel Carvalho de Matos, que contribuíram significativamente para o aprimoramento desta pesquisa, e que venho me espelhando para a construção da minha carreira docente.

Aos colegas de turma do mestrado, em especial à Ana Paula, Lucidalva e Katiuscia, pelas conversas nos corredores e refeições compartilhadas, que deixarão em mim saudades e boas lembranças.

À minha família, em especial ao Paulo, por vestir todas as camisas dos meus sonhos e por me apoiar em absolutamente tudo; à minha sogra, Dona Élide, por toda ajuda e cuidado com nossa família. À Júlia, que, desde o meu ventre, já era uma criança calma, me ajudando a concluir mais essa etapa. À minha mãe (*in memoriam*), que entendia que os meus sonhos foram feitos para voar, e, mesmo sem formação, sempre foi minha maior incentivadora; e ao meu pai, por ter me ensinado o valor do suor do nosso trabalho.

Às “Pupilas da Tia Polli”, Mai e Carlinha, que dividiram os momentos de angústia, incertezas e loucuras. Agradeço pelas leituras, sugestões e momentos de leveza, todos regados a muito vinho e lanches gostosos. À ciência com afeto!

A todos as pessoas que estiveram comigo e àquelas que tampouco sabem o quanto foram significantes nesse processo, respeitando minhas ausências e tempo que foi necessário destinar para conclusão desta etapa.

Meus eternos agradecimentos a todos!

E vamos que vamos!

“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que fez tua rosa tão importante”
Antoine de Saint-Exupéry, autor de “O Pequeno Príncipe”.

RESUMO

No Brasil e no Maranhão, são muitos desafios enfrentados pelos psicólogos escolares na desconstrução de concepções que associam sua atuação a práticas individualizantes acerca do desenvolvimento humano. A compreensão equivocada sobre o desenvolvimento humano mobilizou psicólogos a questionarem explicações biologizantes psicologizantes sobre o processo de ensino e aprendizagem, o que fundamentou a construção de intervenções dialéticas e coletivas a partir do compromisso ético e político assumido pela Psicologia Escolar crítica frente às questões educacionais. Assim, este trabalho constituiu-se a partir de discussões referentes à formação e atuação de psicólogos escolares maranhenses com o intuito de conhecer as ações e concepções teórico-metodológicas que fundamentam a prática psicológica na rede pública de ensino do estado. Para isso, foram delineados os objetivos específicos de (a) analisar as ações já desenvolvidas por psicólogos escolares e aquelas em potencial para atuação; (b) identificar as concepções teórico-metodológicas que fundamentam a atuação em Psicologia Escolar; (c) caracterizar as diretrizes e orientações educacionais das políticas públicas de Educação no Maranhão; (d) elaborar uma proposta de atuação em Psicologia Escolar para atuação na rede pública de ensino. O estudo baseou-se na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Histórico-Cultural do desenvolvimento humano e na literatura da Psicologia Escolar crítica que nortearam a elaboração dos instrumentos, análise das informações e a proposta de atuação desta pesquisa. A construção das informações ocorreu por meio de três procedimentos: a) aplicação de questionário sociodemográfico para caracterização dos participantes; b) realização de entrevista virtual; c) análise documental, a partir de dois eixos temáticos: formação e atuação. Na primeira etapa da pesquisa foram identificados 36 psicólogos, dos quais sete se disponibilizaram a participar da segunda etapa, a entrevista virtual. Constatou-se que a participação dos psicólogos na rede pública de ensino do Maranhão tem ressignificado as concepções de ensino, aprendizagem e desenvolvimento a partir de práticas institucionais, preventivas e colaborativas entre a comunidade escolar. Contudo, ainda é necessário expandir a participação destes profissionais nos contextos educacionais elucidando seu papel, função e atividades sob uma perspectiva crítica e contemporânea sobre o desenvolvimento humano. Com a terceira etapa, que envolveu a análise documental, foi possível concluir que é necessária uma maior aproximação dos psicólogos que atuam na Educação para discutir e construir diretrizes acerca da especificidade do trabalho nos contextos educativos para orientar psicólogos em processo de formação inicial e continuada com base nas discussões da literatura contemporânea e da realidade vivenciada. O trabalho proporcionou reflexões sobre a prática da Psicologia Escolar no Maranhão ao permitir conhecer as atividades e concepções desenvolvidas no campo pesquisado e possibilitou a construção de uma proposta de atuação para os psicólogos escolares no estado com a intenção de contribuir para a consolidação de novas formas de intervenção na rede pública de educação. Como desdobramento desta investigação, espera-se que os conhecimentos construídos orientem novos caminhos acerca da formação e atuação que vêm sendo desenvolvidas para oportunizar a inovação de estratégias transformadoras da realidade regional ancoradas numa perspectiva crítica e que atenda às especificidades da educação maranhense.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Atuação; Formação; Educação Pública; Educação Básica; Maranhão.

ABSTRACT

Many have been the challenges faced by School Psychologists in the deconstruction of traditional concepts that associate the individualizing practice about human development. The misunderstanding about the teaching and learning process mobilized Psychologists to fight to face the biological explanations for the construction of dialectical and collective practices based on the ethical and political commitment assumed by Critical School Psychology regarding educational issues. Thus, this work is based on discussions regarding the training and performance of school psychologists in Maranhão with the objective of knowing the theoretical-methodological actions and concepts that substantiate psychological practice in the public school system. The study was based on the theoretical-methodological perspective of Historical-Cultural Psychology and on the discussions undertaken in the field of Critical School Psychology that guided the construction of the instruments, the intervention proposal and information analysis. The construction of the information occurred through three procedures: a) application of a sociodemographic questionnaire to characterize the participants; b) accomplishment of a virtual interview; c) documentary analysis, based on two thematic axes: training and performance. In the first stage of the research, 36 psychologists responded to the Sociodemographic Questionnaire, only 7 were available to participate in the second stage, the virtual interview. It was determined that the participation of psychologists in the public school system of Maranhão has resignified the conceptions of teaching, learning and development from institutional, preventive and collaborative practices among the school community, however it is still necessary to expand the participation of these professionals in the educational context elucidating their role, function and activities in a critical and broad perspective on human development. With the third stage, which involved documentary analysis, it was possible to conclude that it is necessary to bring psychologists working in Education closer together to discuss and build guidelines about the specificity of work in educational contexts to guide psychologists in the process of initial and continuing training with based on discussions of contemporary literature and the reality experienced. The work provided reflections on the practice of School Psychology in Maranhão by allowing to know the activities and conceptions developed in the researched field and enabled the construction of a proposal of action for school psychologists in the state with the intention of contributing to the consolidation of new forms of education. intervention in the public education network. As a result of this investigation, it is expected that the knowledge built will guide new paths regarding training and performance that have been developed to provide opportunities for innovating strategies that transform the regional reality anchored in a critical perspective and that meets the specificities of Maranhão education.

Keywords: School Psychology; Performance; Formation; Public education; Basic education; Maranhão.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Produções científicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas	35
Tabela 2 - Produções científicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília (UnB).....	40
Tabela 3 - Produções científicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).....	50
Tabela 4 - Produções científicas desenvolvidas no curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	52
Tabela 5 - Produções científicas desenvolvidas no curso de graduação em Psicologia da Universidade Ceuma (UNICEUMA)	53
Tabela 6 - Cursos de Psicologia no Maranhão	63
Tabela 7 - Trabalhos apresentados em eventos científicos do Instituto de Psicologia da UnB	71
Tabela 8 - Síntese do planejamento da pesquisa	95
Tabela 9 – Características sociodemográficas dos participantes.....	103

LISTA DE FIGURA

Figura I - Contextos de atuação dos psicólogos escolares.....	80
Figura II - Atuação do psicólogo escolar em outros contextos	81
Figura III - Vínculo institucional dos psicólogos escolares	83
Figura IV - Vinculação Institucional dos psicólogos escolares.....	86
Figura V- Instituição de origem dos psicólogos escolares	87
Figura VI - Concurso público no município de Imperatriz/MA.....	123
Figura VII - Descrição das atividades do Psicopedagogo no edital do concurso de Imperatriz/MA.....	126
Figura VIII - Descrição sumária das atribuições do cargo de Psicólogo no concurso público do município de Imperatriz/MA	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Município de atuação do psicólogo escolar no Maranhão.....	104
Gráfico II - Natureza institucional do psicólogo escolar	105
Gráfico III - Natureza da IES de formação do psicólogo escolar.....	108
Gráfico IV - Tempo de formação do psicólogo escolar	110
Gráfico V - Disciplinas na área de Psicologia Escolar.....	111
Gráfico VI - Estágio em Psicologia Escolar	114
Gráfico VII - Participação em eventos na área da Psicologia Escolar	116
Gráfico VIII - Formação complementar em Psicologia Escolar.	117
Gráfico IX - Segmentos da Educação Básica de atuação	120
Gráfico X - Atuação com outros Psicólogos Escolares	121
Gráfico XI - Documento orientador da prática profissional.....	124
Gráfico XII - Base teórica da Psicologia que os profissionais utilizam na atuação	132
Gráfico XIII - Formação em serviço (Participação em capacitação oferecida pela rede de ensino para psicólogo que atua no contexto educacional).	136
Gráfico XIV - Dificuldades encontradas pelo psicólogo escolar em sua prática profissional	137
Gráfico XV - Ações desenvolvidas na Educação Básica (sempre realizado ou realizado com frequência).....	140
Gráfico XVI - Ações desenvolvidas na Educação Básica (pouco realizado ou nunca realizado)	145

LISTA DE SIGLAS

ABA – Applied Behavior Analysis

ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABRAPEE – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia

CEUMA – Centro de Ensino Universitário do Maranhão

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhos em Educação

COLUN – Colégio Universitário

CRP - MA – Conselho Regional de Psicologia do Maranhão

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

EEAA - Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

ENEM _ Exame Nacional do Ensino Médio

FENPB - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia

FENAPIS – Federação Nacional dos Psicólogos

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

GT – Grupo de trabalho

IDEB – Índice de Desempenho da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEMA -Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

IES – Instituto de Ensino Superior

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MI – Mapeamento Institucional

NEPEMA – Núcleo de Estudos em Psicologia na Educação do Maranhão

OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEDUC – Secretaria de Educação do Estado
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
OP – Orientações Pedagógicas
PEC – Proposta de Ementa à Constituição
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
PEE/MA – Plano Estadual de Educação do Maranhão
PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PL – Projeto de Lei
PLN – Plano Nacional de Educação
PsiNaed – Comissão de Psicologia na Educação
PPGPSI - Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PUC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SBP – Sociedade Brasileira de Psicologia
SEE/DF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TEA - Transtorno do Espectro Autista
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEMASUL – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UEB – Unidade de Educação Básica
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UnB – Universidade de Brasília
UNICEUMA – Universidade Ceuma

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
2. PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL: transformações e perspectivas	25
2.1 Psicologia Escolar: o movimento de crítica e desdobramentos à atuação na rede pública de ensino.....	32
3. Psicologia Escolar no Maranhão: história, cenário e desafios atuais.	60
3.1 Psicologia Escolar e legislação no cenário maranhense	74
3.2 Psicologia Escolar e atuação profissional na rede pública de ensino no Maranhão ..	77
4. QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS DO ESTUDO	89
4. 1 Objetivos.....	89
4.1.1 Objetivo Geral	89
4.1.2 Objetivos específicos.....	90
5. METODOLOGIA.....	90
5.1 Pressupostos epistemológicos e metodológicos do estudo	90
5.2 Procedimentos.....	93
5.3 Contexto da pesquisa.....	98
5.4 Participantes.....	103
5.5 Procedimento para análise das informações:.....	105
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	107
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICE A– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	172
APÊNDICE B–CARTA DE ACEITAÇÃO INSTITUCIONAL	174
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	176
APÊNDICE D – ANÁLISE DOCUMENTAL	180
APÊNDICE D- ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA.....	181

ANEXOS.....	182
--------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), cujo objetivo visou analisar as práticas desenvolvidas por psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão, sob a orientação da Profa. Dra. Pollianna Galvão.

O interesse acerca desta temática partiu da minha vivência profissional como Técnica de Acompanhamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED), função que exerço devido à minha primeira formação em Pedagogia. Nesta caminhada profissional, vivenciei momentos de angústia por parte de toda a equipe pedagógica em relação aos aspectos educacionais e psicológicos que circundam o processo de ensino-aprendizagem e da formação humana nas escolas públicas maranhenses. Paralelamente, histórias exitosas são experienciadas em nossa região, mas em situações circunstancializadas por atores da escola que, intuitivamente, persistem em superar as diversas formas de exclusão, violência, fome enfrentadas em muitas de nossas escolas públicas. São espaços de fortes contradições, de rachaduras a essas mesmas manifestações, apresentando muitíssimas oportunidades de superação, desenvolvimento, resistência e sucesso! (MARINHO-ARAÚJO, 2015; 2016).

Em razão da necessidade de acompanhar e potencializar ações que pudessem fortalecer a minha prática pedagógica, iniciei a minha segunda formação, em Psicologia, no ano de 2010. Desde o início do curso privilegiei experiências na minha trajetória acadêmica em áreas de interface entre a Psicologia e a Educação, buscando alinhar meus projetos pessoais e profissionais para além dos muros da Universidade, com a perspectiva de ampliar minha formação à luz de conhecimentos críticos para a construção de uma atuação emancipatória e contextualizadora no meu contexto de trabalho.

A partir da minha atuação na Secretaria Municipal de Educação de São Luís, observei uma grande solicitação da presença do psicólogo nas escolas para atendimento clínico, na tentativa de entender e auxiliar estudantes no processo de escolarização e no ajustamento comportamental. Essa vivência me provocou inquietações e dúvidas em relação à identidade assumida pelo psicólogo escolar, pois as demandas oriundas das escolas não compactuavam com o disseminado pela literatura contemporânea, já que estavam associadas a um viés adaptacionista, fortemente questionado pela Psicologia Escolar crítica, o que vem sendo amplamente divulgado nos livros do Grupo de Trabalho de Psicologia Escolar e Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) que, desde

1994, vem proporcionando discussões sobre pesquisa, política e formação na área de Psicologia Escolar.

Ainda na graduação, tive a oportunidade de participar de eventos relacionados à Psicologia Escolar e da Comissão de Psicologia Na Educação (PsiNaed)¹ do Conselho Regional de Psicologia no Maranhão (CRP-MA), que promoviam reflexões e discussões sobre as ações da Psicologia no campo educacional, me motivando a buscar novos horizontes. Assim, no ano de 2018 ingressei no Programa de Mestrado Acadêmico em Psicologia na UFMA, na linha de pesquisa História, Epistemologia e Fenômenos Psicológicos, voltada à área da Psicologia Escolar, na intencionalidade de aprofundar minhas discussões nesta área. Paralelamente, participei do Grupo de Pesquisa vinculado ao Núcleo de Estudos em Psicologia na Educação do Maranhão (NEPEMA), composto por professores doutores, mestres e estudantes de Psicologia que se integram na intenção maior de conhecer a realidade educacional maranhense, suas demandas, avanços e desafios, promovendo debates, reflexões e atuações da Psicologia Escolar no Maranhão (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

Comprometida com o cenário político e social frente às demandas da educação no estado, sobretudo, aquelas relacionadas às atuações emancipatórias nas escolas públicas, faz-se a defesa pela inserção e ampliação dos serviços da Psicologia na Educação por compreender que a escola é um ambiente complexo e envolve inúmeras realidades, onde vivenciamos diferentes histórias, valores, filosofias e ideias de si e do mundo. Assim, me filio a autores da Psicologia Escolar que vêm defendendo que a escola é instrumento de governo para a diminuição das desigualdades sociais por ampliar as possibilidades dos sujeitos se desenvolverem por meio dos processos de aprendizagem empreendidos por ela (NUNES, 2016; MARINHO-ARAUJO, 2015; GUZZO, 2019; GUZZO; RIBEIRO, 2019; CACAU, 2019). No cenário local, questiono-me sobre o que a escola tem feito na tentativa de diminuir as desigualdades sociais e de que forma, os atores escolares vem problematizando as relações para oportunizar uma escola mais igualitária, justa e alicerçada no protagonismo social, uma vez que as interações e ações pedagógicas em contextos coletivos favorecem processos de conscientização e de transformação da realidade. Ciente das dificuldades enfrentados pelo sistema educacional no Maranhão, mais especificamente na rede pública de ensino, possibilitar uma atuação crítica é permitir criar e pensar em novas intervenções que sejam comprometidas e que gerem a tomada de consciência de todos que se encontram implicados no processo.

¹ O PsiNaed é uma iniciativa da Comissão de Psicologia Na Educação do Conselho Federal de Psicologia. A ênfase na escrita com iniciais maiúsculas tem o objetivo de dar visibilidade à área da Psicologia no campo da Educação que foi liderada pela Profa. Dra. Raquel Guzzo.

Ante à minha trajetória acadêmica e profissional, a escolha por este objeto de estudo se fortaleceu por três fatores principais: primeiro, pela existência de políticas educacionais regionais, tais como o Plano Estadual de Educação (PEE/MA 2014 -2024) e os Planos Municipais de Educação das cidades do Maranhão que apresentam um conjunto de medidas para implementação de uma Educação que se comprometa com a transformação da realidade local, e pelas quais mencionam o psicólogo em equipes multidisciplinares para garantir o aumento da qualidade da educação pública maranhense, qual seja a esfera estadual ou municipal. É importante reconhecer a relevância da menção dos psicólogos nessas políticas educacionais; contudo, há de se defender que esse psicólogo tenha o perfil de psicólogo escolar e pertença ao quadro funcional da escola, o que, em nossa realidade, é um entendimento ainda pouco conhecido entre os atores do poder executivo

A segunda razão que fortaleceu o meu interesse pela pesquisa é que, apesar das políticas locais e nacional, ainda é modesta a participação de psicólogos escolares no Maranhão na rede pública de ensino. A Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar, por exemplo, informa que o quantitativo de psicólogos ativos é de, no máximo, um profissional para atender dois seguimentos da educação básica: educação infantil e ensino fundamental. Além disso, destaca que o psicólogo deve atender às modalidades de ensino educação especial, educação no campo e educação de jovens e adultos, conforme é orientado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 9.394/96 (PAÇO DO LUMIAR, 2018).

Entretanto, recentes estudos locais apontam para projeções de inserção, participação e atuação do psicólogo escolar, principalmente pelo panorama dinâmico vivenciado pela escola em relação aos aspectos sociais, políticos e econômicos (GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2018; BALDEZ, 2020). Essa constatação gera novas preocupações, principalmente acerca da formação ofertada em nosso estado, o que nos leva a questionar se o conhecimento proporcionado pelas IES maranhenses tem orientado a construção de matrizes curriculares na literatura científica contemporânea da Psicologia Escolar para garantir uma atuação crítica destes futuros profissionais. A formação e atuação dos psicólogos vêm se ampliando em todo o estado, em especial na capital maranhense, com a oferta de cursos de graduação em Psicologia e Pós-Graduação *Lato Sensu* específicas que somam-se ao cenário de propostas formativas correlatas a área da Psicologia Escolar. Essa realidade se estende aos demais municípios, principalmente aqueles que possuem atividade econômica ativa e diversa, caráter que amplia as questões sociais e educacionais da cidade. Tal contexto reforça o argumento de que é necessário problematizar as conquistas políticas e educacionais no intuito de convidar a categoria a assumir

esse local de trabalho, com ampla defesa sobre o perfil de psicólogo escolar comprometido com a sua formação permanente.

Por fim, reconhece-se que a literatura em Psicologia Escolar, embora amplamente disseminada em uma perspectiva internacional e nacional, ainda é modesta na realidade local devido às características históricas da formação em Psicologia no estado. A ampliação da Psicologia Escolar no Maranhão deu-se nas últimas duas décadas com o retorno de professores e pesquisadores que necessitaram buscar formação acadêmica em outras unidades federativas para atuarem na docência do ensino superior. Esses profissionais têm contribuído com a produção de conhecimento na área por meio de uma diversidade de temas que ampliam as possibilidades de atuação diante das complexas configurações institucionais da Educação maranhense. Por meio desses estudos, observa-se a importância de valorizar as pesquisas locais que possam fundamentar teórico-metodologicamente a atuação do psicólogo escolar visando desdobramentos férteis em nosso estado (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009; SOARES, 2008; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2015; MELO, 2016; CARVALHO; MATOS; GALVÃO, 2017; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; DURANS, 2018; AMORIM, 2019; BALDEZ, 2020).

A Psicologia Escolar no Brasil e no Maranhão vem construindo uma história de lutas e movimentos a favor da transformação social a partir da realização de ações institucionais e coletivas comprometidas com o protagonismo social nos espaços educativos, ampliando-se as discussões acerca das possibilidades de atuação, intervenção e pesquisa na Educação Básica e outros espaços que se comprometem com o desenvolvimento humano pela Educação. Instituições de Ensino Superior, cursinhos de pré-vestibular, Organizações Não Governamentais (ONGs), abrigos, escolas de idiomas, consultoria em educação entre outros confirmam o reconhecimento social e científico ao colaborar com processos de desenvolvimento humano nos espaços de educação (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010; MARTÍNEZ, 2010; BARBOSA; SOUZA, 2012; CAVALCANTE; AQUINO, 2013; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2010, 2014; MOREIRA; GUZZO, 2014; SANT'ANA; GUZZO, 2014; LIBÂNEO, 2015; NUNES, 2016; GUZZO; MOREIRA, 2016; SILVA; MARINHO-ARAUJO, 2016; POSSATO; MARINHO-ARAUJO, 2017; MARINHO-ARAUJO, 2009; 2010; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; NEVES, 2017; BRAZ-AQUINO et al., 2018; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; GUZZO et al., 2019; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019; POSSATTO, 2019; CACAU, 2019; PAULA, 2019).

Em meio ao cenário de ampliação e fortalecimento, o Maranhão que se apresenta à atuação do psicólogo no campo da educação é desafiador em questões geográficas, políticas e

econômicas. Trata-se do oitavo maior estado brasileiro e o segundo maior do Nordeste em extensão territorial, com uma área de 331.937,450 km² distribuídos entre 217 municípios, com limites territórios entre os estados do Pará, Tocantins e Piauí. Possui duas regiões metropolitanas formadas por municípios que apresentam as maiores densidades populacionais, a saber: São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar; e a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, formada por oito municípios da Mesorregião Oeste maranhense: Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene (IBGE, 2017).

Os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sinalizam para uma média de 0,645 com base nos indicadores de educação, saúde e renda, configurando-se como um dos estados mais pobres do País. Em relação à Educação Básica, possui cerca de 12.651 unidades de ensino, distribuídas entre escolas públicas, privadas, filantrópicas e comunitárias que atendem desde à educação infantil até ensino médio e suas modalidades de ensino: educação especial, educação de jovens e adultos, educação quilombola, educação indígena e educação do campo (SEDUC, 2017; 2019; GALVÃO, 2019; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

De acordo com o Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB), o Maranhão apresenta um dos piores indicadores educacionais do País, concentrando déficits que precisam ser devidamente enfrentados por meio de políticas públicas locais potencializadoras de práticas e ações direcionadas para formação continuada de professores e gestores, ações institucionais preventivas e otimização das mediações pedagógicas em uma perspectiva crítica para elevação da qualidade do ensino (IBGE, 2017). Este cenário constitui-se a partir de uma conjuntura política histórica marcada pelo domínio de oligarquias familiares que governaram o Maranhão por mais de 30 décadas, por meio de uma gestão onde as políticas empreendidas não alcançavam as demandas locais, como a questão do salário do professor, implicando na precariedade do ensino, ausência de estruturação das escolas e desvalorização profissional (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009; SOUZA; LIMA, 2012).

Apesar de possuir indicadores que o classifica como um dos mais baixos em comparação aos outros estados, o Maranhão nos últimos seis anos, a partir da gestão do atual governador Flávio Dino (2014-2018 e 2019-2020) tem vivenciado investimentos econômicos, em especial na educação, com a implementação de propostas e políticas de enfrentamento à gestão e financiamento da educação pública (SOUZA; LIMA, 2012; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018). Observou-se o desenvolvimento de metas de governo para a Educação pautadas em

políticas sociais com adoção de perspectivas democratizantes e inclusivas que têm o objetivo de ampliar os indicadores educacionais, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

Em 02 de janeiro de 2015 instituiu-se o Decreto nº 30.620 nomeado de Programa Escola Digna que tinha, inicialmente, o objetivo de substituir as escolas de taipa, barro e palha por estruturas de alvenaria (SEDUC, 2017; 2019). O mapeamento realizado por escolas que possuíam essas condições inadequadas proporcionou o acesso à informações acerca do transporte escolar, necessidades educacionais, qualificação profissional de gestores e professores entre outros, desafiando o atual governo a ampliar suas medidas de intervenção na educação maranhense (SEDUC, 2019). Assim, no dia 11 de março de 2019 institui-se o Pacto pela Aprendizagem por meio do Decreto nº 34.649, alicerçado em quatro eixos norteadores: (a) garantir que todos os estudantes do território maranhense estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, na idade certa; (b) reduzir a distorção idade-série; (c) elevar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); (d) contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos profissionais da Educação, evidenciando o compromisso com o estabelecimento de metas e objetivos mais específicos à política educacional (SEDUC, 2017; 2019).

A educação no governo do Flávio Dino tem apresentado mudanças significativas, como a criação do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) que oferece, em turno integral, cursos técnicos e profissionalizantes para alunos do Ensino Médio, e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), por meio do programa de regionalização de universidades, visando autonomia administrativa dos polos e ampliação ao acesso a universidade pública no estado (SEDUC, 2019). No último IDEB realizado pelo Ministério da Educação (MEC), o Maranhão conseguiu alcançar a meta estipulada apenas no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, atingindo 5,0 enquanto o índice esperado era de 3,8; em relação ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º o estado teve um crescimento de 0,3 em comparação com a nota de 2017 alcançado 4,2, ficando abaixo na média esperada que era 4,8; no Ensino Médio, o estado também não alcançou a meta estipulada para 2019, que era 4,3, obtendo o rendimento de 3,8, sendo dos nove estados que ficou abaixo da média nacional (SEDUC, 2019).

Essa realidade expõe a situação de milhares de estudantes que, em sua maioria, tem na instituição escolar, a oportunidade de acesso ao conhecimento, desenvolvimento e, até mesmo, à alimentação. A escola é o meio, muitas vezes, único que oportuniza a superação de uma vivência nas camadas populares pautada na miséria e de condições mínimas de uma vida digna. Defende-se que a comunidade escolar deve ser politizada para reunir esforços na condição de

cumprir com o papel que lhe é específico na formação social dos alunos e o psicólogo escolar pode colaborar nessa direção (GUZZO, 2003; MARINHO-ARAUJO; CAVALCANTE; 2019). É a partir desse contexto regional, somado ao cenário das políticas educacionais atuais, que se observa uma crescente demanda pelo serviço da Psicologia no campo educacional, o que tem proporcionado avanços na área. Contudo, a história da formação de psicólogos é recente, especialmente no setor público, onde encontramos depoimentos de psicólogos que registram a sua inserção no campo educacional entre os anos 1997 e 2008 através de concurso para atuarem na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e na Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) (MIRANDA, 2019).

No Maranhão, os primeiros cursos na área surgiram na década de 1990 e, somente nos anos 2000, iniciou-se a sua expansão devido a políticas educacionais de financiamento estudantil, responsáveis por oportunizar o ingresso de pessoas com baixo poder econômico. Paralelamente à ampliação dos cursos de Psicologia no estado, houve o retorno de profissionais e professores da Psicologia que, pela ausência de formação específica na área em níveis de *Lato Sensu* e *Scripto Sensu*, necessitaram buscar formação acadêmica fora do estado. Com esse retorno, assistiu-se uma crescente retomada de discussões em diversas áreas, e em específico na Psicologia Escolar, que tem se expandido e conquistado espaços na articulação e integração de saberes e práticas na ressignificação dos fenômenos escolares (MARTÍNEZ, 2017; GALVÃO; CARVALHO; MATOS, 2017; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; BALDEZ, 2020).

Acompanhando a expansão dos cursos de Psicologia, a retomada de profissionais e os novos contextos de atuação, a Psicologia Escolar no Maranhão tem assumido uma trajetória própria e desafiadora por compreender que intervenção psicológica pode colaborar para uma prática educativa mais produtiva para a formação dos alunos, das competências e características necessárias para o desempenho criativo dos seus processos educacionais e sociais. Soma-se a este cenário, as atividades desenvolvidas pelo Conselho Regional de Psicologia junto a Comissão de Psicologia da Educação na organização de ações políticas, produções técnicas e eventos científicos para disseminação de práticas, pesquisas, intervenções consolidadas por profissionais no estado.

Vale destacar que os eventos realizados de 2008 a 2020 vêm abordando diversas temáticas, entre as quais pode-se destacar: inclusão escolar; produção científica, formação, atuação e prática do psicólogo escolar, ampliando os espaços de ação da Psicologia Escolar. Tais eventos vêm permitindo a construção de novas possibilidades de atuação frente às demandas que vão surgindo diante das mudanças políticas, econômicas e sociais específicas da

região (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018). Outro marco importante para a Psicologia Escolar no Maranhão está associado à educação profissional e tecnológica do sistema educacional brasileiro, que tem o objetivo de preparar jovens para atender às demandas do mercado de trabalho industrial e comercial, em nível médio e superior. Acompanhando as mudanças estruturais e institucionais das políticas educacionais no país, o Maranhão atualmente possui 29 campi do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) que ofertam as seguintes atividades educacionais: cursos técnicos, técnicos integrados ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações à nível de *Lato Sensu* e *Scripto Sensu* (ALVES, 2019).

Diante do exposto, afirma-se que esta pesquisa analisou a atuação do psicólogo escolar do Maranhão, apresentando relevância social e científica por investir no desenvolvimento de estudos específicos acerca do trabalho realizado por profissionais desta área na intenção de contribuir, como desdobramento, para a construção de um perfil profissional que dialogue com as necessidades e características do contexto educacional. A partir dos resultados apresentados nesta pesquisa, foi construída uma proposta de atuação para os psicólogos que atuam na rede pública de ensino, com o propósito de fornecer diretrizes para a sistematização de práticas pautadas em uma Psicologia Escolar crítica comprometida com as características da educação local.

Essa investigação foi fundamentada teórica e metodologicamente na literatura contemporânea em Psicologia Escolar crítica (MARTÍNEZ, 2010; CAVALCANTE; AQUINO, 2013; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2014; MOREIRA; GUZZO, 2014; SANT'ANA; GUZZO, 2014; LIBÂNEO, 2015; SILVA, 2015; NUNES, 2016; GUZZO; MOREIRA, 2016; MARINHO-ARAUJO; 2010; 2014; 2016; NEVES, 2017; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; GUZZO et al., 2019; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019; CACAU, 2019; POSSATTO, 2019; POSSATTO; MARINHO-ARAUJO, 2019; PAULA, 2019), e na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano (VYGOSTKY, 2003, 2004, 2013; 2014).

A dissertação foi organizada em seis capítulos. O primeiro é dedicado à realização de um levantamento das discussões e produções científicas contemporâneas na área da Psicologia Escolar crítica, permitindo refletir sobre o que vem sendo produzido nos últimos dez anos acerca das práticas em Psicologia Escolar, em especial, na rede pública de ensino da Educação Básica. O segundo capítulo discorre sobre a trajetória histórica da Psicologia Escolar no Maranhão, destacando os caminhos percorridos em relação à inserção, formação e atuação do psicólogo escolar frente às demandas educacionais. O terceiro capítulo traz os pressupostos

teórico-epistemológicos da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano que norteiam esta investigação. O quarto capítulo contém os caminhos metodológicos eleitos, explicitando os objetivos, contextos, participantes, instrumentos do estudo, procedimentos de construção e análise das informações. O quinto capítulo é dedicado à apresentação e discussão dos resultados que foram derivados das informações construídas. O último capítulo tece as considerações finais, evidenciando os objetivos alcançados, as limitações encontradas no desenvolvimento do estudo e os desdobramentos dos resultados que culminaram com a elaboração de uma proposta de atuação em Psicologia Escolar na rede pública. Ao final do trabalho, são relacionados as referências, apêndices e os anexos.

2. PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL: transformações e perspectivas

A história da Psicologia no Brasil teve início entre o período de transição do século XIX para o século XX, a partir das discussões e pesquisas na área da medicina e pedagogia, permitindo a construção desse novo campo em nosso país. Associada ao caráter clínico e terapêutico das intervenções relacionadas às capacidades mentais elementares com base nos saberes oriundos da medicina, a Psicologia foi convidada a adentrar o universo escolar para conceder soluções referentes aos problemas de aprendizagem e comportamento, o que comprometia as ações no campo pedagógico (ANTUNES, 2008; BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010; GUZZO, 2012).

Naquele período, o serviço de atendimento psicológico aos alunos era pautado em fundamentações epistemológicas que defendiam o ajustamento escolar e social dos sujeitos. Na época, essa proposta de atuação da Psicologia norteou ações com tendências psicométricas e experimentais ao responsabilizar apenas o aluno por seu fracasso escolar e desconsiderar os aspectos educacionais, sociais e econômicos, validando, assim, concepções deterministas sobre desenvolvimento humano com ênfase na patologização do aprender, na qual predominava uma compreensão classificatória de caráter remediativo sobre os sujeitos (ANTUNES, 2008; MARINHO-ARAUJO, 2010; GUZZO, 2012).

Essas tendências ocorreram durante as décadas de 1960 e 1970, disseminando um modelo de atuação com enfoque adaptativo ao tratamento dos problemas de escolares. A Psicologia Escolar assumia, assim, práticas reducionistas, ao camuflarem questões sociais e econômicas do sistema educacional brasileiro. Por isso mesmo, não conseguiu fornecer respostas ou explicações plausíveis sobre o fracasso escolar e tão pouco modificar a realidade dos estudantes (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010).

A partir da década de 1980, a Psicologia Escolar iniciou um movimento de ressignificação da sua própria prática, apropriando-se de referenciais teóricos que reconheciam os aspectos históricos e culturais do sujeito constituídos à luz de concepções alicerçadas nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Essas inquietações acerca da atuação profissional permitiram a ampliação de inúmeros debates sobre o trabalho da Psicologia Escolar. Esse movimento de reflexão sobre a identidade profissional possibilitou conquistas para área, culminando na construção de uma Psicologia com ressignificações epistemológicas, teóricas e metodológicas (MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2014; MARINHO-ARAUJO, 2016).

Pautados em discussões mais ampliadas e menos deterministas sobre os aspectos cognitivos, afetivos e sociais do processo de ensino e aprendizagem, os psicólogos escolares começaram a questionar-se sobre o fazer psicológico e sua real contribuição para o contexto educacional, ao reconhecer que as dificuldades ou problemas de escolarização não estão centradas no aluno, mas manifestam-se nele por meio da organização cultural das sociedades (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010). Assim, emergiu uma leitura crítica em Psicologia Escolar que vem propondo reflexões acerca dos contextos educativos a partir de atuações institucionais comprometidas com a transformação social por meio dos atores da comunidade escolar, redirecionando sua atuação profissional para processos de intervenção preventiva e relacional, a partir da tomada de consciência coletiva e institucional acerca do desenvolvimento humano (MARTÍNEZ, 2010; GUZZO; MEZALIRA, 2011; GUZZO, 2012; POSSATTO; MARTÍNEZ, 2013; MARINHO-ARAUJO, 2014; 2016; POSSATTO; MARINHO-ARAUJO, 2019; CACAU, 2019).

Os avanços na discussão sobre os contextos educativos e os sujeitos alcança maior destaque com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) na década de 1990 que possibilitou discussões e divulgação sobre a identidade do psicólogo escolar a partir da compreensão de que o processo de escolarização possui raízes sociais e históricas construídas em meio às injustiças sociais, ampliou-se a luta pela defesa da escola como um direito de todos, que deve proporcionar práticas educativas conscientizadoras a favor da transformação e do protagonismo social. A Psicologia Escolar crítica não coaduna com a produção de processos psicologizantes e universais, à medida que propõe a articulação com as diferentes dimensões da vida, pautada na ideia de que os sujeitos carregam consigo questões pessoais e sociais que podem interferir no processo escolar, questionando o ciclo da manutenção das desigualdades socioeconômicas ao se comprometer com uma sociedade que legitima uma luta mais justa e igualitária em prol dos direitos sociais e humanos (BARBOSA;

MARINHO-ARAUJO, 2010; COSTACURTA, 2017; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019).

A escola desempenha um papel que vai para além da transmissão de conteúdo, pois tem como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade, sendo entendida como um instrumento de mudança e mobilização social, o que afirma a necessidade da inserção, nesse espaço, da Psicologia (GUZZO, 2019). Na direção de uma educação emancipatória, a Psicologia Escolar Crítica defende que a escola é um espaço democrático e privilegiado de produção de sentidos e significados compartilhados por meio uma relação dialética entre o sujeito e a realidade. Firmada na compreensão de que o fracasso escolar não se encontra apoiado somente em causas individuais, mas possui implicações sociais construídas através de relações históricas e culturais, propõe ações potencializadoras dos sujeitos para tomada de consciência acerca do desenvolvimento individual e coletivo, oportunizando ações e reflexões que invistam nas transformações sociais a partir do protagonismo dos próprios indivíduos (MARINHO-ARAUJO, 2003, 2014; 2015; 2016; MARTÍNEZ, 2009; 2010; NUNES, 2016).

Para tanto, a Psicologia Escolar crítica apoia um modelo de atuação preventiva e relacional fundamentada em práticas educativas sociais que contemplem a instituição escolar como um todo, a partir de ações interativas e cooperativas que tornem possível a produção de novas experiências que potencializem os processos de aprendizagem e desenvolvimento (MARINHO-ARAUJO, 2014; 2016). Ao promover a conscientização de papéis, funções e responsabilidades, permite-se novas possibilidades de atuação social que não coadunam com a marginalização imposta pela sociedade excludente e opressora daqueles considerados minorias, por meio de um processo reprodutivo de homem. Assim, a Psicologia Escolar crítica assume um compromisso com todos e para todos, ao promover intervenções que corroboram com o sucesso escolar pela ressignificação de práticas dialéticas a favor da transformação de muitos frente às complexas demandas que permeiam o desenvolvimento humano (MARINHO-ARAUJO, ALMEIDA, 2014; MARINHO-ARAUJO, 2015; POSSATTO, 2019).

O contexto escolar, nesta perspectiva, é permeado por fazeres, crenças e concepções que o tornam dinâmico e diverso, praticados por meio das relações sociais compartilhadas que permitem a ressignificação e a circulação dos sentidos, criando um espaço de interlocução entre todos os envolvidos (MARINHO-ARAUJO, 2016). A atuação do psicólogo escolar neste espaço vem sendo objeto de análise de vários estudiosos da área, que discutem sobre as ações em contextos educativos, convidando esses profissionais a assumirem um posicionamento político face à complexidade do cenário educacional, afirmando o compromisso ético à luz de

uma perspectiva crítica oriunda de um movimento ativo e dialético (MARTÍNEZ, 2010; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2014; MOREIRA; GUZZO, 2014; SANT'ANA; GUZZO, 2014; LIBÂNEO, 2015; SILVA, 2015; NUNES, 2016; GUZZO; MOREIRA, 2016; MARINHO-ARAUJO; 2010; 2014; 2016; NEVES, 2017; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; GUZZO et al., 2019; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019 CACAU, 2019; POSSATTO, 2019; POSSATTO; MARINHO-ARAUJO, 2019; PAULA, 2019).

A partir dos anos 2000 observou-se um avanço nas discussões relacionadas a Psicologia Escolar e as novas possibilidades de intervenção e atuação do psicólogo na escola e em outros contextos educativos ao assumir um posicionamento crítico e político acerca dos aspectos históricos e culturais destes espaços. Este cenário foi impulsionado pelas discussões proporcionadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) que vêm produzindo um intenso diálogo acerca da formação, atuação e intervenção da Psicologia Escolar numa perspectiva crítica por coexistirem currículos que ainda coadunam com uma literatura focada nos problemas de aprendizagem e comportamento. Pesquisas realizadas por Libâneo (2015), Silva (2015), Dugnani (2016), Nunes (2016), Arinelli (2017), Albuquerque (2017), Alexandrino (2017), Cacao (2019), Paula (2019) e Possatto (2019) sinalizam para uma atuação diversificada do psicólogo escolar a partir de propostas de intervenção e atuação que dialoguem com a realidade educacional. Esses autores defendem a atuação do psicólogo dentro da escola pública, conhecendo de perto todas as dificuldades e potencialidades do contexto e colaborando para mudanças e efetivação do trabalho com os diferentes sujeitos escolares. Entretanto, é necessária uma formação teórica e prática sólida que permita o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, para agir com autonomia frente as situações, realinhamento da ação pedagógica, ampliação e compartilhamentos dos saberes psicológicos e intencionalidade nas ações por meio de uma postura crítica e reflexiva acerca dos espaços educacionais (LIBÂNEO, 2015; SILVA, 2015; NUNES, 2016; CACAU, 2019; PAULA, 2019; POSSATTO, 2019).

Entende-se que a Psicologia Escolar enfrenta inúmeros desafios frente às políticas públicas, na intenção de diminuir as desigualdades sociais para formação humana alicerçada em ideais de compromisso ético e político da profissão, o que exige tomada de consciência da complexidade do processo educativo e da instituição escolar. Compreender que as queixas relacionadas às dificuldades de aprendizagem ou de comportamento não provêm apenas do sujeito, é reconhecer a constituição de problemáticas sociais, ideológicas e histórias a partir da a inter-relação do sujeito com o meio (ANDRADA; PETRONI; JESUS; SOUZA, 2018).

Discorrer sobre a atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino é compreender seu papel político e social diante da realidade educacional, cenário de atuação privilegiado que rompe com a perspectiva da Psicologia que exerce uma atividade fundamenta em modelo clínico que tenta justificar o fracasso dos alunos em processo de escolarização sem conhecer, por dentro da escola, as características institucionais. Pertencer a esse contexto permite a ampliação de leituras acerca de uma atuação política do psicólogo escolar, como agente de mudança social comprometido com a emancipação e desenvolvimento dos sujeitos (GUZZO; MOREIRA; MEZZALIRA, 2016; NUNES, 2016; ANDRADA; PETRONI; JESUS; SOUZA, 2018; CACAU, 2019; POSSATTO, 2019; PAULA, 2019).

Para as autoras Cavalcante e Braz Aquino (2019), a entrada desses profissionais nas escolas pode fortalecer ações que promovam tanto a garantia do direito educacional, quanto concepções e práticas comprometidas com a justiça social. Em algumas regiões brasileiras, como o Distrito Federal e Paraíba, a presença e permanência da Psicologia nas escolas é uma realidade marcada por avanços políticos, sociais e educacionais locais, que afirmam a importância do psicólogo nos contextos educacionais desenvolvendo ações junto à comunidade escolar, ampliando os espaços de diálogos sobre os processos de ensino e aprendizagem, sinalizando um desafio na compreensão social do fazer psicológico (NUNES, 2016; BRAZ AQUINO et al., 2018; CACAU, 2019; MARINHO-ARAUJO; CALVACANTE, 2019).

Em âmbito nacional, aprovou-se a Lei n.º 13.935/2019 que dispõe sobre a oferta de profissionais da psicologia e assistência social nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2019). De acordo com as orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a oferta de serviços na área da Psicologia e do Serviço Social possibilitará um atendimento integral aos diversos sujeitos que compõem esses espaços, possibilitando a luta pela garantia dos direitos da comunidade escolar. Entretanto, a Lei perpassou por diversas emendas antes da promulgação, visto que tramitava no Congresso Nacional Brasileiro desde 2000. No ano da sua aprovação, em outubro de 2019, o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou a aprovação dessa Lei, dificultando a construção de uma educação emancipatória no País, alegando impedimentos de ordem técnica, política e, principalmente, econômica. Essa situação mobilizou profissionais e entidades, a exemplo, o CPF, o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia (FENPB) e o CFESS, a manifestarem-se para a conscientização da complexidade que envolve o sistema escolar, e que requer uma equipe multiprofissional para auxiliar no enfrentamento das demandas sociais, rompendo com os processos de mediações alienantes acerca da vida social dos sujeitos que o compõe (CFP, 2020).

A mobilização permitiu momentos de diálogo e debate com os parlamentares, garantindo a sua aprovação no Congresso Nacional e, posteriormente, a derrubada do veto presidencial no PL n.º 3688/2000. A Lei foi publicada no diário oficial no dia 12 de dezembro de 2019 e, em seu art. 2º, estabelece que os sistemas de ensino dispõem de um ano, a partir da data de publicação, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições. Apesar de reconhecermos que sua aprovação é um avanço para a Psicologia Escolar na busca de garantir o direito educacional e social nas instituições brasileiras, é necessário a construção de uma conscientização coletiva para suscitar reflexões sobre o papel do psicólogo, uma vez que a escola pública tem assumido uma função singular no contexto das classes trabalhadoras, adotando um posicionamento democrático e comprometido com a universalidade e qualidade do ensino para todos.

O CFP, o CFESS e outras entidades têm se mobilizado para a implementação dessa Lei, ao apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 15/2015) que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com o objetivo de atender toda a educação básica, em consonância com o já discutido desde o Plano Nacional de Educação (PNE 2000-2010). O FUNDEB tem vigência programada para encerrar no ano de 2020, conforme determina a Emenda Constitucional n.º 53 de 2006, responsável por sua criação. Recentemente, houve a aprovação do FUNDEB que tem novas propostas para a efetivação das políticas públicas educacionais que se constituem como mecanismos de equalização e superação das dificuldades na perspectiva de promoção da justiça social, como a implementação da Lei n.º 13.935/2019, que irá fortalecer a educação básica ao possibilitar novos espaços de trabalho para assistentes sociais e psicólogos (BRASIL, 2018; UNESCO, 2019). O FUNDEB foi aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados, no primeiro por 499 votos e no segundo por 492 votos. Em seguida, foi encaminhando para o Senado, em que teve seu texto final aprovado no dia 25 de agosto de 2019, tornando-se permanente, o que possibilitará mudanças importantes na distribuição de recursos para a educação pública do País (CARREIRA, 2020).

A Lei n.º 13.935/2019 coaduna com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), ao possibilitar a implementação de propostas alicerçadas nos princípios dos direitos humanos, a valorização da diversidade e do exercício da cidadania. Contudo, essa política ainda precisa continuar sendo discutida pela categoria, pois apesar de ser considerado um avanço, a realização dos serviços prestados não direciona para uma atuação dentro das escolas, mas sim na participação da psicologia em equipes multiprofissionais.

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2019).

Compreende-se que a inserção e consolidação de novas políticas públicas geram transformações na sociedade e demarcam um compromisso com as questões mais coletivas, contextualizadas com os fenômenos sociais. Entretanto, é necessária uma perspectiva crítica acerca da elaboração de dispositivos técnicos e legislativos que buscam impulsionar a inserção de profissionais da Psicologia em espaços onde as ações humanas são mediadas por aspectos ideológicos, sociais, culturais e históricos. Ao analisar os incisos dispostos na Lei n.º 13.935/2019, observa-se que embora fique evidente a participação do profissional da psicologia nas equipes multiprofissionais da rede pública de educação, não há menção em que local essa equipe irá atuar diretamente, ocasionando alguns questionamentos: cada escola terá uma equipe multiprofissional? De que forma as equipes multiprofissionais desenvolverão suas atividades? Como os profissionais da psicologia compreendem essa atuação?

Tais argumentos apresentam-se na compreensão de que a Lei em debate não proporciona clareza sobre o local de atuação desse profissional, possibilitando várias interpretações em relação a sua finalidade, o que fortalece o que vem sendo vivenciado em alguns estados, como o Maranhão (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018). O papel do psicólogo pode ser compreendido de diversas formas; entretanto, é necessário ter conhecimento acerca das suas vinculações institucionais, bases epistemológicas, concepções ideológicas e políticas para se entender o caminho percorrido e vislumbrar o que ainda se quer percorrer e defender exigindo um olhar crítico que busca fortalecer o compromisso social da Psicologia (MARTÍN-BARÓ, 1996; COSTACURTA, 2017; MARTINEZ, 2017; BRAZ AQUINO et al., 2018).

A inserção e participação do psicólogo na rede pública de ensino deve-se pautar no compromisso do papel social que a educação exerce para o fortalecimento de uma sociedade democrática que garanta o direito para muitos. Com essa leitura, a atuação do psicólogo escolar deve assumir um caráter ético e político para atender as necessidades do cotidiano institucional e abrir espaços para reflexão coletiva acerca dos processos educacionais, vivenciando novas possibilidades de intervenção, em concordância com as atuais discussões e reflexões da Psicologia Escolar crítica no país (CALVACANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019).

2.1 Psicologia Escolar: o movimento de crítica e desdobramentos à atuação na rede pública de ensino

O desafio assumido pela Psicologia Escolar na contemporaneidade, em especial, na rede pública de ensino, tem sido objeto de estudo por parte de profissionais e pesquisadores em diversas regiões brasileiras, culminando em projetos, propostas e atuações baseadas na perspectiva histórica, social e relacional acerca dos fenômenos escolares. Um amplo grupo de pesquisadores no Brasil (CAVALCANTE; AQUINO, 2013; MOREIRA; GUZZO, 2014; SANT'ANA; GUZZO, 2014; LIBÂNEO, 2015; NUNES, 2016; GUZZO; MOREIRA, 2016; SILVA; MARINHO-ARAUJO, 2016; POSSATTO; MARINHO-ARAUJO, 2017; MARINHO-ARAUJO, 2017; BRAZ-AQUINO et al., 2018; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; GUZZO et al., 2019; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019; POSSATTO, 2019; CACAU, 2019; PAULA, 2019) vem intensificando reflexões e discussões por meio de evidências científicas acerca da atuação e formação do psicólogo escolar na promoção da qualidade dos processos educacionais endossando o movimento de crítica e análise das práticas desenvolvidas por psicólogos em escolas brasileiras. Enfatiza-se que a identidade profissional que a Psicologia Escolar tem assumido favorece atuações dialógicas frente à complexidade do cenário educacional, ao reconhecer a dimensão histórica e o papel das interações sociais na realidade que se intervém (MARINHO-ARAUJO, 2015; CACAU, 2019).

Dada a relevância dessas novas atuações na história da Psicologia Escolar, e com o intuito de analisar as experiências profissionais e pesquisas desenvolvidas na área, foi realizado um levantamento das produções acadêmicas (monografias, relatórios de PIBIC, dissertações e teses) produzidas nos últimos cinco anos (2015/2020) por contemplar produções que são resultados da formação inicial e continuada de pesquisadores da área, uma vez que essas temáticas são categorias de análise desta dissertação. O levantamento ocorreu por meio de buscas nos sites e contato via e-mail e presencial com as coordenações acadêmicas de cinco Instituições de Ensino Superior (IES), a saber: Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC- Campinas), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Ceuma (UNICEUMA). A escolha pelas três primeiras IES citadas justifica-se pela vasta produção na área e pela representatividade de pesquisadores que participam do Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia Escolar e Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), que possui o objetivo de ampliar as discussões sobre formação, atuação, política e

pesquisa na área. Em relação as duas IES maranhenses, a escolha justifica-se por serem as primeiras instituições a ofertarem o curso de Psicologia no estado e pela produção de conhecimento, práticas e reflexões do trabalho do psicólogo escolar nos espaços educativos. Ressalta-se que, as duas IES pesquisadas no Maranhão, não são as únicas que dialogam sobre a Psicologia Escolar, mas apresentam-se como referências para outras regiões do país e no próprio estado.

Nas IES, PUC- CAMPINAS, UnB, UFPB e UFMA para a realização deste levantamento de produções acessou os seguintes sites institucionais: 1) Programa de Pós-Graduação em Psicologia através do endereço eletrônico: www.puc-campinas.edu.br; 2) Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília por meio do site: www.ip.unb.br; 3) Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba na página www.sigaa.ufpb.br; 4) Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão no endereço eletrônico: www.portais.ufma.br. Em relação à instituição UNICEUMA não há disponibilização de produções acadêmicas no site institucional, desta forma solicitou-se a relação de trabalhos na Coordenação de Departamento de Psicologia e analisou-se o currículo lattes de professores que fazem parte do GT de Psicologia Escolar da ANPEPP.

Assim, mapeou-se as produções acadêmicas cujos títulos e as palavras-chaves continham a nomenclatura “Psicologia Escolar” e/ou “Psicologia Escolar e Educacional” e “Psicólogo escolar”, uma vez que empreendem em investigações sobre temas, atuação e formação na área, denominações fortalecidas ao longo dos anos através de lutas políticas, sociais, ideológicas e históricas, que afirmam essa área como campo de intervenção, pesquisa e atuação (MARINHO-ARAUJO, 2010; 2014; 2015). O procedimento de análise das produções encontradas realizou-se por meio da leitura dos títulos, das palavras-chaves de dissertações e teses na área da Psicologia Escolar.

No que diz respeito ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI/UFMA) não foram localizados estudos na área da Psicologia Escolar, e observou-se que anteriormente ao processo seletivo do mestrado acadêmico para a turma do ano de 2018, apenas um docente apresentava discussões na interface Psicologia e Educação apresentando estudos na linha de gênero, étnico raciais e inclusão. Contudo, pesquisas específicas em Psicologia Escolar e Educacional não eram mencionadas entre os temas do orientador em questão que oferecia vagas àquela ocasião. Já no caso da Universidade Ceuma até o atual momento, não existe curso de Pós-Graduação na área da Psicologia, seja em nível *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*, o que justifica a ausência de produções. Desta forma, busquei Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e

Relatório de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) de graduação nas duas universidades citadas, com o objetivo de conhecer e apresentar pesquisas e estudos que tenham sido realizados em nosso estado.

Na UFMA, apesar de possuir docentes que fazem parte do GT de Psicologia Escolar e Educacional da ANPEPP, encontrou-se apenas dois trabalhos que apresentam, em seu título, a terminologia “Psicologia Escolar ou Psicologia Escolar e Educacional”, conforme apresentado na Tabela 4. Nos trabalhos desenvolvidos no CEUMA, obteve-se uma maior produção acadêmica que aponta para uma diversidade de contextos de atuação existentes no Maranhão cuja ênfase defende a construção de um perfil profissional atuante e participativo, conforme apresentado na Tabela 5.

Desta forma, nas instituições PUC-CAMPINAS, UnB e UFPB foram mapeadas as produções acadêmicas de mestrado e doutorado. Já no contexto da UFMA e UniCEUMA analisaram-se os trabalhos de conclusão de curso e os relatórios de bolsas de iniciação científica. Por meio desse processo de busca, foram localizadas 41 produções, sendo 20 dissertações, 7 teses, 13 monografias e 3 relatórios de PIBIC sobre Psicologia Escolar, com uma diversidade temática de eixos de atuação, que discutem e identificam práticas inovadoras construídas nos espaços educativos. Os estudos encontrados versam sobre: (a) formação em Psicologia Escolar; (b) estágio em Psicologia Escolar; (c) Psicologia Escolar e intervenção junto aos atores escolares; (d) Psicologia Escolar e educação superior; (e) práticas exitosas e ações inovadoras; (f) Psicologia Escolar e ensino técnico; (g) Psicologia Escolar na rede pública de ensino.

Nessa seção dos estudos levantados, optou-se por analisar as pesquisas desenvolvidas na rede pública de ensino da educação básica, por apresentarem diversas possibilidades de atuação do psicólogo escolar, aspecto que coaduna com o objetivo desta investigação. A seguir, serão descritos e analisados os resultados das produções acadêmicas que propõem atuações à luz da Psicologia Escolar crítica, sendo organizadas quanto a: (a) tipo de produção; (b) título; (c) autoria; (d) ano de publicação; (e) síntese.

Tabela 1- Produções científicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas.

Tipo de produção	Título	Autoria	Ano	Síntese
Dissertação	Sala de recuperação como espaço de desenvolvimento: contribuições da Psicologia Escolar.	Juliana Soares de Jesus	2015	Destaca as práticas psicológicas enquanto promotoras de mudança com os alunos da classe de recuperação, validando esse espaço para promoção e transformação do desenvolvimento e do processo de ensino-aprendizagem.
Tese	Trabalho e juventude: Psicologia Escolar na escola pública	Maria Áurea Pereira Silva	2015	O estudo analisa as concepções de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental e a articulação entre a escola e o trabalho como elemento fundamental da vida humana.
Tese	Situação-limite e potência de ação: atuação preventiva crítica em Psicologia Escolar	Ana Paula Gomes Moreira	2015	Propõe uma reflexão acerca da atuação crítica do Psicólogo Escolar à luz do conceito de situação-limite proposto por Martín-Baró com o objetivo de constituir atividades favorecedoras para o desenvolvimento de crianças no contexto escolar.
Dissertação	Psicologia Escolar e música: mobilizando afetos e promovendo vivências na classe de recuperação	Maura Assad Pimenta Neves	2015	A pesquisa tem o objetivo de analisar a música como objeto de intervenção com os alunos da classe de recuperação enquanto ferramenta pedagógica para auxiliar na aquisição dos conteúdos escolares com foco nos afetos, emoções e sentimentos dos alunos.

Tese	Psicologia Escolar e as práticas de gestão na escola: um estudo sobre os processos de mudança mediados pela vontade.	Lilian Aparecida Cruz Dugnani	2016	O estudo discute a ação do Psicólogo Escolar na promoção de mudanças nas práticas de gestão da escola com base nos fundamentos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural.
Dissertação	A Psicologia Escolar no ensino médio público: refletindo sobre trabalho e profissão com adolescentes	Guilherme Siqueira Arinelli	2017	O presente estudo realiza uma análise sobre as ações do psicólogo escolar como promotor de estratégias para orientação profissional para o mundo do trabalho com alunos do 1º ano do ensino médio.
Dissertação	Psicólogos escolares e professores: a parceria como mediação de práticas educativas críticas	Beatriz Cristina de Oliveira	2018	A pesquisa discute as intervenções do psicólogo escolar com um grupo de professores, utilizando diferentes modos de expressão artística com o objetivo de acessar os significados e sentidos que constituem os modos de sentir, pensar e agir.
Dissertação	Queixas escolares: de quem se trata? Uma proposta de intervenção do psicólogo escolar com coordenadores pedagógicos	Rafael da Nova Favarin	2018	Investiga a dimensão que a queixa escolar possui nas atividades do coordenador pedagógico por meio do uso de produções artísticas contextualizadas, refletindo sobre os possíveis encaminhamentos a sua superação.

Fonte: site do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas.

A partir das produções científicas levantadas na PUC-Campinas, observou-se uma diversidade de pesquisas teórico-práticas de atuações inovadoras frente à realidade vivenciada

por cada profissional, promovendo a autonomia e a clareza a respeito da especificidade e potencialidade do trabalho do psicólogo escolar no desenvolvimento do sujeito por meio de ações conjuntas com toda a comunidade escolar. As sínteses dos trabalhos que serão apresentadas, a seguir, discutem sobre a produção de conhecimento à luz de reflexões teórico-práticas no que se refere à formação e atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino (DUGNANI, 2016; ARINELLI, 2017; OLIVEIRA, 2018; FAVARIN, 2018).

O estudo de Dugnani (2016) estudou a participação do psicólogo escolar na promoção de mudança das práticas de gestão da escola, compreendendo-a como um espaço coletivo e complexo que envolve pais, professores, alunos, técnicos, coordenadores e agentes da Secretaria de Educação, exigindo do gestor escolar ações que mobilizem a comunidade escolar e a si próprio na construção de ações transformadoras que incitem o reconhecimento da sua ação na escola. A autora reconhece a complexidade de gerir uma instituição educativa, devido a presença de conflitos sociais, econômicos e políticos que se transversalizam nesse espaço diante das demandas apresentadas, tais como: relação professor e aluno; relação escola e pais; administração de corpo docente; gerenciamento de recursos administrativos e financeiros, dentre outros (DUGNANI, 2016).

Dugnani (2016) entende que o papel do gestor escolar requer uma postura dialética: ao mesmo tempo em que oportuniza voz ao coletivo, também deve possuir uma ação condutora, mediando e intervindo em situações que exigem tomada de consciência de todos. Entretanto, reconhece-se que para uma efetivação de escola democrática, é necessário a presença de outros profissionais, como o psicólogo escolar que pode colaborar para promoção de espaços de diálogos e reflexões da gestão escolar, superando conflitos e resistência na construção de uma escola de todos e para todos (DUGNANI, 2016; MARINHO-ARAUJO, 2016).

Conforme destaca Martínez (2010), o psicólogo escolar pode contribuir para a efetivação de ações que potencializem o desenvolvimento de práticas coletivas na escola, a partir de ações compartilhadas e responsabilidades assumidas. Assim, sua intervenção com os gestores escolares possibilita o favorecimento de estratégias pedagógicas que permitam a construção de uma educação de qualidade. O resultado da pesquisa afirma que há um modo de articulação desenvolvido pelos gestores que oscila entre o reconhecimento dos desafios que perpassam o espaço escolar e as relações entre os atores escolares (DUGNANI, 2016).

Arinelli (2017) investigou o potencial da ação do psicólogo na escola a partir de atuações promotoras de reflexões sobre o mundo do trabalho e o futuro de adolescentes de uma escola pública, com base no aporte teórico da Psicologia Histórico-Cultural, tornando possível a criação de novos horizontes, ao compreender a complexidade das relações

vivenciadas pelos estudantes, do domínio e saberes compartilhados por eles. O autor menciona que existe um movimento significativo da Psicologia em relação à orientação profissional sustentada por concepções críticas acerca dos fenômenos sociais e educacionais, concebendo o sujeito como parte integrante do meio a partir de uma perspectiva dialética que instiga novas possibilidades de escolhas (ARINELLI, 2017; SOUZA, 2016).

O resultado da pesquisa afirma a importância da conscientização dos professores, gestores e coordenadores pedagógicos na constituição de interesses dos discentes nas atividades pedagógicas, sem esquecer do esforço individual em prol do coletivo, concebendo o sujeito e o meio enquanto partes integrantes do processo. A pesquisa discute quais estratégias podem ser utilizadas pelo psicólogo escolar na promoção de reflexões sobre futuro, trabalho e profissão, criando condições de escolhas profissionais que vão para além daquelas que são naturalizadas aos discentes da rede pública de ensino, ampliando a conscientização do sujeito sobre si e o meio (ARINELLI, 2017).

Na pesquisa de Oliveira (2018), observou-se, a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, as intervenções do psicólogo escolar como potencial para promover parcerias com professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental e médio de uma escola pública estadual no interior do estado de São Paulo. A autora reconhece que a escola é um espaço eminentemente coletivo e com grande potencialidade para o desenvolvimento de parcerias entre os agentes, a fim de superar os obstáculos sociais, econômicos e políticos que perpassam o processo de ensino e aprendizagem (OLIVEIRA, 2018). Nesse cenário, os psicólogos escolares, ancorados tanto nos princípios de que o homem é constituído e constituidor do meio, como em estudos contemporâneos da Psicologia Escolar crítica, propõem que a compreensão do campo educativo deve reconhecer a complexidade desses espaços, entendendo a partir de quem e em benefício de quem as intervenções se realizam, manifestando o movimento de reflexão proposta pela literatura atual que encontra-se alicerçada no protagonismo social (MARINHO-ARAÚJO, 2010; MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2014; OLIVEIRA, 2018).

O resultado da pesquisa reconhece a importância do caráter dialético e dinâmico construído na relação entre professores e psicólogo por promover reflexões coletivas e de escuta um do outro, ressignificando as experiências escolares por meio do movimento de aproximação através de ações conjuntas. Oliveira (2018) afirma que o profissional da Psicologia, ao reconhecer a necessidade de investir em ações que o aproxime dos educadores, abre espaço para novas formas de interação, valorizando o conhecimento e a formação de cada área na efetivação dos processos educativos. Ressalta, ainda, que intervenções no espaço

escolar podem e devem acontecer, mas é necessário conscientização e sensibilização de todos os envolvidos (OLIVEIRA, 2018).

Favarin (2018) discute sobre o trabalho do coordenador pedagógico diante das queixas escolares de professores acerca do processo de aprendizagem de alunos da rede pública de ensino e os encaminhamentos realizados ao Serviço de Psicologia Escolar da Secretaria Municipal de Educação de uma cidade no interior de São Paulo. A autora defende a relevância do papel do coordenador pedagógico nas instituições educacionais enquanto promotor de mudança e fortalecedor de discussões teóricas com os atores educacionais sobre as demandas institucionais. O coordenador pedagógico representa uma figura importante na escuta e no encaminhamento das queixas escolares para o Serviço de Psicologia, fazendo um crivo sobre os casos que são considerados relevantes e que não conseguem ser respondidos ou esclarecidos por meio do aporte teórico obtido nos cursos de licenciatura (FAVARIN, 2018).

Em sua investigação, Favarin (2018) destaca que as queixas escolares se constituem enquanto problemas e impasses que permeiam o universo da escola, uma vez que apresentam raízes na perspectiva biologizante do desenvolvimento humano. A esse respeito, o autor enfatiza que o psicólogo escolar tem um papel fundamental na reflexão dos possíveis encaminhamentos para atendimento, ao organizar métodos formativos sobre processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, buscando romper com visões adaptacionista do sujeito. O resultado da pesquisa reconhece que, quando não há formação, é comum que as relações no interior da escola potencializem ações de exclusão por ausência de leituras críticas revogadoras do discurso hegemônico. Neste contexto, o psicólogo escolar, por meio de uma relação dialética com a equipe, possibilita a ressignificação do olhar de cada agente, na perspectiva de assumirem a responsabilidade sobre o processo do qual fazem parte (FAVARIN, 2018).

A seguir, serão apresentadas as pesquisas científicas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília (UnB).

Tabela 2- Produções científicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília (UnB)

Tipo de produção	Título	Autoria	Ano	Síntese
Dissertação	Práticas exitosas em Psicologia Escolar: indicadores da atuação na cultura do sucesso.	Lígia Carvalho Libâneo	2015	A pesquisa relata o uso de práticas exitosas no cotidiano escolar como atividade inerente à cultura do sucesso escolar mediada por profissionais da Psicologia Escolar.
Dissertação	História, diretrizes, avanços e desafios na Psicologia Escolar no Distrito Federal: as vozes da Psicologia Escolar nas equipes especializadas de apoio à aprendizagem de Ceilândia.	Liliane Alves Veloso da Silva	2015	A pesquisa contextualiza as transformações paradigmáticas vivenciadas pela Psicologia Escolar nas equipes multidisciplinares de apoio à aprendizagem.
Dissertação	Indicadores do perfil profissional do Psicólogo Escolar das equipes especializadas de apoio à aprendizagem da Secretaria de Educação do Distrito Federal.	Leonardo Vieira Nunes	2016	Discute o perfil profissional do Psicólogo Escolar para uma atuação mais ampla nas instituições educacionais valorizando a diversidade de ações desenvolvidas com a comunidade escolar.
Dissertação	As concepções e práticas de psicólogos escolares e clínicos referentes ao processo de ensino e aprendizagem de crianças diagnósticas com TDAH.	Adrielly Garcia Siebert	2017	Propõe uma reflexão acerca das concepções e práticas de psicólogos escolares e clínicos no processo de diagnóstico e acompanhamento de crianças identificadas com TDAH.

Tese	Psicologia Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência, tecnologia: contribuições para atuação na Educação Superior	Lígia Rocha Cavalcante Feitosa	2017	A pesquisa defende a intervenção ampliada e institucional do psicólogo escolar para construção de métodos de mediação que potencializem os processos de aprendizagem dos discentes por meio de ações exitosas dos atores educativos.
Dissertação	Psicologia Escolar e patologização da educação: concepções e possibilidades de atuação.	Camila Moura Fé Maia	2017	A pesquisa versa sobre a presença de diagnósticos clínicos e sua relação com a educação, produzindo discursos sobre a patologização das demandas escolares. A autora afirma a necessidade de efetivar espaços de escuta coletiva e individual para refletir sobre as práticas tradicionais desenvolvidas.
Dissertação	Atuação da Psicologia no Instituto Federal de Goiás: concepções e práticas.	Marina Magalhães David	2017	O presente estudo teve como objetivo investigar a atuação dos psicólogos escolares do Instituto Federal de Goiás (IFG). Os profissionais evidenciaram não possuir diretrizes institucionais que orientem seu trabalho na instituição; essa ausência impacta a atuação profissional.
Dissertação	Formação continuada com psicólogos escolares da Ceilândia-DF: potencialidades da pesquisa-intervenção.	Rosimeire Afonso Dutra Freitas	2017	O presente estudo teve como objetivo elaborar e desenvolver uma formação continuada com um grupo de psicólogos escolares, atuantes nas EEAA de Ceilândia/DF. As análises das informações tiveram com o objetivo apreender os significados e sentidos circulados entre pesquisadora e psicólogos e,

				assim, apoiar reflexões e inteligibilidade na construção dos resultados da pesquisa.
Tese	Atuação da Psicologia Escolar frente à Patologização e medicalização da educação superior	Júlia Chamusca Chagas	2018	A investigação propõe refletir sobre os aspectos de patologização no ensino superior como forma de manutenção e reprodução do fracasso acadêmico enquanto ação individual, mascarando o sucateamento da universidade pública.
Dissertação	O desenvolvimento subjetivo do psicólogo escolar: reflexões sobre os processos de atuação e formação profissional	Cíntia de Araújo Matos	2019	A pesquisa aborda os fenômenos sociais da escolarização e o compromisso da Psicologia Escolar pautada na perspectiva histórico-cultural ao possibilitar uma reflexão teórico-prática sobre atuação profissional.
Tese	Tornar-se servidor/a técnico-administrativo/a na Universidade de Brasília: a mediação da Psicologia Escolar	Lígia Carvalho Libâneo	2019	Propõe uma reflexão acerca da construção do processo de tornar-se servidor/a técnico-administrativo/a na perspectiva dos trabalhadores que possuem vivências solitárias, sugerindo ações coletivas da Psicologia Escolar para integração, participação e humanização de todos os servidores.
Dissertação	Psicologia Escolar e comunidades de aprendizagem: caminhos para a educação em direitos humanos.	Carolina Bauchspiess	2019	A pesquisa propõe pensar as possibilidades de alternativas de organização da prática pedagógica à luz de educação emancipatória com foco em comunidades de aprendizagem para integração nos espaços a

				partir da realidade dos sujeitos.
Tese	Formação continuada em Psicologia Escolar: (re)configurando sentidos na prática profissional	Lorena de Almeida Cavalcante	2019	Destaca a importância da formação continuada em Psicologia Escolar para a (re)construção de sentidos e significados de concepções e práticas para que ocorram mudanças críticas no pensamento e nas ações desenvolvidas nos espaços educativos.
Dissertação	A atuação da Psicologia Escolar na educação superior: possibilidades de enfrentamento ao racismo institucional	Matheus Amassallan de Souza Ferreira	2019	O estudo apresenta as possibilidades de atuação do Psicólogo Escolar no ensino superior, refletindo sobre indicadores de racismo na instituição e as atuações interventivas da Psicologia Escolar no enfrentamento do racismo.
Dissertação	Práticas inovadoras em contextos educativos: subsídios para a atuação do Psicólogo Escolar	Jéssica de Medeiros Possatto	2019	A pesquisa contextualiza as práticas inovadoras à luz das reflexões propostas pela Psicologia Escolar crítica no enfrentamento de práticas normatizadoras e adaptacionistas.
Dissertação	O perfil profissional do psicólogo escolar no Piauí: subsídios para a formação e atuação em uma perspectiva crítica	Thaysa Pacheco Cacao	2019	A pesquisa aborda sobre o perfil profissional do psicólogo escolar no contexto piauiense, especialmente na rede pública, visando fortalecer (re)construção de ações coletivos em prol de todos e para todos.

Fonte: site do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília (UnB).

A partir dos mesmos critérios de análise utilizados nas produções acadêmicas da PUC-Campinas, encontrou-se no levantamento realizado no site do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília (UnB), pesquisas que relacionam a atuação do Psicólogo Escolar a processos de mudança institucional, ampliação e melhoria da qualidade do ensino e desenvolvimento de práticas inovadoras, que dialogam com o objetivo desta pesquisa.

O trabalho desenvolvido por Libâneo (2015) abordou a cultura do sucesso escolar e práticas exitosas como ações emancipadoras para o desenvolvimento humano que reconhecem as diferenças e potencialidades do sujeito, rompendo com a perspectiva do fracasso escolar. Nesta pesquisa, a autora defende a necessidade da ampliação de competências profissionais promotoras de mudanças de concepção acerca do trabalho pedagógico em prol do sucesso escolar. A história da Psicologia Escolar é associada à cultura do fracasso escolar, em que os problemas relacionados à aprendizagem eram de responsabilidade dos indivíduos, desconsiderando qualquer fator político, social e econômico do contexto. Essa concepção da cultura do fracasso escolar acompanha a trajetória do sistema educacional até os dias atuais, sendo comum encontrar estudantes que são culpabilizados por todo o processo, principalmente os que pertencem às camadas populares e estão inseridos nas escolas públicas do País (GUZZO, 2001; DAZZANI, 2010; BARBOSA, 2012; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2014).

Libâneo (2015) contextualiza que a escola é permeada por diversos fatores que interferem ou contribuem no processo de escolarização, devendo-se reconhecer tais situações e o papel ativo dos atores educacionais na direção de ações intencionais capazes de edificar práticas pedagógicas alicerçadas em concepções teóricas que não estigmatizem o sujeito. A pesquisa assume que a instituição de ensino deve ser permeada por concepções que entendam os fenômenos educacionais a partir da cultura do sucesso escolar, com enfoque na construção de práticas exitosas que ampliem as potencialidades dos atores educacionais, consolidando práticas transformadoras (LIBÂNEO, 2015; POSSATTO; MARINHO-ARAUJO, 2017).

Silva (2015), a partir da investigação da atuação dos psicólogos escolares nas equipes especializadas de apoio à aprendizagem de Ceilândia (DF), apresenta resultados que indicam os avanços, as dificuldades e os desafios vivenciados por esses profissionais em relação às diretrizes de Orientações Pedagógicas da Psicologia Escolar na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF). A pesquisadora destaca que a implementação deste documento, com formalização de diretrizes para atuação dos psicólogos, promoveu mudanças políticas e educacionais na SEE/DF, significando um grande avanço para Psicologia Escolar

local e nacional, ao evidenciar o compromisso político e social da Psicologia em contextos educativos.

As informações apresentadas nesse estudo defendem a inserção do psicólogo na rede pública de ensino com intenção de promover o desenvolvimento de competências nos atores educacionais na perspectiva da cultura do sucesso escolar, a partir de ações preventivas, avaliativas e interventivas na perspectiva institucional. O resultado da pesquisa esclarece que, apesar das Orientações Pedagógicas (OP), muitos psicólogos apresentam uma atuação fragilizada com foco no aluno ao invés da atuação institucional, o que requer uma formação continuada permanente que proporcione constantes reflexões subsidiadas por referências teórico-metodológicas que coadunam com a Psicologia Escolar crítica (SILVA, 2015).

Na investigação desenvolvida com psicólogos que atuam nas Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAAs) da Secretaria de Educação do DF, Nunes (2016) tece uma discussão sobre o perfil profissional de psicólogos escolares frente às demandas sociais e institucionais das escolas públicas do Distrito Federal. Ancorado em Marinho-Araujo (2003, 2005, 2007, 2014), o autor traz a definição de perfil profissional como um conjunto de conhecimentos, competências, habilidades, características pessoais, formação acadêmica e construções subjetivas que são formadas ao longo da história do sujeito e que se reelaboram a cada momento vivenciado. Dialogar sobre o perfil do psicólogo escolar é possibilitar a ressignificação de práticas hegemônicas e psicologizantes no contexto educativo que excluem e limitam o desenvolvimento de competências sociais, pessoais, éticas e técnicas.

O autor menciona que a Psicologia Escolar compartilha a ideia da construção do perfil profissional à luz de competências teóricas, estéticas, éticas e técnicas, mas ressalta que é necessário ter cuidado para não engessar ou cristalizar o fazer profissional, pois cada contexto é permeado por uma realidade específica, que convida o psicólogo a se (re)inventar. Os indicadores resultantes da análise mostraram que os profissionais têm perceptibilidade acerca do perfil esperado para atuar nas escolas públicas do Distrito Federal e da necessidade de aprimorar e consolidar competências profissionais sugeridas pelos documentos norteadores da Secretaria de Educação na intencionalidade de ressignificar o seu perfil profissional diante da realidade vivenciada (NUNES, 2016).

O estudo desenvolvido por Maia (2017) aborda os processos de patologização da educação e as possibilidades de atuação do psicólogo escolar frente a essas demandas. Com base nos pressupostos do materialismo-dialético, que compreende o ser humano enquanto ser histórico e social desprendendo-se da concepção de natureza humana dada e imutável, a autora estuda o desenvolvimento psíquico com leitura na dimensão histórica e social da sociedade,

voltando-se a compreender o comportamento e os fenômenos humanos pautados, principalmente, na organização social e biológica da vida (MAIA, 2017). Nesse entendimento dialético, questiona o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas no que tange ao processo de escolarização frente às queixas relacionadas à aprendizagem que, muitas vezes, são descoladas das vivências sociais e culturais dos estudantes, culpabilizando-os por seus próprios fracassos, aspecto que mascara a ausência de estrutura, conhecimento e políticas públicas educacionais favoráveis à transformação social (MAIA, 2017).

Em seus resultados, Maia (2017) esclarece que os psicólogos escolares recebem inúmeras queixas escolares, seja na própria escola ou na clínica, em busca de laudos que justifiquem ou esclareçam o comportamento do sujeito numa perspectiva adaptacionista e biologizante dos processos, colaborando com diagnósticos classificatórios e alienantes. A autora ressalta que o processo de patologização silencia o sujeito, nega-lhe a própria voz e perpetua uma imagem distorcida desse ser. Na perspectiva normalizadora, não há formas distintas de aprender, experiências individuais e diversidade de acolhimento dentro da própria escola, construindo práticas excludentes e acríticas (MAIA, 2017).

Considerando a diversidade de concepções sobre o desenvolvimento humano presente na escola, o psicólogo escolar pode contribuir, a partir da sua formação, na ressignificação de significados, crenças e mitos acerca das relações pedagógicas e sociais que permeiam o universo da escola, rompendo com uma visão tradicional por meio da análise do contexto e das pessoas que fazem parte deste espaço. Assim, defende-se uma atuação crítica do psicólogo escolar para problematizar, no recebimento da queixa escolar, quais concepções estão por trás dessa fala e olhar, pois uma atuação comprometida com o desenvolvimento de todos e para todos proporciona um espaço de escuta e reflexão de toda a comunidade escolar (MARTÍNEZ, 2010; MARINHO-ARAUJO, 2016; MAIA, 2017).

Em sua pesquisa, Matos (2019) propõe-se a compreender a atuação profissional da Psicologia por meio da experiência de reflexão teórico-prática acerca dos processos formativos ofertados à comunidade escolar e a sua relação com as atividades pedagógicas construídas no contexto educacional, mobilizando o desenvolvimento subjetivo do psicólogo escolar. Tal problematização pauta-se no entendimento de que os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais encontram-se presentes no cotidiano do trabalho e das próprias ações elaboradas, desconstruindo o olhar normatizador do processo de escolarização (MATOS, 2019).

A autora defende que a sociedade vem se ressignificado e que a escola não pode ficar de fora deste cenário. Assim, necessita desenvolver práticas emergentes que possibilite o protagonismo qualitativo, contextualizado e contínuo de todos os envolvidos, numa ação

individual e coletiva, cabendo ao psicólogo assumir seu compromisso social para a efetivação de uma sociedade mais justa, a exemplo da instituição escolar, espaço marcado pela diversidade e exclusão (MATOS, 2019). Defende que a formação inicial em Psicologia deve oferecer a comunidade profissionais qualificados e sensíveis às demandas sociais significativas, ao reconhecer que os fenômenos educacionais são caracterizados por processos de exclusão de minorias, negação das políticas socioeconômicas e patologização da aprendizagem (MARTÍNEZ, 2010; MATOS, 2019).

Além da formação inicial, a autora nos convida a refletir sobre a relevância da formação continuada, pois deve ser considerada um recurso potencializador na construção da identidade e trajetória profissional por oportunizar a reflexão na aquisição de concepções e teorias contemporâneas condizentes com a realidade escolar. Os resultados apresentados na pesquisa esclarecem que a consistência teórica, com base em concepções humanizadas, favorece a elaboração de atuação crítica e contextualiza a realidade política, social e econômica que circunscreve a escola.

A investigação desenvolvida por Bauchspiess (2019) parte da crítica ao modelo de atuação da Psicologia Escolar/Educacional na perspectiva médico-clínico, ao pensar possibilidades de organização da prática pedagógica pelo viés da educação libertadora, democrática e participativa para a construção de uma educação mais justa e igualitária, com base nos direitos humanos. À luz dos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, entende-se que a Psicologia Escolar/Educacional, quando aliada a proposta de Comunidade de Aprendizagem, proporcionará uma reconfiguração das práticas escolares para a construção social da aprendizagem a partir de uma sociedade participativa e envolvida com atuação de todos os agentes escolares (BAUCHSPIESS, 2019).

A autora propõe que a Comunidade de Aprendizagem vai para além de uma simples reconfiguração das práticas escolares por entender que todo espaço é espaço de aprender, propondo a derrubada dos muros da escola (figurativamente e literalmente) e a ocupação dos territórios da comunidade, buscando também a sua modificação. Para Bauchspiess (2019), a rede de Comunidade de Aprendizagem possibilita uma intervenção efetiva e continuada em territórios físicos e virtuais que podem auxiliar na superação de problemas crônicos do sistema educativo, através da educação integral, formação de indivíduos autônomos e críticos que podem intervir na sua própria realidade, na perspectiva dos direitos humanos e educacionais.

Os resultados da pesquisa de Bauchspiess (2019) apontam que, para a efetivação dos direitos humanos, é necessário a concretização de uma cultura voltada à promoção da educação para mudança e transformação social, com respeito à diversidade. Assim, entende que o

psicólogo escolar, enquanto agente público da educação, deve atuar para a eliminação das desigualdades, considerando a construção histórica-social da subjetividade humana para o fortalecimento da conscientização das pessoas enquanto sujeitos alicerçados em valores de justiça e igualdade social para a construção de relações humanizadas e humanizadoras.

No tocante dos aspectos relacionados ao perfil do psicólogo escolar, Cacau (2019) averigua a formação e a atuação desse profissional no estado do Piauí, visando conhecer as práticas desenvolvidas por psicólogos escolares inseridos em instituições educativas, fornecendo subsídios para a elaboração de orientações norteadoras com base nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia Escolar crítica. Para autora, a construção desse perfil perpassa o domínio de competências éticas, estéticas, políticas e pessoais em um movimento dinâmico, permitindo reflexões conscientes que rompam com atuações engessadas e acríticas (CACAU, 2019).

Como desdobramentos da pesquisa, em seus resultados, a autora apresenta uma proposta de indicadores de perfil para atualização dos psicólogos no estado, visando auxiliar ações de formação, qualificação, aperfeiçoamento, ensino, intervenção e pesquisa. A proposta de perfil e de competências em Psicologia Escolar foi elaborada com base na perspectiva crítico-emancipatória, voltada a auxiliar na construção e efetivação de atuações futuras no campo das formações inicial e continuada e da atuação profissional do psicólogo escolar no Piauí, defendendo um fazer comprometido com o fortalecimento dos sujeitos que se encontram à margem da sociedade (CACAU, 2019).

No estudo desenvolvido por Paula (2019), investigou-se situações de discriminação e preconceito a partir da análise das crenças, práticas culturais e pedagógicas em uma escola pública do Distrito Federal. A autora reconhece que a escola é um espaço multicultural, permeado por crenças e valores diversificados, tornando-se um desafio para gestores, professores, estudantes e demais colaboradores institucionais, pois são carregados de valor afetivo e social constituídos a partir das histórias e experiências individuais. Paula (2019) apresentou reflexões com base no referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural para compreender o desenvolvimento humano, afirmando que a constituição do sujeito não é permanente, mas é um processo de mudança e transformação.

Para Paula (2019), o ato de discriminação e violência contra alguém ou algum grupo social possui enraizamento afetivo, sendo fortalecido ao longo da trajetória de vida. Assim, é fundamental implementar práticas dialógicas na escola para possibilitar a desconstrução de valores e preconceitos, no intuito de romper com estruturas impostas pela sociedade. Desta forma, deve-se oportunizar trocas verdadeiramente dialógicas por meio de ações pedagógicas

humanizadoras, mobilizando afeto e respeito consigo e com outro na direção de um projeto de sociedade mais justa e democrática (PAULA, 2019).

O estudo apresentado por Possatto (2019) contextualiza, à luz da Psicologia Escolar crítica, a (re)construção de práticas inovadoras nos contextos educativos a partir da análise dos reais fenômenos humanos e sociais que permeiam o espaço escolar. A autora defende que o Psicólogo Escolar se configura como um dos principais agentes na ressignificação e conscientização dos sentidos e significados que se transversalizam nesse espaço fértil e multifacetado ao articular saberes, ações e reflexões para desnaturalizar práticas pautadas no adaptacionismo dos sujeitos escolares (POSSATTO, 2019).

As práticas inovadoras corroboram com o uso de metodologias e estratégias de ensino que favoreçam o protagonismo social dos atores escolares, embasado ações e reflexões emergentes que potencializem a emancipação humana no enfrentamento de correntes ideológicas acríticas. Desta forma, o profissional da psicologia que atua nestes espaços deve contribuir para conscientização de papéis, funções e responsabilidades dos indivíduos através de uma escuta ativa que ressignifica as vozes existentes na e para a escola. Os desdobramentos desta pesquisa foram organizados em categorias de análise: (a) projeto político pedagógico inovador; (b) práticas inovadoras na escola; (c) atuação de psicólogos escolares em contextos inovadores. Após análise destes indicadores, percebe-se que ainda existem práticas normatizadoras na escola desenvolvida por psicólogos escolares, o que reafirma a necessidade de ampliarmos as políticas públicas com foco no desenvolvimento humano numa perspectiva crítica (POSSATTO, 2019).

A seguir, serão apresentadas as produções científicas à nível de Pós-graduação em Mestrado na área de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destacando-se as pesquisas realizadas acerca da atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino da educação básica.

Tabela 3 - Produções científicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Tipo de produção	Título	Autoria	Ano	Síntese
Dissertação	Concepções de psicólogos escolares e educadoras infantis sobre o desenvolvimento e a habilidade de comunicação intencional infantil.	Vanessa da Cruz Alexandrino	2017	Analisa o papel do psicólogo escolar e de educadoras infantis acerca do desenvolvimento e habilidade de comunicação reconhecendo sua relevância para as interações sociais e afetivas.
Dissertação	Concepções de familiares e agentes escolares acerca da relação família-escola: o que a Psicologia Escolar tem a dizer?	Jéssica de Andrade Albuquerque	2017	O estudo investiga as concepções de familiares e agentes escolares sobre a relação família-escola, discutindo, especificamente, a atuação do psicólogo escolar nessa relação por considerá-lo um agente potencializador das relações e processos de ensino e aprendizagem.

Fonte: site do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB.

A pesquisa desenvolvida por Alexandrino (2017) tem como objetivo investigar as concepções e ações de educadoras infantis e psicólogas escolares sobre o desenvolvimento e a habilidade de comunicação intencional de crianças na Educação Infantil. A autora esclarece que essa habilidade está relacionada à capacidade do sujeito em compreender uma mesma situação através de duas perspectivas diferentes: a sua e a do outro ser intencional, por considerar fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança, promovendo o seu desenvolvimento integral.

Reconhecendo a relevância da Educação Infantil e dos profissionais que direcionam este trabalho, Alexandrino (2017) considera que a cultura exercida sobre os primeiros anos de vida possibilita a participação ativa da criança em seu meio social, potencializando as formas mais complexas de comunicação, aprendizado, engajamento e desenvolvimento social e cognitivo, por meio da interação com os adultos. A autora ratifica que um espaço educativo de qualidade

é aquele que promove um impacto positivo no desenvolvimento de seus estudantes por meio de práticas intencionalmente pedagógicas, elaboradas pelos educadores, ampliando os conhecimentos e os significados compartilhados (ALEXANDRINO, 2017).

Alexandrino (2017) defende que as práticas educacionais desenvolvidas na educação infantil devem ser embasadas por ações intencionais e lúdicas uma vez que a criança é produtora de cultura, modificadora da sua história e ativa nas suas relações sociais. Neste contexto, o trabalho do psicólogo escolar é de favorecer o olhar sobre o acompanhamento do desenvolvimento da criança, proporcionar momento de escuta e formação continuada entre os profissionais, elaborar proposta de intervenção e cuidados com a infância, entre outras atividades. O resultado da pesquisa enfatiza que a presença do psicólogo nas ações direcionadas à educação infantil contribui para o desenvolvimento de habilidades sociocomunicativas de caráter intencional por possibilitar discussões que fortalecem a ressignificação de concepções e práticas de caráter intencional em relação aos aspectos do desenvolvimento infantil.

No estudo desenvolvido por Albuquerque (2017), investiga-se as concepções de familiares e agentes escolares sobre a relação família-escola, discutindo a participação do psicólogo escolar como mediador. A autora defende que a família e a escola são contextos basilares para o desenvolvimento do sujeito, configurando-se como ponto relevante para a promoção e compreensão das práticas educativas que potencializam as situações sociais e das funções psicológicas superiores por meio de vivências favorecedoras (ALBUQUERQUE, 2017).

Albuquerque (2017), pautada nos pressupostos da teoria histórico-cultural de Vygostky, compreende a educação enquanto um processo dialético em que o sujeito constrói conhecimento de si e do mundo ao oportunizar trocas socioculturais, afetivas e cognitivas, possibilitando novas formas de se relacionar com o meio e com os outros. A relação família-escola é defendida por promover melhorias no processo de tomada de decisão acerca das demandas escolares, uma vez que possibilitam propostas de intervenção coletivas e individuais junto aos dois grupos. O psicólogo escolar, frente aos fenômenos escolares, tem a possibilidade de mediar interações, vivências e situações sociais que privilegiam processos de conscientização de todos os agentes escolares, desmitificando concepções estereotipadas sobre o papel de cada um.

O resultado da pesquisa aponta que o trabalho do psicólogo escolar, enquanto mediador da relação família-escola, deve favorecer coletivamente as relações acerca dos fenômenos escolares, potencializando as relações interpessoais e os processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, sua prática profissional fortalece a dinâmica institucional, uma vez que propõe

o diálogo acerca das funções compartilhadas, respeitando as responsabilidades específicas de cada agente escolar, e possibilita a reflexão e o planejamento de ações e estratégias frente ao sistema complexo e inter-relacionado que circunda o universo da escola (ALBURQUERQUE, 2017).

A seguir, serão apresentadas as produções científicas desenvolvidas a nível de graduação na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Tabela 4 - Produções científicas desenvolvidas no curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Tipo de produção	Título	Autoria	Ano	Síntese
Monografia	Representações sociais de psicólogos acerca da Psicologia Escolar: um estudo na grande ilha de São Luís.	Marina Coelho Durans	2018	A partir da Teoria das Representações Sociais de Moscovici, este trabalho se propôs a estudar as Representações Sociais sobre Psicologia Escolar, na medida em que estas dizem respeito à compreensão de como se formam e como funcionam os sistemas de referência utilizados pelos indivíduos para categorizar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos cotidianos.
Monografia	Relações étnico-raciais e atuação da Psicóloga Escolar: a urgente necessidade de uma formação para a diversidade.	Amanda Santos Pereira de Amorim	2019	O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação da psicóloga escolar frente às relações étnico-raciais na escola e identificar estratégias de intervenção utilizadas pelas entrevistadas diante das relações étnico-raciais no contexto escolar em que atuam.

Fonte: site da Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Durans (2019) investiga as representações sociais sobre a Psicologia Escolar com objetivo de compreender como se formam e como funcionam os sistemas de referência utilizados pelos sujeitos para categorizar grupos e pessoas, voltados a interpretar os acontecimentos cotidianos. O estudo sobre as representações sociais acerca da Psicologia Escolar está relacionado, diretamente, com a construção da identidade profissional e auxilia a entender os pressupostos epistemológicos em que estes profissionais se respaldam para desenvolver seu trabalho nas instituições educativas (DURANS, 2019).

Durans (2019) esclarece que as representações sociais se configuram como um conjunto de ideias, pensamentos e explicações acerca de um objeto, pessoa ou acontecimento. É a forma como compreendemos e olhamos para esse objeto ou pessoa, norteados por comportamentos, condutas e formação de teorias no senso comum, ou seja, ideias que circulam e se cristalizam através da fala, gesto e olhar a partir das relações sociais. Ademais, enfatiza que entender a Representação Social da Psicologia Escolar é voltar-se a compreender como, ao longo da sua trajetória, constituiu-se o entendimento acerca da sua área de atuação, visto que a formação e a experiência podem potencializar ou fragilizar a construção da sua identidade.

O resultado da pesquisa reconhece que a Representação Social que os psicólogos escolares possuem de si e da categoria encontra-se arraigada nas relações estabelecidas no cotidiano dos contextos educativos complexos e divergentes. Por isso, Durans (2019) ressalta a relevância do processo formativo qualitativo para subsidiar concepções e atuações críticas diante do cenário que se vivencia, possibilitando a reinvenção profissional frente as múltiplas possibilidades de ações que o ambiente escolar permite desenvolver.

A seguir, serão apresentadas as produções científicas desenvolvidas a nível de graduação na Universidade Ceuma (UNICEUMA).

Tabela 5 - Produções científicas desenvolvidas no curso de graduação em Psicologia da Universidade Ceuma (UNICEUMA)

Tipo de produção	Título	Autoria	Ano	Síntese
Monografia	A contribuição dos cursos de Psicologia na Formação de Psicólogos Escolares	Camila Gonçalves Ribeiro	2015	Trata-se de uma análise documental sobre a formação em Psicologia Escolar no estado do Maranhão. A importância de conhecer a estruturação da formação

	Maranhão: uma análise documental.			planejada para o preparo de psicólogos escolares.
Monografia	Conhecer a atuação de um psicólogo escolar frente as dificuldades de aprendizagem	Marina Lima Santos	2015	A pesquisa dá ênfase ao estudo da dislexia e ações desenvolvidas pelo psicólogo escolar frente a esse transtorno de aprendizagem.
Monografia	A importância do Psicólogo Escolar: revisão de literatura.	Josilene Carvalho de Abreu	2016	Não encontrado
Monografia	A percepção de psicólogos escolares sobre o processo de escolha profissional de estudantes no Ensino Médio.	Eliane Ribeiro Magalhães de Souza Fortes de Melo	2016	Este estudo tem como objetivo conhecer a percepção e a atuação de quatro psicólogas escolares sobre o processo de escolha profissional de alunos do Ensino Médio em dois colégios privados de São Luís – MA.
Monografia	Análise das tendências da produção de conhecimento em Psicologia Escolar sobre a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar.	Liane Oliveira Milhomen	2016	Não encontrado
Monografia	Desdobramentos da terapia ABA na intervenção em Psicologia Escolar para inclusão de crianças com autismo: um estudo de caso.	Thalita de Fátima Aranha Barbosa Sousa	2017	O presente estudo teve como objetivo identificar as evoluções das intervenções (Applied Behavior Analysis – ABA) realizadas em uma criança de nove anos com diagnóstico de autismo e acompanhar os

					desdobramentos dessas intervenções no contexto escolar em um processo de assessoria da Psicologia Escolar e Educacional.
Monografia	Análise das tendências de publicações da Psicologia Escolar e Educacional sobre o adolescente e as medidas socioeducativas.	Hylana Santos Coelho	2017		A pesquisa aborda sobre o adolescente em conflito com a lei e as contribuições da Psicologia Escolar neste espaço de mediação e transformação social à luz da Psicologia Histórico-Cultural.
Monografia	Psicologia Escolar e Base Nacional Comum Curricular: análise sobre as possibilidades de acompanhamento ao trabalho docente na Educação Infantil.	Thássya Inês Mendonça Silva	2019		O estudo teve como objetivo analisar as possibilidades de atuação do psicólogo escolar no acompanhamento docente na Educação Infantil a partir da análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com base nos pressupostos epistemológicos da Psicologia Histórico-Cultural.
Monografia	Intervenção em Psicologia Escolar na Capacitação de docentes para a inclusão de estudantes com TEA.	Stênio Silva Câmara	2019		A pesquisa discute sobre a intervenção do psicólogo escolar junto à comunidade docente sobre as práticas pedagógicas com crianças autistas por meio de capacitação dos docentes, utilizando-se de estratégias como roda de conversa, aplicação de questionários e leitura científica sobre inclusão escolar.

Monografia	Psicologia Escolar e mediação estética: um estudo sobre interações e concepções de crianças típicas sobre a inclusão de uma criança com TEA.	Otávio Wellington Rodrigues Viana	2019	A pesquisa investigou as características das interações sociais e as concepções que circulam entre crianças sem deficiência acerca de suas vivências escolares em contexto de inclusão de um colega com TEA.
Relatório de PIBIC	Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia Educacional e Escolar no Maranhão.	Izabel Cristina Pinheiro da Cruz Miranda	2019	Este estudo fundamentou-se nas zonas de sentido da teoria histórico-cultural, e a partir de fontes historiográficas analisou as características históricas sobre atuações pioneiras em Psicologia Escolar no Maranhão.
Relatório de PIBIC	Mapeamento do trabalho do psicólogo escolar no campo da inclusão e suas concepções de atuação.	Elisângela Pereira de Melo	2019	O estudo versa sobre a atuação do psicólogo escolar no processo de inclusão escolar e implementação de políticas institucionais de inclusão.
Relatório de PIBIC	Caracterização de atuação e formação de psicólogos escolares de escolas do Maranhão: um estudo sobre o perfil.	Samuel Neves Andrade Baldez	2020	A pesquisa apresenta um mapeamento sobre atuação dos psicólogos que desenvolvem ações no campo da educação no Maranhão, constituindo-se enquanto cenário privilegiado para atuação, ensino, pesquisa e intervenção.
Monografia	Psicologia Escolar em ONGS: uma proposta de mediação a partir	Wirna Lima Gomes	2020	As Organizações Não governamentais (ONGs) educacionais são consideradas pela

dos conceitos de Foucault para o desenvolvimento do perfil de educadoras sociais

literatura como espaços emergentes de atuação em Psicologia Escolar. pesquisa se fundamentou na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento, sendo que a análise de informações foi realizada a partir da busca de significados e sentidos partilhados.

Fonte: departamento de Psicologia, UNICEUMA.

No tocante à atuação de psicólogos escolares sobre processo de inclusão na rede pública de ensino na educação básica, Câmara (2019) aborda sobre a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em sala de ensino regular, em uma escola pública do município de São Luís/MA. O autor enfatiza que muitos são os estudos realizados com o objetivo de compreender o desenvolvimento de pessoas com TEA, cujos desdobramentos culminam em ações efetivas de inclusão, visto que a escola é um importante local de desenvolvimento das habilidades sociais por permitir contato com seus pares e demais atores escolares.

Câmara (2019) menciona que o psicólogo escolar dentro do contexto educativo pode proporcionar, ao corpo docente da instituição, ferramentas para mediar ações e práticas que potencializem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças com TEA, incitando reflexões e discussões norteadoras para o processo de escolarização. Nesse sentido, esse profissional assume um papel de agente modificador das relações, impulsionando o questionamento acerca das concepções, valores e bases epistemológicas que permeiam o universo da escola.

O resultado da pesquisa pontua que, para dialogar sobre a inclusão de escolar de crianças com TEA, é necessário refletir quanto a capacitação dos docentes, visto que muitos desconhecem as dimensões neurobiológicas e sociais do desenvolvimento desses alunos. Nesta perspectiva, o psicólogo escolar pode promover uma melhoria na qualidade da inclusão escolar a partir de mediações intencionais voltadas a oportunizar férteis espaços de construção social acerca do desenvolvimento psicológico humano (CÂMARA, 2019).

Por fim, o estudo desenvolvido por Viana (2019) investigou as características das interações sociais e as concepções que circulam entre crianças sem deficiência acerca de suas

vivências em contexto de inclusão de um colega com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Partindo da relevância da inclusão escolar desde a Educação Infantil, a pesquisa promove reflexões sobre as contribuições da Psicologia Escolar na consolidação da educação especial inclusiva, privilegiando processos de mediação estética que potencializem o desenvolvimento psicológico desses sujeitos (VIANA, 2019).

Com base nos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, defende-se que atividade lúdica proporciona processos de mediação que podem, de forma mais efetiva, afetar os sujeitos numa perspectiva relacional, promovendo o desenvolvimento da consciência de si e do outro. Viana (2019) esclarece que a utilização de materialidades como músicas, vídeos, desenhos, brincadeiras e contação de história caracterizam a utilização de mediação estética, sendo possível promover a circulação de sentidos acerca dos fenômenos escolares, com os quais o sujeito interage cotidianamente. O resultado da pesquisa enaltece o uso das mediações estéticas por permitir uma participação mais efetiva na inclusão escolar de crianças com TEA, potencializando a convivência com as diferenças, aspecto que gera uma maior qualidade no processo de ensino-aprendizagem, com base em uma perspectiva institucional e relacional da Psicologia Escolar crítica (VIANA, 2019).

A pesquisa desenvolvida por Miranda (2019) realizou-se um mapeamento de psicólogos escolares que desenvolveram ações pioneiras na área da Psicologia Escolar e Educacional no Maranhão. Considerando a recente história que a Psicologia vem construindo no estado, conhecer as características históricas permite refletir sobre os caminhos traçados no campo teórico e prático da Psicologia Escolar nos diversos espaços de atuação no cenário educacional maranhense. A partir do relato de psicólogos ampliou-se as informações historiográficas sobre a Psicologia na Educação, permitindo conhecer as experiências e concepções de atuações desenvolvidas no estado na última década.

Para Miranda (2019) conhecer a história da Psicologia Escolar no Maranhão possibilita compreender os percursos, avanços, conquistas e obstáculos enfrentados no fortalecimento desta área de atuação convidando psicólogos, na atual conjuntura, a continuarem o movimento de defesa da presença e participação nos contextos educativos, em especial na rede pública de ensino. O resultado desta investigação de PIBIC enfatiza que a conhecer a trajetória da sua profissão é entender os caminhos políticos e sociais alcançados na consolidação de um cenário mais favorável a inserção dos psicólogos no contexto educacional, mobilizando a troca e o compartilhamento de conhecimentos e práticas entre estudantes, professores e profissionais no fortalecimento de ações comprometidas com a melhoria da qualidade da educação pública.

A partir do presente levantamento das produções científicas, obteve-se um panorama de estudos que foram desenvolvidos no período de 2015 a 2020 sobre atuação de psicólogos escolares numa perspectiva crítica, em que se reconhece a complexidade dos fenômenos escolares para a construção de propostas de atuação direcionadas a todos. As publicações apresentadas contribuíram para conhecer e refletir sobre o trabalho desenvolvido na realidade educacional brasileira, em especial na rede pública de ensino da educação básica, além de reafirmar o alcance social da Psicologia a favor do movimento de práticas educativas humanizadoras em contextos diferenciados e heterogêneos.

As produções acima corroboram com o defendido pelo GT de Psicologia Escolar e Educacional da ANPEPP acerca de atuações ativas, criativas e inovadoras, comprometidas com o processo educativo, que exigem do profissional da Psicologia o desenvolvimento de competências e habilidades para uma consciência crítica de todos e para todos (MARINHO-ARAÚJO, 2016; LIBÂNEO, 2017; ALEXANDRINO, 2017; MAIA, 2017).

O levantamento apresentado evidencia que as questões referentes a formação, construção da identidade profissional, perfil profissional e práticas inovadoras têm sido temáticas de interesse em diversas regiões brasileiras. Contudo, das 51 produções encontradas, 33 foram produzidas nas universidades das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Tais dados sinalizam que a disseminação da ciência psicológica no Brasil ocorreu de forma gradativa e diferenciada para os estados brasileiros, a exemplo do Maranhão, o qual, somente a partir da década de 90, formou a sua primeira turma do curso de Psicologia (CRUCES, 2015; CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2009; GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2018).

Tal contexto nos convida a refletir sobre a importância de proporcionar pesquisas na graduação que possibilitem, aos estudantes, o conhecimento dos papéis e das competências profissionais baseadas em um posicionamento ético-político acerca da Psicologia Escolar enquanto campo de produção científica, atuação e pesquisa. Entende-se que a construção da identidade profissional é uma questão complexa e relacionada a diversos fatores que vão desde questões pessoais e econômicas ao reconhecimento social da profissão. Nesse sentido, deve-se proporcionar, desde a formação inicial, o olhar para o pertencimento da categoria profissional específica por meio de articulação dos saberes aos espaços de atuação (CRUCES, 2015; NUNES, 2016; MARINHO-ARAÚJO, 2017).

Os trabalhos apontam para uma diversidade de contextos de atuação diante das exigências contemporâneas que circulam os espaços educativos e exemplificam a utilização de práticas mais contextualizadas, pautadas nas reflexões propostas pela Psicologia Escolar crítica, aspectos que corroboram a construção de um perfil profissional atuante e participativo.

Observa-se que as produções apresentam importantes possibilidades de intervenção profissional com a tarefa de potencializar os espaços de ensino, aprendizagem e desenvolvimento. Destacam, também, que é necessário ter cuidado e clareza em relação a contribuição da Psicologia para implantação de ações competentes, transformadoras e questionadoras da realidade (GUZZO; MEZZALIRA, 2011; CÂMARA, 2019; VIANA, 2019).

No que tange às escolhas teóricas-metodológicas encontradas nas pesquisas, observou-se que quatro universidades fundamentam seus estudos nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, voltadas para a compreensão de que a escola se constitui a partir de raízes sócio-históricas, que desmitificam crenças quanto ao desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

Conforme é esclarecido por Marinho-Araujo (2016, pág.38),

a opção pela perspectiva histórico-cultural tem sido frequentemente adotada e divulgada pela maioria dos trabalhos e publicações sobre a Psicologia Escolar, por defender uma concepção de homem constituído por meio da apropriação e transformação das práticas culturais, mediadas nas relações sociais partilhadas no processo histórico vivenciado.

A escolha por pressupostos epistemológicos que reconheçam o desenvolvimento humano a partir de vivências constituídas histórica e culturalmente instrumentaliza o profissional da Psicologia a pensar nos espaços educativos a partir de práticas intencionalmente planejadas para a oportunizar experiências individuais e coletivas que ressignifiquem a circulação dos sentidos e significados (MARINHO-ARAUJO, 2016).

Para finalizar, reconhece-se o compromisso de pesquisadores e professores na disseminação do saber científico acerca da presença do psicólogo nos processos de transformação social a partir de uma postura crítica e emancipatória, contribuindo para a promoção da conscientização de papéis, funções e responsabilidade de todos os atores escolares. No capítulo seguinte, apresento um pouco da história da Psicologia Escolar no Maranhão.

3. Psicologia Escolar no Maranhão: história, cenário e desafios atuais.

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre a participação do psicólogo escolar na rede pública de ensino por reconhecer a escola como um espaço de intervenção da área que pode contribuir para a construção de uma consciência crítica e ativa dos sujeitos. Ao abordar sobre Psicologia Escolar no Maranhão, reconhece-se a sua recente história, marcada por conquistas políticas e sociais que defendem a presença do psicólogo nas instituições de ensino

como um agente transformador de espaços públicos de educação, que fomenta a ressignificação e a problematização da realidade escolar na qual se encontra (ARAÚJO, 2005a, 2005b; CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009; SOARES, 2008; SANT'ANA; GUZZO, 2014; LIBÂNEO, 2015; BRAZ-AQUINO; GOMES, 2016; NUNES, 2016; GUZZO; MOREIRA, 2016; MARINHO-ARAUJO; 2017; NEVES, 2017; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; GUZZO et al., 2019; SILVA, 2019; MIRANDA, 2019; BALDEZ, 2020). Nessa seção, o texto parte de um breve relato histórico sobre a inserção da Psicologia no estado, destacando a legislação no cenário maranhense e atuação profissional na rede pública.

No Maranhão, o registro dos primeiros psicólogos data entre as décadas de 1970 e 1980, migrantes de outras regiões, como Brasília, Pernambuco e Paraíba, principalmente, por meio de concursos e editais de contratação para empregos públicos e privados, com atuação, em especial, na psicologia clínica ou organizacional. Outra via de entrada de psicólogos no estado foi nas instituições psiquiátricas, como o exemplo da primeira existente na região, o Hospital Nina Rodrigues, que até os dias atuais atende pessoas com transtornos mentais. Os psicólogos recém-instalados na capital maranhense, percebendo a realidade da Psicologia, iniciaram um trabalho de intervenção psicológica aos internos junto aos profissionais responsáveis pelos atendimentos relacionados aos cuidados da saúde mental (ARAÚJO, 2005a; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; SILVA, 2019; BALDEZ, 2020).

Naquele período, além de atuarem na área hospitalar, os psicólogos também ocupavam cargos em empresas, realizando atividades vinculadas ao saber da Psicomетria para emissão de documentos, a exemplo da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). Outra área de atuação pioneira dos psicólogos no Maranhão foi a prática clínica para atendimento às pessoas que apresentavam problemas considerados como transtornos mentais. A população maranhense mesmo sabendo da atuação clínica de alguns psicólogos, era comum a procura ao Padre João Mohana (1925-1995), para tratarem de assuntos de ordem psicológica, com pouca distinção entre as intervenções psicológica e religiosa. Autores que versam sobre a história da formação em Psicologia no Maranhão, relatam que, por ser estudioso da ciência psicológica, o padre era reconhecido por desenvolver um trabalho guiado por uma doutrina que intitulava como “Psicologia iluminada pela fé”. Para ele, a Psicologia permitia uma maior reflexão sobre a vida, oportunizando o acesso aos aspectos mais íntimos da personalidade e do comportamento do homem, através da análise de como os fatores externos ocasionam um emaranhado de sentimentos que, em sua grande maioria, eram inexplicáveis e inaceitáveis ao próprio ser (ARAÚJO, 2005a; CARVALHO; MARINHO-

ARAUJO, 2009; GALVÃO; CARVALHO; MATOS, 2017; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; SILVA, 2019).

O cenário educacional nas décadas de 1970 e 1980 foi outra via de entrada de psicólogos no Maranhão para atuação docente através das Escolas Normais, que tinham o interesse em formarem professores para o exercício da atividade docente, concedendo o diploma de “professora normalista”. A Psicologia era uma disciplina fundamental na estrutura curricular dos cursos de magistério ou quarto adicional, sendo ministrada por profissionais com habilitação em enfermagem, devido aos poucos psicólogos no estado (ARAÚJO, 2005a, 2005b; TOURINHO; MOTA, 2012; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

No campo da formação em Psicologia, paralelamente a partir de 1970 houve a primeira tentativa de criação do curso de Psicologia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Naquele período, a UFMA era administrada pelo Reitor Cônego José Ribamar Carvalho, que votou pelo adiamento da implementação do curso, devido ausência de professores com a qualificação acadêmica. Somente a partir da década de 1990, o primeiro curso de Psicologia na UFMA foi autorizado a funcionar. Essa instituição contribui, até os dias atuais, para formação de psicólogos clínicos, institucionais, escolares e hospitalares (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014).

No final da década de 1990, surge o Centro de Ensino Universitário do Maranhão (CEUMA), instituição privada, cuja primeira turma de Psicologia foi constituída em 1998. Muitos dos primeiros psicólogos formados na UFMA foram, e ainda são, parte do seu corpo docente (AIRES; SOARES; CARVALHO, 2011; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018). Desde 2013, o UNICEUMA tornou-se Universidade e oferta o curso de Psicologia em três *campi*: Renascença, Anil e no município de Imperatriz. A partir dos anos 2000, o Maranhão vem assistindo a um significativo crescimento de IES que vêm oferecendo a formação em Psicologia devido à expansão do ensino superior no Brasil (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018). A Tabela 6, a seguir, apresenta o quantitativo atual das IES do estado.

Tabela 6: Cursos de Psicologia no Maranhão

INSTITUIÇÃO	SIGLA	MUNICÍPIO	GRAU	VAGAS	DATA DE INÍCIO
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	São Luís	Bacharelado	80	1990
Universidade Ceuma (Campus Renascença)	UNICEUMA	São Luís	Bacharelado	320	1998
Faculdade Pitágoras	PITÁGORAS	São Luís	Bacharelado	300	2009
Faculdade Maurício de Nassau	UNINASSAU	São Luís	Bacharelado	180	2015
Centro Universitário Unidade de Ensino Dom Bosco	UNDB	São Luís	Bacharelado	200	2016
Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão	IESMA	Imperatriz	Bacharelado	100	2016
Centro Universitário de Ciências e tecnologia do Maranhão	UniFACEMA	Caxias	Bacharelado	120	2016
Universidade Ceuma (Campus Anil)	UNICEUMA	São Luís	Bacharelado	200	2017
Universidade Ceuma	UNICEUMA	Imperatriz	Bacharelado	200	2017
Faculdade Estácio de São Luís	ESTÁCIO	São Luís	Bacharelado	240	2017
Faculdade de Educação Santa Terezinha	FEST	Imperatriz	Bacharelado	240	2018
Faculdade do Maranhão	FACAM	São Luís	Bacharelado	85	2018
Faculdade Vale do Aço	FAVALE	Açailândia	Bacharelado	85	2019
Faculdade de Imperatriz Wyden	FACIMP WYDEN	Imperatriz	Bacharelado	100	2019
Faculdade Pitágoras	PITÁGORAS	Imperatriz	Bacharelado	120	2019

Faculdade de Tecnologia e Administração Edufor	EDUFOR	São Luís	Bacharelado	200	2020
Faculdade UNIBRAS do Maranhão	FACBRAS	Santa Inês	Bacharelado	85	Não iniciado
Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco	FEMAF	Pedreiras	Bacharelado	120	Não iniciado

Fonte: Ministério da Educação, 2020.

De acordo com as informações obtidas no site do Ministério da Educação (MEC), o curso de Psicologia é ofertado em 18 IES: 17 privadas e 1 pública. Todos são ofertados na modalidade presencial e com formação em Bacharelado, sendo que dois cursos ainda não foram iniciados. A tabela nos apresenta outro dado relevante: enquanto há o surgimento de cursos de Psicologia em municípios distantes da capital maranhense, observa-se a inexistência desta formação nos municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. Entende-se que, devido à proximidade geográfica dos municípios citados, muitos moradores desenvolvem suas atividades econômicas, sociais e educacionais na cidade de São Luís, havendo pouca expansão nos demais municípios (PEREIRA; ALCÂNTARA JR, 2017).

Pautada na compreensão de que o crescimento da sociedade está ancorado ao desenvolvimento educacional de um país, a educação superior é vista como uma possibilidade de mudança e ascensão social, capaz de promover transformação econômica e pessoal para os diferentes sujeitos que participam, direta e indiretamente, desse espaço. Nessa perspectiva, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência à educação superior, criou-se políticas públicas para potencializar o alcance de todos a uma formação universitária. Na última década, o Brasil vivenciou o aumento de IES e do número de vagas com vistas a elevar o nível de escolaridade no País e reduzir as desigualdades sociais e econômicas das regiões brasileiras (UNESCO, 2009; BRASIL, 2009; BISINOTO 2011; FEITOSA; MARINHO-ARAUJO, 2016; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2020).

Diante dessa necessidade, algumas medidas foram criadas, por exemplo, o Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e, no ano de 2007, projetos específicos de acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni) criado pelo MEC, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior para cursos de graduação em instituições de educação superior privadas. Outra política importante foi a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) com o objetivo de possibilitar formação superior para àqueles que não têm possibilidade de custear seus estudos (OLIVEIRA, 2011; AGAPITO, 2016; SALATA, 2018; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2020; FACHINETTI; CANDIDO; CARNEIRO, 2020).

Conforme é discutido por Dias Sobrinho (2015, p. 595),

Uma das mais importantes faces da responsabilidade da Universidade consiste no fortalecimento de seu compromisso com o conhecimento de natureza pública e de utilidade social. A democracia cognitiva é uma das dimensões essenciais da democracia plena e de acrescimento de humanidade aos processos históricos de humanização do mundo. Todos os grupos sociais têm direito ao conhecimento.

Ampliar a inclusão educativa e a democratização dos benefícios culturais é uma questão de justiça social e dos projetos civilizatórios.

Com base nessas reflexões, a democratização do ensino superior no país é compreendida como necessária, por possibilitar uma formação crítica com equidade social. No entanto, é importante avaliar as condições de oferta das IES, que vem ocorrendo de forma acelerada em diversos municípios brasileiros. Apesar de estimular a participação de grupos sociais historicamente desfavorecidos, como os municípios do Maranhão, onde tais políticas não têm assegurado a permanência dos estudantes e o incentivo a pesquisas voltadas a melhorar a produção científica (DIAS SOBRINO, 2014; OLIVEIRA, 2011; MARINHO-ARAUJO, 2014; CHAGAS, 2018; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2020).

Entretanto, nos últimos anos, especialmente de 2016 à 2020 o acesso à educação tem passado por mudanças estruturais, políticas e ideológicas que limitam o ingresso de milhares de pessoas às políticas sociais, reconfigurando o cenário brasileiro educacional, inclusive a educação superior no Brasil. Após a última eleição para presidente em nosso país, temos presenciados uma crise econômica e política em relação à educação pública, atingindo diretamente discentes e docentes da Pós-graduação e graduação e profissionais da Educação Básica. Ciente de que as políticas e programas de expansão da rede pública são importantes ferramentas para a democratização da educação superior, o que se presencia, com o atual Governo Federal, é o descompromisso com a garantia dos direitos dos cidadãos, na contramão ao que estabelece a Constituição Federal de 1988. Apresentando propostas que retrocedem as conquistas acerca da gestão e participação democrática a serviço de todos, o governo do presidente Jair Bolsonaro vem promovendo cortes nos investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia, precarização do trabalho e privatização das instituições públicas em favor de uma ideologia que legitima a desigualdade e o poder de uma minoria sobre a grande maioria da sociedade (DIAS SOBRINHO, 2014; CHAGAS, 2018; FACHINETTI; CANDIDO; CARNEIRO, 2020; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2016).

Somando-se a esse cenário, observa-se o discurso normatizador e autoritário que tem sido imposto pelo Governo em relação à educação do país, a exemplo do apoio a movimentos que negam os direitos humanos, como o corte de bolsa para alunos da Pós-graduação e a tentativa de findar as cotas sociais por meio do Decreto nº 545/2020, desconstruindo os princípios democráticos conquistados nos últimos 30 anos. A redução orçamentária para as universidades públicas, principalmente para os programas de Pós-graduação de Mestrado e Doutorado, representa um descompromisso com a educação, pois cabe ao Estado zelar pela

ampliação do conhecimento, assegurando a formação e permanência dos pesquisadores na expansão da produção científica e tecnológica do país (SANTOS, 2019).

Essa iniciativa demarca o compromisso pela universalização e desenvolvimento da Educação no Brasil, mobilizando docentes, estudantes e professores a assumirem um posicionamento crítico e comprometido com as políticas sociais. No que se refere às políticas educacionais, defende-se que é importante a participação do psicólogo escolar por prover mediações que possam somar para a construção de uma sociedade engajada nos direitos fundamentais da cidadania e emancipação humana, criando espaços de interlocução para Psicologia (COSTACURTA, 2017; SILVA; GROppo, 2020)

É neste cenário que a educação superior oferecida no Maranhão vem se desenvolvendo, ainda que em meio a tensionamentos políticos do próprio estado. Apesar do número de cursos de graduação em Psicologia, é preocupante a forma como vem sendo desenvolvida a formação nesta área, principalmente em relação ao currículo e docentes, uma vez que se reconhece que ainda há professores que atuam sem formação específica na área da Psicologia Escolar. Além disso, ainda é restrita a oferta de Pós-Graduação, seja *Lato Sensu* ou *Scripto Sensu* no Maranhão, com área de concentração relacionada aos processos educacionais ou cursos de qualificação profissional específico para psicólogos escolares. As IES que ofertam a graduação em Psicologia disponibilizam diversos cursos de Pós-graduação em *Lato sensu*, como Educação Especial, Neuropsicologia aplicada à Educação, Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, Saúde Mental, Educação Infantil entre outros. No entanto, nenhuma das IES aqui citadas apresenta um curso específico para Psicologia Escolar que proporcione conhecimentos acerca da atividade do psicólogo no contexto educativo. O que existe são iniciativas de instituições privadas de formação complementar oferecendo especializações específicas na área da Psicologia Escolar principalmente após aprovação da Lei n.º 13.935/2019, a exemplo de São Luís, que houve a oferta de cursos de Pós-Graduação em *Lato Sensu* em duas IES privadas que atuam somente com especializações.

Sabemos que os municípios possuem um ano após aprovação da Lei para se organizarem em relação a inserção do psicólogo escolar na rede de ensino, o que impulsionou o oferecimento de cursos nesta área. Contudo, é necessário haver um posicionamento coletivo e crítico da categoria sobre estes cursos, pois uma das IES, ao anunciar a sua primeira turma, não fazia distinção de profissionais, permitindo que qualquer pessoa com diploma de graduação, caso tivesse interesse, cursasse a especialização em Psicologia Escolar e Educacional, banalizando a formação em Psicologia, que é um campo científico de conhecimento e a prática específica do psicólogo. A especialização em Psicologia Escolar e Educacional foi reconhecida pelo CFP

a partir da Resolução n.º 013/2007 que trata sobre o título de especialista e concede orientações sobre proposta de programa, corpo docente, carga horária e atividade de pesquisa para auxiliar a construção de cursos qualitativos e socialmente relevantes à sociedade (CFP, 2005; 2007).

A nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a linha de pesquisa “História, Epistemologia e Fenômenos Psicológicos”, com o tema “Psicologia da Educação e Psicologia/Educacional e Escolar”, foi ofertada, pela primeira vez na UFMA, no seletivo para formação da turma 7/2017 (Edital PPPGI n.º 039/2016). Nos anos seguintes, por meio dos Editais n.º 51/2017, n.º 24/2018 e n.º 73/2019, expandiu-se a linha de pesquisa com participação de dois professores doutores, que desenvolvem pesquisas na área da Psicologia Escolar e Educacional, a saber: (a) Psicologia Educacional: contribuições da Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo para Inclusão Escolar; (b) Mapeamento da Atuação e Formação em Psicologia Escolar e Educacional no Maranhão; (c) Psicologia Escolar, Processos Educativos e Inclusão Escolar; (d) Teoria Histórico-Cultural do desenvolvimento humano: Fundamentos para Atuação em Psicologia Escolar (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; UFMA, 2019). Apesar de ser considerado um avanço, e de trazer novas perspectivas para a atuação da Psicologia, ainda se faz necessário ampliar e discutir os espaços formativos na intenção de proporcionar uma formação não alienante e excludente. Neste contexto, a ampliação de oportunidade de formação universitária deve permitir ao acadêmico o desenvolvimento de competências técnico-científicas para atuar em realidades concretas a partir da conscientização das dimensões sociais, econômicas, políticas e locais (MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2020).

Outro marco importante do desenvolvimento Psicologia e da Psicologia Escolar no Maranhão foi a criação da Comissão Regional de Psicologia Escolar e Educacional em 2008 através Conselho Regional de Psicologia no Ceará (CRP-CE/11) que nasceu com o objetivo de agregar profissionais da Psicologia atuantes na educação maranhense para discutir e fortalecer o coletivo com a área. Nesse período, os psicólogos faziam parte do CRP-CE/11, e em 2012 houve o desmembramento entre as entidades, tornando-o o Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRP-MA/22) uma unidade autônoma desde 2013 com cerca de 1.100 psicólogos. Atualmente, o CRP-MA possui, aproximadamente, 3.600 registros profissionais em sua base de dados, e nove comissões temáticas, entre as quais destaca-se a Comissão de Psicologia Na Educação (PsiNaed), que tem como objetivo fortalecer a especificidade da atuação e intervenção do psicólogo escolar e sua importância na conjuntura da equipe multiprofissional dos espaços de formação educacional.

Diante da relevância de se dar continuidade, aprofundar e ampliar os debates sobre a Psicologia Escolar e Educacional no contexto do estado, a comissão do PsiNaed teve como

intuito de fortalecer e evidenciar as produções locais, organizou diversos eventos científicos realizados em parceria com outras instituições e órgãos com o objetivo de fortalecer as discussões entre Psicologia e Educação.

O primeiro evento ocorreu em 2008, ancorado no ano da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia, que teve como objetivo proporcionar reflexões acerca da contribuição da Psicologia, como ciência e profissão, na luta pela consolidação de uma educação para todos. O evento intitulado “I Encontro Maranhense de Psicologia Escolar” proporcionou discussões sobre a prática profissional e científica do psicólogo no campo educacional, de forma que se superassem atuações estigmatizadoras e excludentes. O evento contou com representantes nacionais e regionais que dialogaram sobre políticas públicas, legislação, desafios e perspectivas contemporâneas da Psicologia Escolar (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

No ano seguinte, em 2009, organizou-se o encontro em alusão ao Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, intitulado de “A Psicologia na construção da Educação Inclusiva: Ressignificando a Educação Especial”. As discussões presentes corroboraram com a proposta da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, período marcado pela implementação de políticas públicas em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aula comum, tema discutido desde a década de 1990, com a Declaração Mundial de Educação para Todos, na Convenção de Salamanca, ratificando que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos que os demais. Apesar de ser considerado um avanço legislativo, o momento foi marcado pelo contexto social divergente vivenciado pelo público-alvo da Educação Especial, em especial no Maranhão, que eram excluídos diariamente das escolas e tinham seus direitos negados pela comunidade escolar, por não se encontrarem preparados para lidar com as questões relativas ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2008; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

Posteriormente, em 2011, realizou-se o II Encontro sobre Educação Inclusiva, “A Psicologia na Construção da Educação Inclusiva”, com o fortalecimento da participação de psicólogos na luta pela referida temática no contexto maranhense, defendendo-se a ideia ampliada de inclusão em articulação à defesa dos direitos humanos. Em 2016, aconteceu o “II Encontro Maranhense de Psicologia Escolar e o I Colóquio de Psicologia Escolar do Maranhão” com o tema “Formação e atuação na Educação Maranhense”, na cidade de São Luís/MA, voltado a ampliar as discussões da Psicologia na Educação no estado e disseminar os trabalhos de intervenção, pesquisa e ensino em Psicologia Escolar e Educacional. O evento contou com

palestras e mesas-redondas acerca da formação continuada, inclusão escolar, formação em Psicologia Escolar e atuação na educação básica e ensino profissionalizante técnico.

Nos anos de 2016 e 2018, realizou-se o I e II Colóquio Maranhense sobre Autismo em São Luís/MA, no qual a Psicologia Escolar mais uma vez se fez presente, dialogando com outras áreas de conhecimento sobre desenvolvimento de crianças diagnósticas com Transtorno do Espectro Autismo (TEA) e processos de inclusão social e escolar. Na programação científica dos eventos, temas como: políticas educacionais de inclusão, atuação do psicólogo escolar, intervenção psicológica em TEA e avaliação psicológica na escola foram amplamente discutidos por palestrantes e ouvintes.

Em 2018, o Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (DEPSI/UFMA) e o Colégio Universitário (COLUN) realizaram o evento “Diálogos em Psicologia Escolar/Educacional” com 4 horas de carga horária, no qual abordou-se sobre: Docência em Psicologia Educacional; Atuação do Psicólogo Escolar/Educacional e o Ensino Centrado no aluno, com participação de representantes nacionais e regionais. O evento proporcionou o levantamento de temáticas que ampliassem os espaços de ação da Psicologia Escolar, permitindo a construção de novas possibilidades de atuação frente às demandas que surgem diante das mudanças políticas, econômicas e sociais.

Mais recentemente, em 2019, o Maranhão sediou o III Seminário Nordeste de Psicologia na Educação, integrado ao V Encontro Maranhense de Psicologia na Educação e ao II Colóquio de Psicologia Escolar, reconhecendo o processo histórico e coletivo de profissionais que se mobilizam para ampliação da formação, atuação e disseminação da Psicologia Escolar no Maranhão. Com intuito de incentivar discussões sobre a prática educativa de qualidade nos diferentes cenários em consonância com as políticas públicas educacionais e sociais, o evento contou com a participação de vários conferencistas que oportunizaram a troca de experiências e compartilhamento de saberes por meio de atividades planejadas, como mesas-redondas, conferências, exposição de painéis e comunicação oral, colaborando para a expansão do ensino, pesquisa e produção de conhecimento na área.

A Psicologia Escolar no Maranhão tem se destacado também em eventos fora do estado, a exemplo do Colóquio de Psicologia Escolar da UnB, que desde 2009 vem fortalecendo o desenvolvimento científico e tecnológico relacionados à Psicologia e Educação, ao possibilitar a troca de experiência e conhecimento entre os estudantes e professores de diferentes regiões do Brasil e de outros países. A Tabela abaixo ilustra as produções apresentadas no evento abordando diversas temáticas relacionadas à Psicologia, Educação e Psicologia Escolar.

Tabela 7- Trabalhos apresentados em eventos de outros estados brasileiros

Autores	Título	Tipo de apresentação	Ano
Francisca Michelle D. da Silva Campos Valéria Maria Lima Cardoso	O psicólogo escolar e atuação nos NAPNEs do IFMA	Pôster	2013
Açucena Maria Sales de Almeida et al.	Identidade e atuação dos psicólogos escolares no contexto de escola pública e particular em São Luís-MA	Pôster	2015
Aluizio José Gonçalves; Nilma Silva Rego	Aspectos psicossociais dos evadidos no contexto escolar do IFMA/Campus São João dos Patos	Comunicação oral	2015
Ana Caroline Pinheiro Costa Silva; Pollianna Galvão Soares	Desenvolvimento psicossocial em ONG e o compromisso social da Psicologia	Pôster	2015
João Lucas Jansen de Sousa dos Santos et al.	Entre o desconhecimento e as potencialidades: A percepção dos coordenadores sobre a atuação dos psicólogos escolares nos cursinhos pré-vestibulares de São Luís-MA	Pôster	2015
Edmila Aragão Mendonça et al.	A educação maranhense a partir do olhar da imprensa: Aspectos relevantes à psicologia escolar	Pôster	2015
Ana Lúcia Martins et al.	Abrigo: A psicologia como possibilidade de ressignificação	Pôster	2015
Eliane Ribeiro Magalhães de Sousa Fortes et al.	Atuação de psicólogos em abrigos: Contribuição para uma cultura de paz.	Pôster	2015

Pollianna Galvão et al.	Psicologia na educação: tendências atuais no contexto do Maranhão	Mesa redonda	2016
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo et al.	Contribuições da psicologia na educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Maranhão.	Mesa redonda	2016
Yonara Costa Magalhães	Matrizes de referência em uma IES do Maranhão: interface entre currículo do curso, disciplina e avaliação da aprendizagem	Comunicação oral	2016
Camila Gonçalves Ribeiro; Pollianna Galvão	A contribuição dos cursos de Psicologia na formação de psicólogos escolares no Maranhão: uma análise curricular	Pôster	2016
Michelle Fernanda Barros Mendes et al.	Um estudo sobre a atuação de psicólogos nas escolas públicas de São Luís-Ma.	Pôster	2016
Thayara Ferreira Coimbra Lima	Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar: um relato de experiência do IFMA	Pôster	2016
Eliane Ribeiro Magalhães de Sousa Fortes; Pollianna Galvão	O psicólogo educacional/escolar em contextos diversificados	Pôster	2016
Pollianna Galvão et al.	Psicologia Escolar e inclusão escolar	Mesa redonda	2017
Maiara Amorim Muniz; Pollianna Galvão	Estudante com deficiência do Instituto Federal do Maranhão: um estudo preliminar	Pôster	2019
Samuel Neves Andrade Baldez et al.	Atuação em Psicologia Escolar no Maranhão: expectativa dos atores da escola para resolução de conflitos	Pôster	2019
Pollianna Galvão et al.	Pesquisas e atuação em Psicologia Escolar no Maranhão	Mesa redonda	2019

Fonte: anais dos colóquios de Psicologia Escolar de 2013 a 2019

A participação em eventos científicos possibilita a troca e o compartilhamento de informações e conhecimentos de pesquisadores da área e afins, assumindo um papel relevante no processo de comunicação científica, na transmissão da cultura e formação acadêmica. Os eventos ou encontros científicos são fontes de informações sobre novas teorias, perspectivas e resultados. Além disso, viabilizam importantes discussões no campo da atuação e práticas profissionais. Os trabalhos no campo da Psicologia Escolar têm sido apresentados nos Colóquios da Universidade de Brasília anualmente, que são eventos de referência no Brasil e em outros países. As aproximações de pesquisadores e professores do Grupo de Trabalho de Psicologia Escolar da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia que dialogam sobre a atuação e formação de psicólogos escolares também têm incentivado essa divulgação científica. Ressalto que o evento citado não é o único que acontece no país, e que outros trabalhos devem ter sido apresentados em eventos de Psicologia Escolar e de interface entre a Psicologia e a Educação, expandindo e fortalecendo as discussões e práticas no Maranhão (HAYASHI; GUIMARÃES, 2016; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

Outro marco importante para a Psicologia Escolar no Maranhão foi a expansão da educação profissional e tecnológica do Sistema Educacional Brasileiro, que tem o objetivo de preparar jovens para atender as demandas do mercado de trabalho industrial e comercial, em nível médio e superior. Durante muito tempo, o cenário educacional profissional atuou na perspectiva de uma educação compensatória e assistencialista destinada à formação das classes sociais menos favorecidas, na tentativa de conceder respostas à sociedade. Contudo, a partir das novas exigências econômicas e sociais, inúmeras transformações foram realizadas na estrutura pedagógica e organizacional dos Institutos Federais, modificando a concepção de educação e de sistema, rompendo com um processo formativo de mão de obra especializada/técnica e alienada (FEITOSA; MARINHO-ARAUJO, 2016; FEITOSA, 2017; FERREIRA et al., 2017; ALVES, 2019; MUNIZ; GALVÃO, 2019).

Com a consolidação de políticas educacionais que buscaram ampliar a democratização do ensino, aumentar o quantitativo de vagas e conceber propostas que valorizem a formação integral do sujeito, o Maranhão atualmente possui 29 campi do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) que ofertam as seguintes atividades educacionais: cursos técnicos, técnicos integrados ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações à nível de *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. Concomitante à expansão pedagógica e estrutural dos Institutos Federais, houve a necessidade de reestruturar o seu organograma, com a ampliação da oferta de profissionais e a criação de cargos e funções com objetivo de atender as exigências

educacionais e formar cidadãos qualificados numa perspectiva integral para o exercício de funções técnicas (FERREIRA et al., 2017; FEITOSA, 2017).

Dentre os cargos e funções que compõem o Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos em educação, existe o Psicólogo que atua em dois tipos de proposta: área de apoio acadêmico e área de políticas de permanência do discente. Entre os 29 campi disponibilizados no estado do Maranhão, 21 possuem psicólogos em seus quadros funcionais, desenvolvendo atribuições como: palestras, atendimento individualizado, mediação de conflito entre professores e alunos, orientação profissional, intervenções educativas, mapeamento institucional, ações de assessoramento ao ensino, projetos de extensão e organização de eventos (FEITOSA, 2017; ALVES, 2019).

Essa mudança paradigmática nos Institutos Federais consolidou a entrada e permanência dos serviços da Psicologia, conforme é apontado por Feitosa e Marinho-Araujo (2018, p. 183):

o caráter educativo inovador dos Institutos Federais permitiu a defesa da interdisciplinaridade na trajetória formativa dos estudantes e ampliou a necessidade da participação de docentes e gestores no processo de formação intelectual e políticas da comunidade acadêmica. Diante dessa realidade, acompanhar o debate das políticas institucionais no âmbito do ensino profissionalizante, participar das ações envolvendo o projeto político pedagógico, apoiar a trajetória dos estudantes, contribuir para a construção do perfil acadêmico e profissional da comunidade acadêmica, tornaram-se dimensões de interesse par a Psicologia Escolar.

Desta forma, o IFMA se revela como um espaço promissor para a Psicologia Escolar em nosso estado, por possibilitar uma atuação coletiva e institucional através da articulação de práticas que valorizam a realidade educacional, ressignificando concepções acerca do processo de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento humano (FEITOSA; MARINHO-ARAUJO, 2018; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

As informações apresentadas acerca da história da Psicologia no Maranhão nos permitem compreender que os caminhos vivenciados despontam para uma expansão desta área no estado. Contudo, é preciso criar espaços de reflexão sobre a história vivida e aquela que queremos construir por meio de políticas públicas direcionadas à Educação maranhense.

3.1 Psicologia Escolar e legislação no cenário maranhense

Assumindo a defesa por uma Psicologia Escolar que permita a ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem por meio de mediações psicológicas contextualizadas e ampliadas, o Maranhão apresenta lacunas para a consolidação das práticas psicológicas na

educação básica, principalmente no que se refere à legislação a favor do psicólogo escolar. Apesar dos avanços, historicamente retratados no percurso da Psicologia no Maranhão, ainda é restrita a participação em políticas públicas bem como a criação de Leis a favor do psicólogo nas escolas à nível local.

Apesar das dificuldades encontradas frente às demandas educacionais e sociais, o Maranhão tem ampliado suas políticas públicas educacionais com a elaboração de documentos norteadores, como o Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE/MA, 2014), que busca expandir o acesso, a permanência e a qualidade da educação básica ofertada através de programas e projetos. O Plano Estadual de Educação do Maranhão foi sancionado em 2014 com o objetivo de melhorar a educação local, por meio de metas e estratégias que possam “garantir o acesso, permanência e qualidade da educação maranhense numa articulação direta com os instrumentos de planejamento e financiamento da educação” (PEE/MA, 2014, p.3).

Ao analisar esse documento, observa-se o desconhecimento da ação da Psicologia no contexto educacional, sendo apenas convidada a participar quando se refere à saúde ocupacional dos profissionais da educação, como representado nas seguintes estratégias:

8.30. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional. (PEE/MA, 2014, p. 22)

16.2. Estabelecer ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional (PEE/MA, 2014, p.26).

Ciente de que o trabalho dos psicólogos na área da saúde tem a proposta de oferecer um atendimento humanizado para promoção e manutenção do bem-estar dos sujeitos acerca dos fenômenos mentais, não podemos permitir que o Poder Executivo avance em ações com visão restrita acerca da Psicologia. As estratégias reforçam uma visão fragmentada acerca da Psicologia e de suas reais contribuições para a educação, sinalizando o desconhecimento social das potencialidades de atuação da Psicologia Escolar frente ao cenário educacional, como a participação em processos de mudanças e inovação institucional, ampliação de práticas pedagógicas que respeitem a singularidade do sujeito, realização de análise institucional, assessoria e acompanhamento para a elaboração, implementação e avaliação da política educacional local (MARTINEZ, 2017; MARINHO-ARAUJO, 2017; NEVES, 2017).

Esse desconhecimento impossibilita que o psicólogo escolar desenvolva uma atuação crítica no interior das instituições educativas, pois é necessário esteja inserido dentro da escola,

compondo o quadro de profissionais de forma conjunta, no que se refere ao acompanhamento das questões que permeiam os processos educativos, colaborando para os processos de transformação social coletiva e individual ao desenvolver, quando necessário, articulação intersetorial com a área da saúde (MARTÍNEZ, 2017).

Outro aspecto relevante nesta Política é a estimulação de parcerias e ações integradas com distintas Secretarias, isentando o governo estadual de suas responsabilidades com os direitos humanos e o protagonismo social, conforme se observa nas estratégias do documento:

2.10. Garantir serviços de apoio e orientação aos estudantes, com fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência social, para que, de forma articulada, assegurem à comunidade escolar, direitos e serviços da rede de proteção (p. 16).

4.6. Estabelecer parceria com outras Secretarias (saúde, esporte, lazer, assistência social e direitos humanos) para o desenvolvimento de políticas públicas aos jovens, adultos e idosos, público-alvo da Educação Especial (p.18).

8.29. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional (p. 22).

Esses dados apresentam a fragilidade no envolvimento direto da Psicologia no ambiente educacional, restringindo sua ação a atividades pontuais e isoladas em parcerias com outros setores, devido ao não reconhecimento ou compreensão das possibilidades de atuação competente no contexto da educação pública regional. Martínez (2017), ao discutir sobre a participação do psicólogo escolar nos procedimentos de implementação de políticas públicas, afirma que a formação em Psicologia proporciona a construção de um olhar que permite entender os processos que envolvem aprendizagem humana para além de práticas pedagógicas e, também, para uma prática política e social.

No mesmo período em que foi sancionado o PEE/MA (2014), teve-se o arquivamento do Projeto de Lei Estadual n.º 032/2014 de autoria do Deputado Othelino Neto, que propôs a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas da rede estadual de ensino. O PL foi aprovado na Câmara no dia 15 de outubro de 2014, porém, na época, a governadora do estado, Roseana Sarney votou pela revogação, ao defender que o projeto não deveria tramitar pelo legislativo, mas pelo executivo. A revogação desse Projeto confirma que o Estado não almejou comprometer-se com ampliação de profissionais no sistema educacional regional, desconhecendo a importância da Psicologia no movimento de mudança, funcionamento e criatividade no contexto educativo (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; MARTINEZ, 2017; MARINHO-ARAUJO, 2017; NEVES, 2017).

No ano de 2019, o ex-deputado Rogério Cafeteira reuniu-se com a coordenação da Comissão de Psicologia na Educação (PsiNaed) para dialogar sobre o PL 255/19, que trata da inclusão escolar de estudantes com deficiência em Instituições de ensino público e privado no estado do Maranhão. O PL defende que estudantes com deficiências, altas/habilidades ou superdotação e com transtornos específicos do desenvolvimento devem ser acompanhados por uma equipe multidisciplinar composta por: psicopedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e professor para sala de AEE para atender suas especificidades, visando garantir seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, e promover a conquista e o exercício de sua autonomia.

O PsiNaed participou de forma intensa no movimento de revisão do PL com o propósito de fortalecer a compreensão técnica-científica sobre a relevância das intervenções especializadas pela Psicologia no contexto escolar acerca do desenvolvimento e aprendizagem humana, além de conceder orientações para a implementação de práticas educacionais inclusivas (FLEITH, 2011). A participação do PsiNaed na construção deste projeto representa a consolidação de espaços de fala e a tomada de consciência frente às demandas educacionais ao considerar as necessidades psicológicas e seus impactos na comunidade social.

A ação do psicólogo na assessoria e acompanhamento implantação de políticas públicas representa uma possibilidade de atuação transformadora por meio da promoção de estratégias que potencializem a organização do sistema educacional, desvinculando a imagem do psicólogo a ações relacionadas às dificuldades de aprendizagem e problemas com comportamento e atribuindo uma compreensão de sua postura política frente às demandas educacionais (MARINHO-ARAUJO, 2014). Assim, defende-se que esse profissional deve assumir um posicionamento político do seu trabalho por meio de engajamento coletivo comprometido com a ressignificação das relações e concepções presentes na escola para a construção de processos reflexivos e conscientizadores de uma educação de qualidade para todos (MARINHO-ARAUJO, 2017; NEVES, 2017; COSTACURTA, 2017; MARTÍNEZ, 2017).

3.2 Psicologia Escolar e atuação profissional na rede pública de ensino no Maranhão

É frequente o desconhecimento das atribuições do psicólogo escolar nos espaços da rede pública de ensino, seja estadual ou municipal da região maranhense, sendo até mesmo confundido com outros profissionais da equipe técnico-pedagógica, o que gera inquietação nos profissionais que buscam consolidar sua identidade. Ciente que os profissionais que atuam na escola são parceiros profissionais, que se somam aos demais atores da escola na compreensão

dos sujeitos e das relações e ações pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo a defesa de uma equipe multidisciplinar com a presença do psicólogo em cada instituição de ensino, o que permite a troca de saberes e o compartilhamento de vivências entre as áreas. (NEVES, 2016; GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2018; GALVÃO, 2019). Iniciativas na região, como a realização dos eventos científicos já mencionados, têm sido ampliadas para o alcance do conhecimento do profissional da psicologia na escola com a defesa de um perfil fundamento na Psicologia Escolar crítica. Entre essas, destaca-se a elaboração de uma cartilha Psicologia Escolar e Educacional: assumindo novos horizontes,² elaborada em 2019 por professores e discentes em parceria com Conselho Regional de Psicologia do Maranhão. Este material tem o objetivo de auxiliar a sociedade maranhense a compreender e distinguir as ações do psicólogo escolar das demais profissões evitando assim, o desconhecimento e o surgimento de dúvidas sobre cada área.

O psicólogo escolar desempenha um papel significativo ao possibilitar a transformação das relações interpessoais e pedagógicas que compõem o contexto educacional. Contudo, é necessário uma postura política e ética para firmar-se e ser reconhecido como parte da comunidade escolar. Muitos não se sentem seguros ou, por vezes, não encontram referências profissionais, culminando em práticas psicológicas distantes e ausência de participação em políticas e ações comprometidas com as demandas sociais (GUZZO; MOREIRA; MEZZALIRA, 2016).

Considerando que o psicólogo escolar no Maranhão ainda exerce suas atividades profissionais na rede pública de ensino em equipes multiprofissionais, questiona-se sobre quais ações e frentes são de responsabilidade da Psicologia para romper e avançar com esses modelos. De acordo com pesquisas realizadas em outros municípios brasileiros, a exemplo Teresina/PI e Brasília/DF (SILVA, 2015; NUNES, 2016; CACAU, 2019), é comum ouvir relatos sobre a pluralidade de ações executadas, tais como: visitas esporádicas às escolas, atendimento individuais com viés clínico, realização de palestras para a equipe escolar ou comunidade e reunião com professores, principalmente quando se refere a crianças com necessidades educacionais especiais.

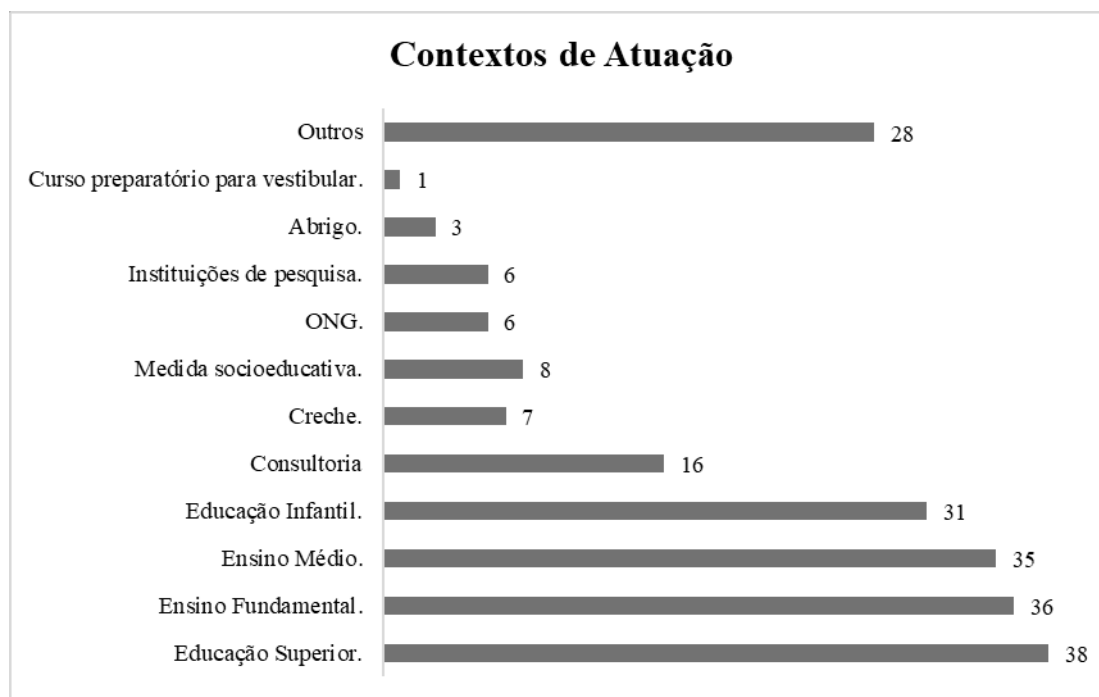
Esse panorama constitui-se como um cenário de incertezas, marcado por inúmeras críticas e incompreensões sobre a Psicologia no campo educacional, assim como pela existência de psicólogos escolares que apresentam uma identidade profissional ainda dispersa, sem traduzir a ênfase no coletivo defendida pela Psicologia Escolar crítica. A esse panorama,

² Disponível em: <http://www.crpma.org.br/wp-content/uploads/2020/04/CAPA-DA-CARTILHA-mesclado.pdf>

somam-se conflitos, contradições e tensões a respeito do psicólogo na rede pública de ensino, a exemplo dos municípios pertencentes ao estado do Maranhão, culminando em pouca participação, ausência de abertura de vagas em certames de concursos públicos ou seletivos, e até mesmo a sua retirada desse espaço, o que demonstra a necessidade do fortalecimento da Lei nº 13.935/2019 para que se efetive a participação da Psicologia frente às demandas públicas e reconheça sua ação política e social na emancipação dos sujeitos (SILVA, 2015; LIBANÊO, 2015; NUNES, 2016; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; CACAU, 2019).

Sobre o perfil e caracterização da atuação e formação do psicólogo escolar no estado, recentemente foram desenvolvidas duas pesquisas. A primeira pelas pesquisadoras Galvão e Marinho-Araujo (2018) sobre o perfil profissional do psicólogo escolar e educacional, e a segunda pelo pesquisador Baldez (2020) resultado da investigação realizada no PIBIC. Ambas as pesquisas se propuseram a conhecer a atuação dos psicólogos nos contextos educativos do estado. Em seus resultados, obtiveram informações relevantes como formação inicial, cidade onde atua, tempo de formado, entre outros dados. O mapeamento confirma que a história da profissão no Maranhão vem se consolidando e constituindo como um cenário fértil para ampliação da atuação em Psicologia Escolar, devido às crescentes demandas educacionais e sociais que proporcionam maior abertura para a inserção desse profissional (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; BALDEZ, 2020).

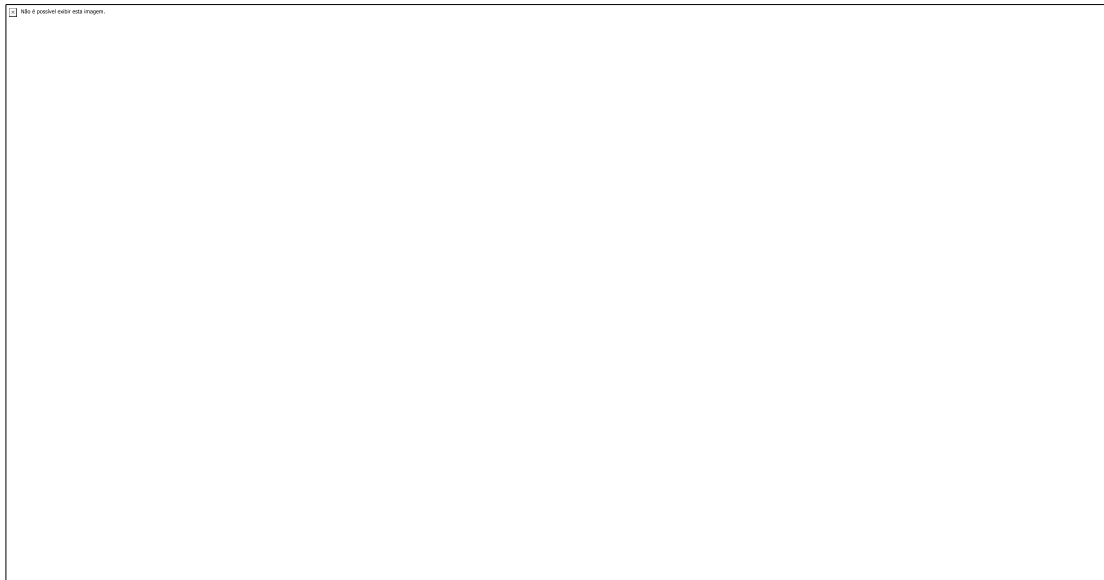
Na pesquisa realizada por Galvão; Marinho-Araujo (2018) intitulada o Perfil profissional do psicólogo escolar e educacional no Maranhão: mapeamento da atuação e formação, realizada em 2016 e 2017, a partir de questionário on-line para obtenção de dados sociodemográficos. O instrumento teve como objetivo realizar um levantamento exploratório de informações sobre a participação de psicólogos na Educação a partir dos seguintes critérios: faixa etária, gênero, instituição de formação inicial, tempo de formado e atuação profissional no campo da educação, tipo de vínculo, cidade onde atua entre outras informações. O questionário foi encaminhado para os e-mails dos profissionais cadastrados no banco de dados do CRP-MA (cerca de 2.489 profissionais ativos cadastrados naquele período), obtendo 127 respondentes. Após a triagem com base nos critérios de exclusão, considerou-se a resposta de 96 psicólogos.

Figura I- Contextos de atuação dos psicólogos escolares

Fonte: Galvão; Marinho-Araujo (2018, p.238)

Em relação ao contexto de atuação observa-se a presença de psicólogos exercendo suas atividades na educação básica, no ensino superior e em outros espaços, a exemplo das ongs, cursos preparatórios para vestibular e abrigos, o que afirma a expansão da atuação psicólogo escolar em contextos diversos e não tradicionais (GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2018). Essa mudança de perspectiva assume o caráter ético-político da Psicologia Escolar ao se comprometer com a transformação da educação indo contra o engessamento pedagógico e administrativo, característicos de muitas instituições educacionais.

Figura II- Atuação do psicólogo escolar em outros contextos



Fonte: Galvão; Marinho-Araujo (2018, p.238)

Em relação ao contexto de atuação, apenas 17% dos 96 psicólogos entrevistados atuam nas Secretarias Municipais de Educação no Maranhão, demonstrando a baixa participação profissional em políticas públicas no sistema educacional. A imagem demonstra que 33% atuam em terapia *Applied Behavior Analysis* (ABA), confirmando o viés clínico da Psicologia, visto que grande parte da demanda ainda está associada a avaliação, diagnóstico e intervenção da aprendizagem e do comportamento, desconhecendo a possibilidade da atuação institucional, coletiva e por intermédio da escola (GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2018).

De acordo com Guzzo e Mezzalira (2011, p.25),

A inserção do profissional da Psicologia em espaços públicos da educação brasileira é, ainda, uma situação bastante rara para aqueles que saem da graduação. Não há, com regularidade e frequência, concursos para ingresso no sistema educacional, e mesmo aqueles que optam por se aprimorar nessa área e exercer essa função acabam desistindo ou migrando para outros postos indiretos de trabalho. Com isso, é comum que trabalhem com queixas e enfrentem problemas escolares mesmo estando fora das salas de aula. Estas são as possibilidades colocadas para o profissional singular que entende a importância de estar ao lado do professor acompanhando o processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, sem deixar de lutar por um horizonte de inserção.

A participação do psicólogo nos espaços institucionais possibilita a ampliação de práticas significativas, por permitir a compreensão das inúmeras possibilidades de atuação referente aos processos de desenvolvimento humano, aprendizagem, formação de professores e políticas públicas. Busca-se romper com a imagem da Psicologia associada apenas ao contexto

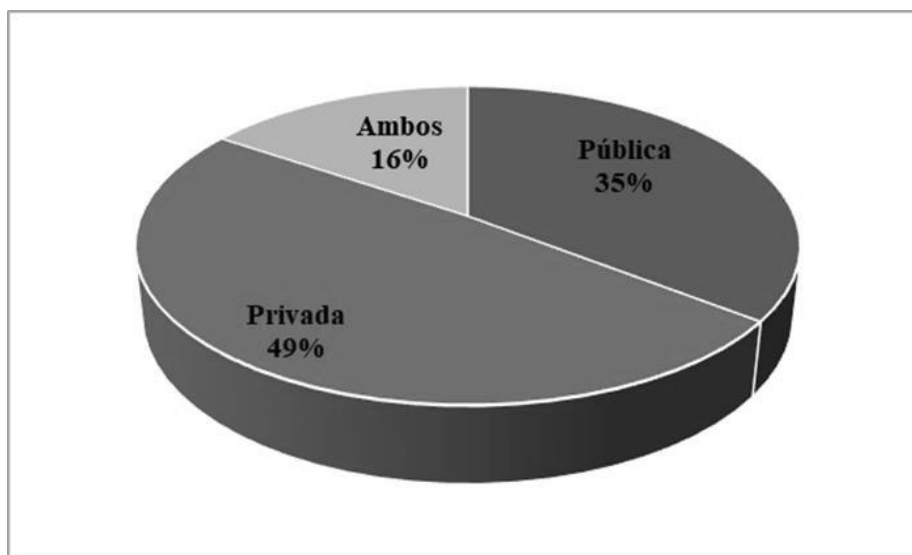
da saúde sob um viés clínico e curativo que distancia o entendimento de sujeito possuidor de uma vida ancorada nas experiências, necessidades e interesses pessoais e sociais (BRAZ AQUINO et al., 2018).

A Figura II nos auxilia a perceber que a Psicologia Escolar não tem ainda um espaço legitimado nas instituições educativas públicas, em especial no Maranhão, indicando que o psicólogo escolar ainda enfrenta barreiras na sua inserção na escola pública, apesar de ser cada vez mais solicitado a participar da elaboração, planejamento, organização e orientação psicopedagógica para melhoria do processo de ensino-aprendizagem em outros campos de atuação na educação. Isso também sugere a preocupação na formação do psicólogo no Maranhão deve estar direcionada à defesa de um perfil específico, conforme é discutido por Marinho-Araujo e Almeida (2014, p.86),

para assegurar o enfrentamento do desafio da construção dinâmica deste perfil, defende-se que o profissional de psicologia precisa estar inserido na instituição escolar como membro efetivo desse universo e não mais como especialista que presta eventuais consultorias quando emergem problemas circunstâncias. A necessidade de ações preventivas de promoção de saúde psicológica no contexto escolar faz com que o psicólogo escolar se mantenha imerso como parte integrante desse contexto, para analisá-lo por dentro, incluindo-se como sujeito compromissado e pertencente a essa realidade.

A entrada desses profissionais nas escolas pode fortalecer ações que promovam a garantia do direito educacional e demais direitos voltados para concepções e práticas comprometidas com a justiça social. Neste sentido, a atuação de psicólogos escolares em diversos espaços deve pautar-se em uma visão institucional, que somente se torna possível ao se constituir como um membro efetivo do contexto, criando condições de instrumentalizar-se diante das reais e complexas demandas que surgem nesses espaços, pois os desafios e possibilidades presentes no exercício profissional concedem desdobramentos para a (re)construção do sentido e significado da própria ação. Frente a essa perspectiva, o psicólogo escolar deve constituir-se enquanto agente promotor de mudanças nas relações e fatores que dificultam os processos de desenvolvimento e aprendizagem, convidando todos os atores escolares a serem agentes de mudança diante do movimento dialético e relacional que se constitui o fazer da escola (SOUZA, 2017).

Figura III -Vínculo institucional dos psicólogos escolares



Fonte: Galvão; Marinho-Araujo (2018, p.238)

Outro dado importante da pesquisa é em relação a natureza institucional dos psicólogos. Conforme observa-se na figura III, apenas 35% dos psicólogos que atuam na área educacional no Maranhão têm sua filiação ao setor público, sendo que 49% trabalham na rede privada. O Maranhão possui cerca de 10.893 escolas públicas (municipais, estaduais e federais) que apresentam dados alarmantes em relação ao índice de reprovação, defasagem por idade e série, abandono e evasão escolar, evidenciando exclusões que problematizam a qualidade das práticas escolares. Em relação às instituições privadas, possui 1.057 unidades de ensino que apresentam problemas semelhantes ou iguais às instituições públicas; entretanto, com interesses econômicos diferenciados que são guiados pelo sistema neoliberalista (PEE/MA, 2014; SEDUC, 2019; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

Assim, questiona-se o porquê do percentual de psicólogos na rede particular ser maior do que na rede pública, visto que a quantidade de demandas em relação aos processos educacionais são alarmantes e marcados por uma cultura do fracasso escolar que evidencia o predomínio da atuação estigmatizadora e excludente, corroborando com a efetivação de condições sociais de opressão e injustiça social. Ciente de que atuação do psicólogo escolar deve ser de todos e para todos, entretanto sua ação na rede privada atende às camadas mais privilegiadas do ponto de vista socioeconômico. A defesa que se faz é por sua atuação na rede pública de ensino alocado nas escolas, porém é comum ouvir relatos de professores sobre a ausência desse profissional de forma efetiva na escola, recebendo apenas a visita esporádica de psicólogos lotados nas Secretarias Municipais de Educação. Dependendo do seu tipo de

vinculação e realidade institucional, realizam apenas um trabalho de assessoria ou orientação de forma superficial, por não fazerem parte do contexto da escola, reforçando o uso de práticas tradicionais, como atendimento individualizado e diagnóstico (SOUZA, 2017; MARTÍNEZ, 2017; GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2018; BRAZ AQUINO et al., 2018).

A ausência de diretrizes e esclarecimentos sobre a função do psicólogo nas suas instituições de atuação proporcionam inúmeras situações acerca do desempenho profissional, como desvio de função, readaptação de cargo e até total inércia de participação no ambiente ocupacional. Tais aspectos fragilizam o entendimento e a compreensão de quem é o psicólogo e o que ele pode fazer na e para escola, aspectos que culminam na falta de identificação do psicólogo com a área educacional e sua retirada deste espaço, muitas vezes para o campo da saúde. Esse fato reforça uma variedade de limitações nas ações profissionais, as quais destacar-se: escassez de espaços de intervenção, limites impostos pelo serviço público, como mudança de gestão ou dos modelos de trabalho e representação social da profissão no viés clínico.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresentou em 2013 o documento intitulado *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica*, para o fortalecimento do compromisso ético do exercício profissional no campo da Educação. Este documento foi atualizado em 2019 após aprovação de Lei nº 13.935, possibilitando a construção de propostas consistentes e qualificadas nos espaços educativos ao problematizar a realidade das práticas pedagógicas que se relacionam diretamente com as dimensões políticas, econômicas e culturais.

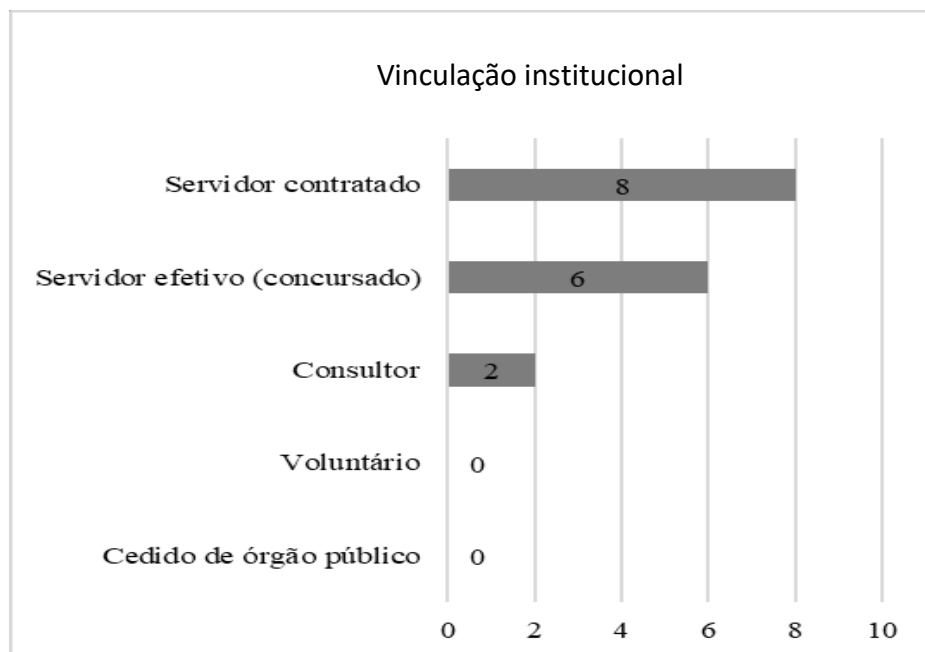
As *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica* propõem que ação do Psicólogo Escolar possa ser orientada pelos seguintes princípios: a) compor com a equipe escolar, a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola; b) problematizar o cotidiano escolar; c) construir, com a equipe da escola, estratégias de ensino-aprendizagem, considerando os desafios da contemporaneidade e as necessidades das comunidade onde a escola está inserida; d) valorizar e potencializar a construção de saberes nos diferentes espaços; e) buscar conhecimentos técnico-científicos da Psicologia e da Educação; f) romper com a patologização, medicalização e judicialização das práticas educacionais; g) formar profissionais da Psicologia para se dedicarem a este campo de atuação.

Os princípios apresentados nas *Referências Técnicas* têm como objetivo auxiliar à administração pública a ampliar a inserção dos serviços de Psicologia nas escolas de Educação Básica articulando os saberes produzidos no campo da Psicologia Escolar e da Educação, permitindo uma análise crítica da realidade educacional. Cientes de que o cotidiano da escola é um espaço marcado pela diversidade de contextos, as referências técnicas defendem que as

instâncias administrativas devem se organizar e elaborar documentos que ofereçam subsídios para a construção de propostas de atuações frente as demandas políticas institucionais locais.

Pensar sobre as práticas profissionais do psicólogo escolar exige o enfrentamento de concepções tradicionais a favor de práticas emergentes, comprometidas com ações transformadoras. A literatura atual tem incitado reflexões sobre o processo de mediação do psicólogo escolar no fortalecimento de práticas emancipatórias, compartilhando conhecimentos psicológicos com a equipe escolar para a melhoria da qualidade das relações e do ensino. No entanto, muitas lutas ainda precisam ser enfrentadas no Maranhão, principalmente porque, historicamente, o contexto social, cultural e educacional do nosso estado foi marcado por questões políticas-partidárias que privilegiavam interesses de grupos minoritários ao invés de políticas sociais em benefício de todos (MARTÍNEZ, 2010; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

A investigação realizada por Baldez (2020) intitulada de “Caracterização da atuação e formação de psicólogos escolares de escolas do Maranhão: um estudo sobre o perfil” foi desenvolvida no ano de 2019, e se fundamentou no estudo realizado por Galvão; Marinho-Araujo (2018), realizando uma análise das informações contidas no banco de dados do estudo “Perfil profissional do psicólogo escolar e educacional no Maranhão: mapeamento da atuação e formação” das autoras mencionadas. Foram identificados 55 dos 127 que participaram da pesquisa desenvolvida por Galvão; Marinho-Araujo (2018) atuando na Educação Básica. Os participantes foram contactados por meio de envio de e-mail, grupos de *WhatsApp* e *Facebook* para envio do link de acesso ao questionário pelo *GoogleDocs*, tendo o retorno de 16 respondentes.

Figura IV - Vinculação institucional dos psicólogos escolares

Fonte: Baldez, 2020.

No que diz respeito ao tipo de vinculação institucional, observa-se que muitos psicólogos que atuam no campo educacional não são servidores efetivos, ingresso no serviço público por meio de contrato, consultoria, ações de voluntariado ou sendo cedido por outros órgãos. O número restrito de psicólogos concursados, evidencia uma das grandes dificuldades de inserção e participação na rede pública, a ausência de editais e o número reduzido de vagas quando há abertura de concursos públicos, inviabilizando a ampliação das possibilidades profissionais e o reconhecimento social do psicólogo junto à Educação.

As restrições acerca da participação no setor público estão associadas as políticas educacionais, como a exemplo da LDB nº 9.394/96 ao definir que são os profissionais da educação, pedagogos ou professores com formação específica, como pode ser verificado no artigo 67.

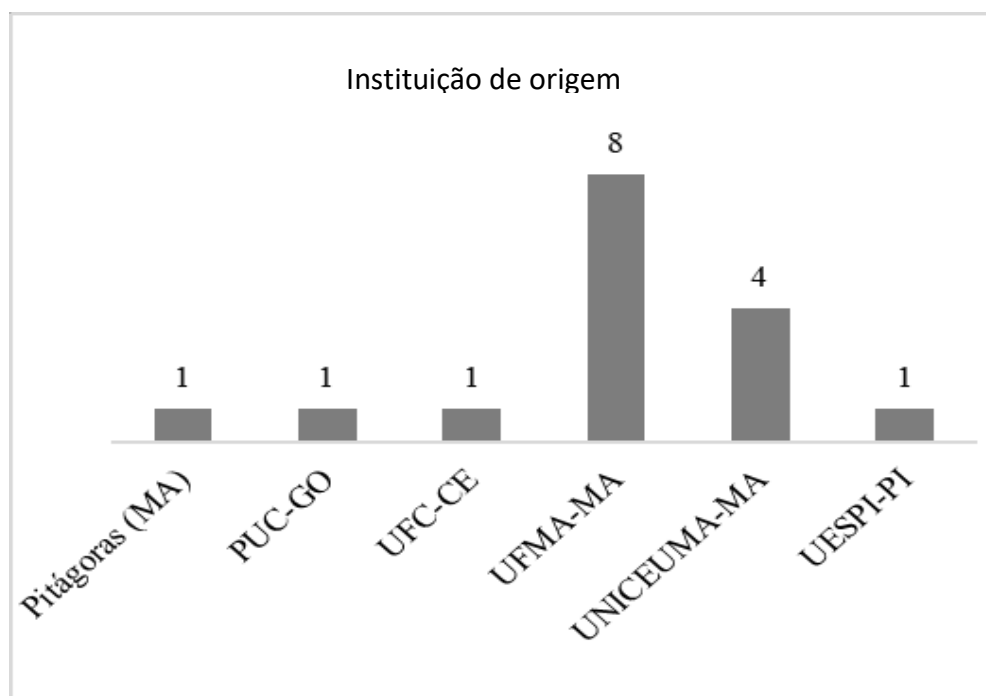
§ 2º para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico (BRASIL, 1996, pág. 35).

Para as autoras Guzzo, Mezzalira, Moreira (2012) e Viana (2016), a ausência de recursos que amparem a contratação de psicólogos por meio de concurso público prejudica a entrada e permanência no serviço público. O tipo de vínculo empregatício ofertado pode ocasionar a

desvalorização dos profissionais, salários baixos e carga horária elevada além da exigência de ações que não condizem com o psicólogo escolar, interferindo significativamente na organização e estruturação do trabalho, além de deixá-lo em situação de vulnerabilidade trabalhista.

A defesa que se faz é pela ampliação de editais de concursos públicos como forma predominantemente de ingresso dos psicólogos por meio de certames que especifiquem as atribuições gerais do cargo e função a ser exercida apoiados nos pressupostos teóricos da Psicologia Escolar crítica para reconhecimento e legitimação junto à equipe da escola. Com a aprovação da Lei nº 13.935/2019 e em consonância com as discussões realizadas pelo GT da ANPEPP, espera-se assegurar aos profissionais políticas de formação, atuação e salarial que considerem as especificidades da Psicologia na Educação, rompendo com práticas de contrato ou prestação de serviço que, na maioria dos casos, são desdobramentos de favorecimento político partidário (GUZZO, MEZZALIRA, MOREIRA, 2012; VIANA, 2016).

Figura V - Instituição de origem dos psicólogos escolares



Fonte: Baldez, 2020.

Com relação à instituição de formação inicial, constatou-se que a maioria dos participantes cursou a graduação na UFMA, primeira instituição no Maranhão a oferecer o curso de Psicologia. Em relação a disciplina de Psicologia Escolar, no período de 1997 a 2006,

havia apenas uma professora com experiência na área que fazia parte do quadro docente da UFMA, não sendo suficiente para atender as demandas das disciplinas e do estágio, ocasionando, assim, uma lacuna na formação discente (AIRES; GALVÃO; CARVALHO, 2011). Atualmente, o estado possui 17 cursos funcionando que desenvolvem suas atividades acadêmicas de acordo com as orientações das Diretrizes Nacionais para os cursos de Psicologia (2011) acerca da formação e atuação para o exercício profissional. A expansão das IES por meio das políticas públicas educacionais proporcionou a construção de novos horizontes para a Psicologia no estado, contudo é importante (re)pensar em quais condições os futuros psicólogos tem construído seus saberes profissionais.

De acordo com Neves (2017) oferecer base teórico-prática sólida permite uma atuação crítica e criativa que problematizem a realidade ao articular teoria e prática a favor de ações exitosas. Embora a formação seja generalista, defende-se que os cursos tenham mais do que informação, e oportunizem aos profissionais uma educação firmada em princípios políticos e éticos para a construção de uma trajetória acadêmica e profissional transformadora. Nesse sentido, é fundamental a oferta de uma formação qualitativa no processo de torna-se psicólogo para consolidar e articular competências para o desenvolvimento de uma práxis reflexiva, planejada, profissional, intencional e consciente (MARINHO -ARAÚJO; ALMEIDA, 2010).

Compreende-se que ainda existe um longo caminho a ser percorrido pelo psicólogo escolar na consolidação de espaços no ensino público, uma vez que poucos são os que atuam nessa realidade no Maranhão. Nessa direção, entende-se que o processo de mudança educativa de uma sociedade requer um movimento de consciência de todos, estabelecendo compromissos sociais em articulação com a realidade e dinâmica da escola. Entretanto, para que isso ocorra, é fundamental a participação efetiva do psicólogo nos espaços educacionais, agindo ativamente em todos os processos pedagógicos para ressignificar os sentidos e significados que circulam a partir das interações sociais (MARTÍNEZ, 2010; LIBÂNEO, 2015; MARINHO-ARAÚJO, 2015; COSTACURTA, 2017).

4. QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS DO ESTUDO

Pesquisar sobre atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino do Maranhão visa levantar informações relevantes sobre as características do trabalho voltado às demandas na educação desta região. O cenário das políticas atuais demanda a atuação do psicólogo escolar nas escolas públicas de ensino e o convoca para o desenvolvimento de ações que favoreça a inclusão e democratização da educação pública (MARINHO-ARAUJO, 2010).

A literatura contemporânea em Psicologia Escolar propõe discussões sobre o compromisso ético-político que deve ser assumido para o desenvolvimento de uma atuação dinâmica, crítica e que seja capaz de sustentar ações competentes diante das demandas e desafios que envolvem o cotidiano escolar (MARINHO-ARAUJO, 2015; NEVES, 2016; OLIVEIRA, RAMOS; SOUZA, 2020). Partindo da compreensão de que a Psicologia Escolar pode e deve fortalecer o Sistema Público de Ensino do Maranhão, foram delineadas três questões centrais que evidenciam o problema de pesquisa a ser investigado:

- 1) Qual o panorama da participação da Psicologia Escolar na rede pública de ensino Maranhão?
- 2) Quais ações desenvolve o psicólogo escolar nestes espaços?
- 3) Qual a concepção que o psicólogo escolar tem sobre a sua atuação?

Esses questionamentos advêm da hipótese de que as ações desenvolvidas pelos psicólogos na rede pública de ensino podem estar ora afiliadas a concepções acríticas, a-históricas e com tendência ao modelo clínico de atuação, ora podem ser aproximar de uma atuação mais crítica, sustentada por referenciais teórico-metodológicos que consideram a gênese dos fenômenos educacionais atrelada aos aspectos históricos, socioeconômicos, políticos e culturais onde estão situadas as diferentes comunidades escolares.

As questões norteadoras desta pesquisa sustentaram a elaboração dos objetivos a serem destacados abaixo:

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo Geral

- Analisar as práticas desenvolvidas por psicólogos na rede pública de ensino no Maranhão.

4.1.2 Objetivos específicos

- Mapear as ações desenvolvidas por psicólogos escolares que atuam na educação pública;
- Identificar as concepções teórico-metodológicas que fundamentam a atuação em Psicologia Escolar;
- Caracterizar as diretrizes e orientações educacionais das políticas públicas de Educação no Maranhão;
- Elaborar uma proposta de atuação em Psicologia Escolar para atuação na rede pública de ensino.

Para discutir s questionamentos, objetivos e problematizações desta pesquisa, bem como para fundamentar as discussões propostas no decorrer do trabalho, apresentam-se a seguir os pressupostos epistemológicos e metodológicos.

5. METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os percursos metodológicos fundamentados na Psicologia Histórico-Cultural do desenvolvimento humano e da pesquisa qualitativa que orientaram essa investigação. Em seguida, serão detalhados o contexto, cenário, participantes, procedimentos e análise dos resultados.

5.1 Pressupostos epistemológicos e metodológicos do estudo

Para a construção desta pesquisa qualitativa, utilizou-se uma metodologia com base nos fundamentos epistemológicos da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky (1982/2004), que compreende o objeto de estudo de forma dinâmica, dialética e complexa relação construída através dos sentidos e significados que são estruturados socialmente pelo homem, permitindo, assim, uma abordagem interativa da investigação científica. Para o autor, a apropriação dos elementos culturais possibilita ao sujeito empreender a sua interação com o mundo, com o outro e consigo ressignificando o homem nas interações sociais. A epistemologia de Vygotsky (1982/2004) contempla o ser e suas relações a partir de um processo histórico que produz transformações na relação do homem com o mundo, por compreender que suas experiências

não são resultados de uma reação mecânica às forças do ambiente, mas que são desdobramentos históricos e relacionais do sujeito com o meio (VYGOSTKY, 1982/2004).

Vygostky (1982/2004) pontua que a relação do homem com o ambiente não é direta, mas mediada por meio de instrumentos simbólicos e culturais que se apresentam como estruturas intermediárias. É na dinâmica das relações que os processos psicológicos superiores se desenvolvem, através do uso de instrumentos e signos que ressignificam o movimento de interação e das transformações psíquicas.

De acordo com Marinho-Araujo (2016, p.41),

a partir da criação de instrumentos concretos, utilizados para a transformação do mundo natural, e da partilha de suas funções nas relações sociais o ser humano foi criando um sistema de signos, ferramentas simbólicas, para mediar seu pensamento, sua comunicação e seu trabalho em sociedade.

O instrumento configura-se como um objeto social e mediador da relação entre o indivíduo e o mundo, ampliando a capacidade de transformar o espaço em que se encontra. O uso dos instrumentos modifica a ação do homem sobre a natureza através do trabalho, tendo grande relevância na formação histórica da espécie. Já o signo age como instrumento de atividade interna que orienta o próprio sujeito nos processos psicológicos. Para Vygostky (2003, p.54), “o uso de signos conduz os seres humanos a uma estrutura específica de comportamento que se destaca do desenvolvimento biológico e cria formas de processos psicológicos enraizados na cultura”.

O uso de instrumentos e signos deve ser compreendido como elementos propulsores do mecanismo biológico e da constituição do psiquismo que ocorrem ao longo da vida do sujeito e geram a construção de processos mentais importantes na formação deste psicológica. Tais métodos potencializam a compreensão do uso dos elementos simbólicos culturalmente construídos por meio do uso de operações mentais e representações que auxiliam na (re)construção interna da realidade externa, a qual Vygostky chama de processo de internalização por potencializar novas ressignificações complexas e impregnadas de significados e sentidos (VYGOSTKY, 1982/2004).

Para Vygostky (1982/2004), os sentidos e significados são construções sociais formadas a partir da própria ação do homem e dos fenômenos que o cerca. Os significados são conceitos constituídos ao longo da história dos grupos sociais com base na relação do mundo físico e social em que vivem, sofrendo modificações de acordo com o grupo cultural e linguístico de que faz parte. Os sentidos se configuram como uma ação subjetiva e dinâmica do sujeito que

adquirem significação diante do contexto que surgem, modificando-se conforme as experiências sobre o fenômeno. Vygostky (1996, p.125) afirma que “o significado é apenas uma das zonas de sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em surge, em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido.”

A possibilidade de compreender as zonas de significado e sentido constituídos pelo sujeito evidencia a complexa relação estabelecida entre o indivíduo, o meio e os fenômenos psicológicos. A internalização e ressignificação de novos sentidos a conceitos socialmente partilhados e estabelecidos potencializa a transformação da atividade por meio de novas perspectivas de se relacionar com o ambiente, assim, a busca pelos significados e sentidos será utilizada no processo de construção das informações desta pesquisa (VYGOSTKY, 1982/2004).

De modo a subsidiar uma imersão do pesquisador no conhecimento do seu objeto de estudo, Vygostky apresenta três princípios metodológicos que potencializam a compreensão da realidade investigada. O primeiro princípio defende a análise do processo, e não apenas do objeto, o que implica considerar que a produção de conhecimento é dinâmica e dialética, e constitui-se a partir da relação teórica e empírica, permitindo evidenciar a complexidade do fenômeno. O segundo princípio relaciona-se ao caráter explicativo que estabelece conexões entre o objetivo de estudo e o contexto, opondo-se a metodologias descritivas que não analisam o contexto investigado como um todo e de forma processual, decompondo-o em partes isoladas. O terceiro princípio trata da dimensão história e social dos fenômenos, desnaturalizando a busca por respostas mecanizadas e cristalizados, provocando a ressignificação da concepção sobre o objeto de análise (VYGOSTKY, 2004; 2007).

Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa vai ao encontro da epistemologia histórico-cultural de Vygostky (2004; 2007), que compreende o objeto de estudo a partir da complexidade que o constitui, pois são as experiências do sujeito em determinado contexto que possibilitam entender os fenômenos psicológicos marcados pelas contradições, semelhanças e tensões, permitindo ressignificar sua realidade e a si próprio. Defende-se que a pesquisa qualitativa não se encontra ancorada na mensuração ou na representatividade por amostragem aleatória dos participantes, mas na interpretação dos fenômenos de uma determinada realidade e suas implicações na construção das informações para o processo de investigação (DENZI; LINCOLN, 2006; DESSEN, 2005; 2010; FLICK, 2013; MADUREIRA; FRANCO, 2001).

Para Denzin e Lincoln (2006), o uso da metodologia qualitativa implica conhecer o processo a partir dos diversos aspectos que constituem a realidade a ser investigada,

evidenciando os multifatores que compõem os problemas de pesquisa. Os autores ressaltam que essa abordagem interpretativa permite compreender o sentido e os significados que os sujeitos concedem aos fenômenos, pois trabalha com o universo de significações, crenças, valores e atitudes pessoais e sociais, fenômenos que são construídos na interação do homem com o coletivo, e que não podem ser reduzidos apenas na operacionalização de informações, apresentando características próprias, tais como: descrever, compreender, explicar e analisar o contexto. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é amplamente utilizada para a compreensão das zonas de sentidos, pois as informações analisadas são construídas de maneira circular e gradativa conforme o andamento dos procedimentos do estudo (DENZI; LINCOLN, 2006; DESSEN, 2005; 2010; FLICK, 2013; MADUREIRA; FRANCO, 2001).

Assim, compreende-se que a pesquisa qualitativa permite uma postura participativa do pesquisador, aproximando-o da realidade investigada, por ser de caráter processual e dinâmico, cujas etapas encontram-se conectadas entre si, respeitando os espaços e os sujeitos, ao possibilitar uma averiguação que não seja apenas uma aplicação de métodos, mas que permita um papel ativo e crítico no transcurso da pesquisa.

Partindo dos fundamentos epistemológicos da Psicologia Histórico-Cultural, o desenho metodológico desta pesquisa constitui-se a partir do entendimento de que os sujeitos constroem uma relação de forma histórica e dialética com o meio e com seus pares. Os sujeitos investigados são produtores de pensamento e sentido na complexa conjuntura social das relações humanas, manifestos no momento da pesquisa, revelando o sentido particularizando da subjetivação do sujeito. Assim, os instrumentos e procedimentos escolhidos foram pensados na perspectiva de ampliar o olhar sobre o objeto de estudo e a relação com o contexto vivenciado (VYGOSTKY, 1982/2004).

A seguir, serão apresentados os procedimentos, contexto e os participantes para construção das informações e, por fim, os procedimentos de análise das informações.

5.2 Procedimentos

Esta pesquisa foi delineada por etapas que permitiram a construção e organização dos procedimentos e instrumentos coerente ao objeto de análise. Registra-se, ainda, que seu desenvolvimento foi condizente com os objetivos da pesquisa, permitindo a construção das informações de forma processual e dinâmica.

Cabe salientar que a investigação ora percorrida foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão por intermédio

da Plataforma Brasil através do Parecer nº3.675.264 (em anexo), estando em conformidade com as Diretrizes Éticas de Pesquisa com Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde-CNS n.º 466/12 e da Resolução de n.º 510/16. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a Carta de Aceitação Institucional foram elaborados com base nas resoluções mencionadas acima, conforme constam nos apêndice A e B.

Os recursos metodológicos deste estudo vão ao encontro da proposta de orientação sobre Intervenção Institucional de Marinho-Araujo (2014) por orientar a intervenção e construção de informações alicerçadas em dimensões que propõem estratégias para analisar os contextos educacionais e seus atores pertencentes e que, no caso desta pesquisa, priorizou-se conhecer o trabalho do psicólogo escolar. Essa proposta da autora, fundamentou os recursos metodológicos deste estudo que se baseia uma perspectiva contemporânea da Psicologia Escolar crítica, oportunizando a criação e o fortalecimento de ações de interlocução, escuta e intervenção nos discursos presentes em cada realidade dos participantes. A intervenção institucional permite essa compreensão a partir do acesso às relações sociais, à cultura organizacional e às contradições pessoais e profissionais ideológicas, aspectos que transversalizam os diversos contextos para além de uma simples ou isolada informação (MARINHO ARAÚJO; ALMEIDA, 2014).

Conforme é discutido por Marinho-Araujo (2015), a intervenção institucional revela-se como um instrumento de investigação que possibilita a aproximação da pesquisadora à subjetividade individual e coletiva dos atores escolares, a partir da reflexão das vivências e singularidades da instituição, permitindo melhor compreensão das relações vivenciadas no processo educacional. A compreensão do espaço coletivo vai além de uma descrição de funções e atividades dos atores da escola; trata-se de uma ação essencial em pesquisa voltada para a compreensão da realidade e das práticas desenvolvidas nas instituições (MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2014; MARINHO-ARAÚJO, 2015).

A construção das informações desta investigação foi realizada em consonância com os procedimentos e instrumentos adotados, e puderam ser revistados e ajustados ao longo do curso da investigação. Em seu primeiro desenho metodológico, este estudo organizou-se em quatro etapas distintas, a saber: (1) análise documental; (2) aplicação de questionário; (3) visitas institucionais e (4) entrevista com psicólogos escolares. Porém, houve a necessidade de reformular as etapas da pesquisa que envolviam contatos presenciais, em virtude da necessidade do isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19 que impossibilitou a realização dos procedimentos de visitas institucionais e entrevistas presenciais.

Desta forma, mudanças foram feitas e que resultaram no seguinte desenho metodológico: (1) aplicação de questionário sociodemográfico; (2) entrevista virtual com os psicólogos escolares; (3) análise documental. A Tabela 7 apresenta os objetivos, procedimentos e instrumentos utilizados para a construção das informações:

Tabela 8 - Síntese do planejamento da pesquisa

ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES NA REDE PÚBLICA NO MARANHÃO		
OBJETIVO GERAL: Analisar as práticas desenvolvidas por psicólogos na rede pública de ensino no Maranhão.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTOS	INSTRUMENTOS
Mapear as ações desenvolvidas por psicólogos escolares que atuam na rede pública.	Envio de questionário eletrônico	Questionário Sociodemográfico
Identificar as concepções teórico-metodológicas que fundamentam a atuação em Psicologia Escolar.	Entrevista com os psicólogos escolares.	Roteiro de entrevista semiestruturada
Caracterizar as diretrizes e orientações educacionais das políticas públicas de Educação no estado do Maranhão.	Análise Documental	Roteiro para análise documental
Elaborar uma proposta de atuação em Psicologia Escolar para atuação na rede pública de ensino.	Envio de questionário e entrevista com os psicólogos.	Documento orientador para a atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino.

1ª Etapa: Aplicação de questionário sociodemográfico: este procedimento apresenta-se como uma ferramenta de rápido acesso às informações desejadas pela possibilidade de preenchimento em tempo hábil e o direcionamento de perguntas e respostas objetivas. Segundo Gil (2009, p.128), o questionário “é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, expectativas e situações vivenciadas”. Este instrumento deve ser formulado com o objetivo de auxiliar a construção de dados; contudo, é importante que se tenha cuidado na elaboração deste material, pois caso seja mal formulado, poderá ocasionar uma coleta com informações equivocadas, prejudicando a validade da pesquisa (GIL, 2009; MELO; BRANCHI, 2015).

Nesta pesquisa, este procedimento teve como objetivo conhecer as características do trabalho desenvolvido pelos psicólogos. Para tal, elaborou-se o instrumento intitulado Questionário Sociodemográfico, disponível no Apêndice C, composto pelas seguintes seções: tipo de vínculo, tempo de atuação na rede pública municipal de ensino, carga horária, turno de trabalho, área de atuação (segmento e modalidade), quantidade de profissionais, atividades desenvolvidas e formação. Para alcançar um maior número de respondentes, realizou-se primeiramente contato com o Conselho Regional de Psicologia do Maranhão via e-mail para apresentar, na ocasião, o projeto de pesquisa de mestrado. A gestão concordou em enviar o link de acesso deste Questionário via *GoogleDocs* para todos os psicólogos ativos e inscritos no banco de dados do CRP. No primeiro envio, 20 profissionais responderam no período de 30 dias. Devido ao modesto número de retorno em relação ao universo de cerca de 3.500 psicólogos, solicitei novamente o encaminhando do Questionário, obtendo mais 10 respostas, o que totalizou 30 respondentes desta etapa via mediação do CRP. A fim de aumentar o número de acessos aos psicólogos escolares, optou-se por utilizar outra ferramenta de comunicação, o *WhatsApp*, convidando os psicólogos a participarem da pesquisa, o que resultou em mais 6 participações, finalizando com 36 participantes na 1ª etapa. Registra-se, pelo comparativo dos meios buscados para a consecução desta etapa, a relevância dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia no apoio a pesquisas de mapeamento e levantamento dos fazeres do psicólogo brasileiro.

2ª etapa: Entrevista virtual com os psicólogos escolares: na pesquisa qualitativa, a entrevista é fundamental para compreender os significados, valores e opiniões a respeito das situações cotidianas e vivências pessoais, por permitir acesso à fala dos atores sociais sobre determinado fenômeno. As entrevistas possibilitam ao pesquisador realizar um aprofundamento do objeto

de estudo, abrangendo o sentido de sua realidade, ou seja, fornece informações acerca das crenças, atitudes, concepções, cultura, motivações que as pessoas têm de si, dos outros e do mundo ao seu redor (GASKELL, 2018). Segundo Fraser e Gondim (2004, pág. 140), “a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível à sua mente no momento da interação com o entrevistador [...]”. O contexto da entrevista possibilita uma maior compreensão das informações apresentadas pelos entrevistados, pois permite o esclarecimento de dúvidas, o que é importante para análise de respostas fidedignas ao processo vivenciado.

Participaram da realização desta etapa somente os psicólogos escolares que responderam ao Questionário Sociodemográfico. Assim, realizou-se o contato via e-mail para agendamento do horário e apresentação das características da participação nesta 2ª etapa. Para a realização das entrevistas, foi construído um instrumento de pesquisa intitulado Roteiro Semiestruturado de Entrevista, que permitia a inclusão de novas perguntas durante o processo, possibilitando ao pesquisador e participante maior flexibilidade e fluidez, caso fosse necessário. Além disso, as entrevistas foram efetivas por meio do software de comunicação Skype. A escolha por esse software se deu pela possibilidade de gravação gratuita e o armazenamento por um período de 30 dias, tempo hábil para a transcrição. O Roteiro Semiestruturado de Entrevista, apresentado no apêndice D, foi elaborado a partir das seguintes questões: identificação, formação inicial, atuação profissional e formação continuada. Após o envio do instrumento ao e-mail dos psicólogos escolares para participarem da 2ª etapa da pesquisa, apenas sete se disponibilizaram a participar, comparecendo no encontro virtual no horário e data escolhidos por eles. Foi realizada uma única entrevista com cada participante e com duração média de 30 minutos.

3ª Etapa: Análise Documental: consiste na compreensão do fenômeno estudado a partir do uso de diversos documentos tais como: leis, projetos, pareceres, normas, revistas, livros, fotos, memorandos, projetos institucionais, entre outros que possam ser utilizados como fonte de informação, permitindo a análise de outras fontes complementares. A utilização de documentos possibilita a compreensão da linha do tempo do fenômeno pesquisado, acessando elementos econômicos, políticos e sociais a fim de desvendar os significados e sentidos contidos no objeto de estudo. Para a escolha dos documentos, é necessário que o pesquisador considere a função deste material para a pesquisa que pretende realizar, uma vez que pode conter informações que potencializem os caminhos a serem investigados (LUDKE; ANDRÉ, 1986; CELLARD, 2008; KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015).

Na proposta de Intervenção Institucional de Marinho-Araujo (2014; 2016), a análise documental é uma estratégia utilizada na dimensão da intervenção institucional com o objetivo de conhecer as orientações, conteúdos e informações acerca das práticas desenvolvidas bem como os conflitos e incongruências que emergem no contexto investigado. Assim, é uma ferramenta que possibilita reflexão e compreensão dos elementos textuais, tornando-se uma fonte de dados históricos e atuais das particularidades do que se quer investigar (SEVERINO, 2007; MARINHO-ARAUJO; 2010).

Na etapa anterior, das entrevistas virtuais, questioneei aos psicólogos se no seu local de atuação havia documentos que subsidiassem suas atividades. Três das sete psicólogas informaram que sim e disponibilizaram as respectivas fontes documentais, sendo um Plano Municipal de Educação de Paço do Lumiar/MA e o Regulamento da Política de Assistência do Educando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), sendo que duas psicólogas apresentam o mesmo documento. O referido documento foi analisado a partir do instrumento de Protocolo para Registro da Análise Documental, organizado por temáticas: natureza do documento (tipo de documento), título da fonte documental, ano de publicação e objetivo do documento, com o objetivo de organizar as informações na compreensão do objeto de estudo, conforme é apresentado no apêndice D. Este instrumento de pesquisa foi construído a partir do Protocolo para Registro da Análise Documental desenvolvida por Galvão (2014), porém com adaptações em relação às informações preliminares. Em relação aos outros psicólogos, houve a alegação de que nas instituições em que atuam não há a existência de documentos que orientem a prática do Psicólogo Escolar. Assim, solicitei o encaminhamento de outros documentos, tal como Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo que dois alegaram que não tinham acesso e os outros dois informaram que o documento se encontra na escola, mas em virtude do isolamento social ocasionado pela pandemia da COVID – 19, não teriam como buscar para disponibilizar essa pesquisa.

5.3 Contexto da pesquisa

O Maranhão está localizado no Nordeste do Brasil e possui uma extensão territorial equivalente 331,9 mil km², ocupando a segunda maior dimensão espacial da região. Embora existam 267 municípios, a população se organiza de forma desigual territorialmente, concentrando 40,1% do total estadual na capital São Luís. As outras regiões, como o Oeste maranhense possui 21,4%, o Leste com 20,2%, o Centro com 13,6% e o Sul com apenas 4,8% dos habitantes do estado. O Maranhão possui quatro municípios mais populosos, a saber: a

capital São Luís, e as cidade de Imperatriz, São José de Ribamar e Timon (este último, faz fronteira com Teresina, capital do Piauí) que se expandiram com o movimento de produtos entre a região Norte e outras regiões do país, somando ao crescimento das indústrias e comércio (IBGE, 2017).

No campo educacional, o Maranhão apresenta o registro de 10.893 escolas na rede pública de ensino, que atende desde a educação infantil ao ensino médio, com o total de 895.050 de estudantes matriculados. Em 2019, a taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos de idade analfabeto superou o índice regional (16,9%) e o nacional (8,5%), totalizando cerca de 823 mil pessoas, ocupando o terceiro lugar no Brasil (SEDUC, 2019).

No tocante às avaliações de desempenho escolar, obtidas por meio das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Maranhão vem apresentando um crescimento gradual nas avaliações de grande escala, com destaque aos estudantes do ensino fundamental de 4º e 5º ano que, em 2007, apresentaram um desempenho de 3.5 e, no ano de 2018, alcançaram 4.8, atingindo a meta nacional. Porém, em relação aos estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental, a última vez que atingiram a média nacional foi em 2011, alcançando 3,4 %, aspecto que reflete a baixa qualidade do ensino (IDEB, 2019).

Embora historicamente na rede pública de ensino no Maranhão tenha sido alvo de pouco investimento de governos com pautas neoliberais, a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC) tem ampliando as políticas públicas locais com o desenvolvimento de programas macropolíticos de educação, como: Programa Escola Digna e Programa Tempo de Aprender, que têm por finalidade institucionalizar as ações da secretaria em eixos estruturantes para subsidiar um política de educação integral e integradora, por meio do fortalecimento da educação básica, formação continuada dos profissionais da educação, regime de colaboração, gestão educacional, avaliação institucional e da aprendizagem, em um eixo que transversaliza os demais com pesquisa, ciência e tecnologias (SEDUC, 2017; 2019). Também cabe chamar atenção a uma das ações desenvolvidas para o público do Ensino Médio no cenário da pandemia da COVID-19. Em 03 de outubro deste ano, foi divulgada a Plataforma Digital Gonçalves Dias com conteúdo preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com o objetivo de potencializar os estudos de estudantes que tiveram que se afastar da escola em virtude do isolamento social. Tal iniciativa permite diminuir os prejuízos acadêmicos, indo na defesa de uma educação democrática e comprometida com o social.

Apesar do cenário desafiador na rede pública de ensino, a inserção de psicólogos escolares vem ocorrendo de forma gradativa e lenta em comparação às instituições privadas de

ensino, conforme a pesquisa apresentada por Galvão e Marinho-Araujo (2018), a qual aponta que apenas 35% dos psicólogos atuantes na área educacional no Maranhão tem sua filiação ao setor público, e que 49% trabalham na rede privada. Apesar do cenário favorável à expansão e consolidação da Psicologia Escolar no ensino público, percebe-se a necessidade de envolver os profissionais ativamente no fortalecimento do coletivo para viabilizar a entrada e permanência de psicólogos na educação sobretudo pública no estado. (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

A seguir serão apresentados os municípios que foram cenário da pesquisa dos psicólogos que participaram da entrevista virtual. Ressalva-se que se obteve poucas informações nos sites das prefeituras, pois devido ao período eleitoral só está sendo permitido compartilhar notícias sobre a pandemia da COVID-19.

Município I – Paço do Lumiar/MA

Paço do Lumiar é o quinto município mais antigo do Maranhão, localizado na região metropolitana de São Luís, tem como fronteira os municípios de São Luís, São José de Ribamar e Raposa. Com uma população estimada em 123.747 pessoas, Paço do Lumiar possui 95 Unidades de Ensino da Educação Básica (UEB) que atendem crianças de 3 aos 5 anos de idade, nos segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Sobre o desenvolvimento educacional, o município vem vivenciando um período com baixos índices em relação ao ensino e aprendizado, em 2007 a meta estipulada era de 3,8 sendo alcançado 3,7, passados 10 anos, Paço do Lumiar continuar com déficit, pois a meta esperada para o ano de 2017 era de 5,3 e alcançou 4,2 (IDEB, 2017; PAÇO DO LUMIAR, 2020)

Município II – Rosário/MA

Situada à 60 km da capital do estado, a cidade de Rosário possui uma área de 685.036 km com uma população estimada em 42.016 habitantes, fazendo parte da Região Metropolitana de São Luís. Conhecido por suas belezas naturais e históricas/culturais possui forte tradição religiosa e cultural, e sua principal atividade econômica é a pesca e o comércio. Em relação ao contexto educacional, possui 70 escolas, sendo que 63 pertencem a rede municipal, 6 são estaduais e apenas 1 federal. Em relação ao IDEB, a educação em Rosário nos anos iniciais (1º ao 5º) e finais (6º ao 9º) aos finais, em 2007 a meta era de 3,0 e alcançou-se apenas 2,9, já em

2017 a meta era de 4,4 sendo que o município atingiu apenas 4,0 sinalizando um avanço na qualidade do ensino (IDEB, 2017; ROSÁRIO, 2020).

Município III – Urbanos Santos /MA

A cidade de Urbanos Santos pertence a microrregião de Chapadinha, e possui uma população estimada em 33.459 habitantes. A cidade fica próxima a Região dos Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses o que possibilita a expansão das atividades econômicas e turísticas. Sobre os aspectos educacionais o município possui dados alarmantes em relação ao IDEB, pois desde 2007 nunca houve uma meta alcançada ou superada ficando abaixo do esperado. Em 2007 a meta prevista era de 3,2 sendo que se atingiu apenas 2,9 o que se vem agravando nos últimos anos, em 2017 estipulou-se 4,7, porém obteve-se apenas 3,4 permanecendo em queda em relação ao rendimento dos alunos. Urbanos Santos possui 68 escolas públicas, sendo que 64 são da rede municipal e apenas 4 estaduais. (IDEB, 2017; URBANO SANTOS, 2020)

Município IV – Guimarães/MA

Guimarães está localizado no litoral ocidental do Maranhão, e é considerado o segundo município mais antigo do estado. Conhecido pelo vasto patrimônio arquitetônico e cultural, possui um alto potencial turístico e econômico para o desenvolvimento de atividades na região. O município possui 12.086 habitantes, e 24 escolas sendo que 22 são municipais e apenas 2 pertencem a rede estadual. Sobre o desempenho educacional, a cidade tem alcançado bons resultados desde 2007 superando a meta estipulada que era de 2,7 ao alcançar 3,5. Em 2017, tinha-se o objetivo de 3,5, contudo houve a superação desta expectativa alcançando 3,6, destacando-se entre os poucos municípios maranhenses que obtiveram bons resultados (IDEB, 2017; GUIMARÃES, 2020).

Município V – Caxias/MA

Considerada um dos maiores centros econômicos do estado por seu grande desempenho industrial e comercial, a cidade de Caxias ocupa o terceiro lugar entre os maiores municípios do Maranhão. Conhecida pelo seu patrimônio histórico e arquitetônico herdado do século XIX e pelos ilustres poetas que ali nasceram, Gonçalves Dias, Coelho Neto, Teófilo Dias, entre outros, Caxias é um expoente da cultura no cenário maranhense. Tendo 164.880 habitantes,

possui 243 escolas, sendo 212 municipais, 30 estaduais e 1 federal, e dispõe de três IES privadas e duas públicas. Sobre o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), a cidade apresentou avanços, em 2007 a meta era de 2,9 e alcançou-se 3,5, já em 2017 a meta era de 4,5 e o município alcançou 4,9 indicando um maior aprendizado e fluxo escolar adequado (IDEB, 2017; CAXIAS, 2020).

Município VI – Brejo/MA

Localizado no leste do Maranhão, Brejo possui uma forte tradição política e religiosa. Com uma população estimada em 36.651 habitantes, possui 70 escolas, sendo 65 da rede municipal e 5 apenas estaduais. No último desempenho do IDEB, a cidade de Brejo não atingiu a meta esperada de 4,0 alcançando 3,8 menos do que experienciado em metas em relação aos anos anteriores. Em 2007, por exemplo, a meta projetada foi de 2,4 e município conseguiu atingir 2,9. Brejo continua com o desafio de garantir mais alunos aprendendo e melhorar os índices da educação brejense (IDEB, 2017; BREJO, 2020).

Município VII – Imperatriz/MA

Segundo município mais populoso do estado, Imperatriz é um forte centro econômico, político e cultural, e possui um dos melhores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Maranhão. Em relação ao cenário educacional, a cidade possui faculdades privadas e universidades públicas, dentre as quais destacam-se UFMA, UEMASUL e IFMA. No que se refere à Educação Básica, possui 172 escolas, sendo 148 municipais, 23 estaduais e 1 federal. O IDEB no período de 2007 a 2017 vem mantendo bons resultados, a exemplo do último censo em que a meta era atingir 5,3 e alcançou 5,2 destacando-se entre os municípios do Sul do Maranhão (IDEB, 2017; IMPERATRIZ, 2020).

A Educação Básica é obrigatória e de responsabilidade do Poder Público devendo atender estudantes dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando conforme orienta a LDB nº 9.394/96 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Contudo, apesar de ser garantindo em documentos oficiais, o ensino no Brasil, em especial no Maranhão, deve oferecer melhores condições para docentes e discentes para superar as fragilizadas encontradas em nosso estado. Apesar das breves informações apresentadas acerca dos municípios, observa-se que as metas educacionais têm desafiado gestores municipais na busca da melhoria e ampliação da qualidade do ensino público.

Entretanto, reforça-se a necessidade de potencializar os investimentos, sobretudo na formação do professor e organização pedagógica por meio de políticas locais que viabilizem o acesso e permanência de todos e para todos

5.4 Participantes

Conforme anteriormente apresentado, a primeira etapa desta pesquisa foi realizada pelo o envio do Questionário Sociodemográfico, pelo qual obteve-se de 36 respostas de psicólogos escolares que atuam em diferentes municípios do estado. No primeiro momento, o contato aconteceu por intermédio do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão que enviou o Questionário Sociodemográfico para todos os profissionais com cadastro ativo no banco de dados. A partir das respostas obtidas, houve acesso ao e-mail pessoal e foi realizado o convite para participação na 2ª etapa da pesquisa. A Tabela 8 e as Figura V e VI abaixo apresentam as informações de caracterização dos participantes desta pesquisa.

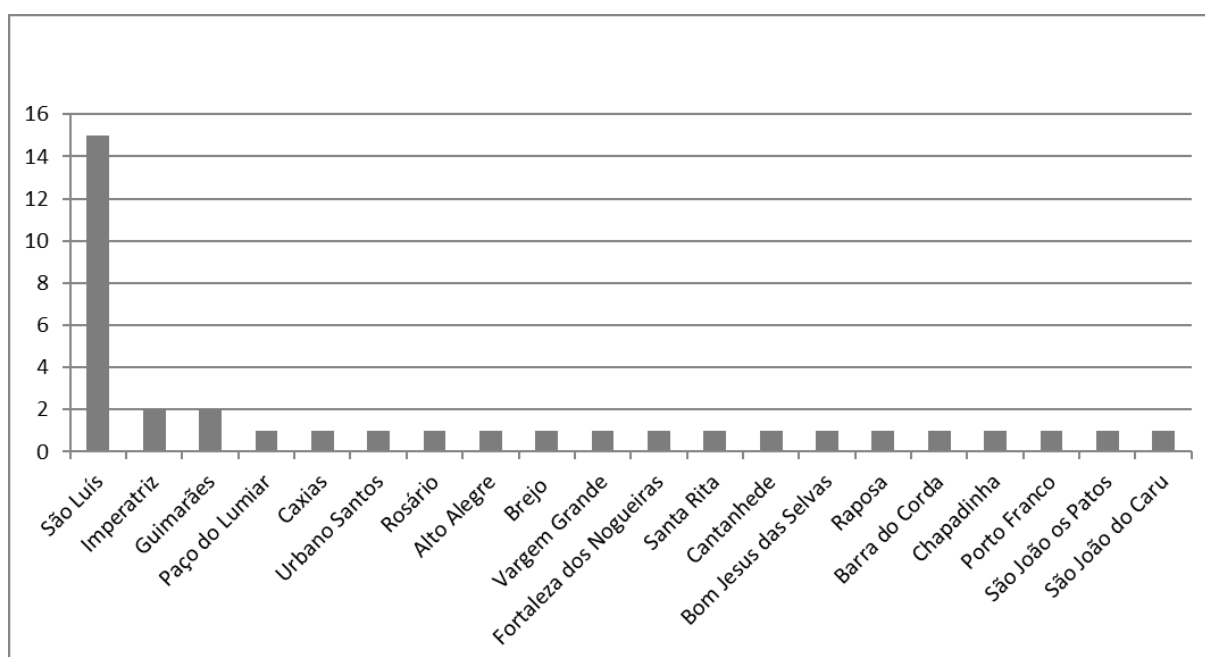
Tabela 9 – Características sociodemográficas dos participantes

Categoria	Subcategoria	Porcentagem
Gênero	Feminino	75%
	Masculino	25%
Natureza da IES formadora	Privada	69,4%
	Pública	30,5%
Tempo de atuação em Psicologia Escolar	Até 5 anos	66,7%
	Até 10 anos	16,7%
	Acima de 10 anos	16,6%
Carga horária de trabalho	24 horas	36,1%
	30 horas	25%
	40 horas	38,9%
Tipo de vínculo com a rede de ensino	Servidor efetivo	41,7%
	Servidor contrato	33,3%
	Cargo comissionado	11,11%
	Voluntário	13,9%

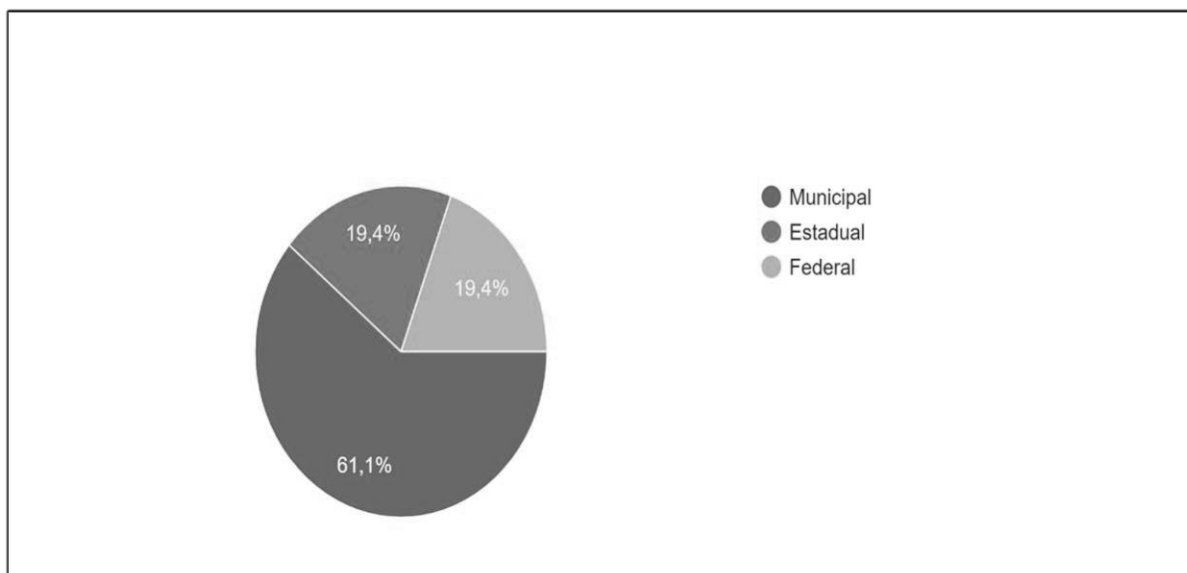
Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Nesta pesquisa houve a presença majoritariamente de mulheres que atuam no cenário educacional, correspondendo a 75%, e 25% por homens. Com relação à natureza da IES formadora, 69,4% estudaram em instituição pública e 30,5% em privada. No tocante ao tempo de atuação em Psicologia Escolar, 66,7% possuem tempo médio de até 5 anos, 16,7% de até 10 anos e apenas 16,6% acima de 10 anos; sobre o tipo de vínculo com a rede, a maioria dos psicólogos escolares são servidores efetivos com carga horária variando entre 24 à 40 horas. Os gráficos abaixo apresentam os municípios e a natureza institucional de atuação dos psicólogos escolares identificados neste estudo.

Gráfico I: Município de atuação dos psicólogos escolares



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Gráfico II: Natureza institucional dos psicólogos escolares

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

No total, são 20 municípios onde os psicólogos declararam estar atuando na área. Observa-se um quantitativo maior na capital maranhense, São Luís, dividindo-se entre órgãos de natureza municipal, estadual e federal. Apenas Imperatriz e Guimarães aparecem mais de uma vez, sinalizando que a Psicologia Escolar vem conquistando espaços em todo o território maranhense. A discussão detalhada das informações obtidas por meio do questionário eletrônico será apresentada na seção de resultados desta pesquisa.

5.5 Procedimento para análise das informações:

Discutir sobre a atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino do Maranhão exige reconhecer uma construção histórica, coletiva, política e social próprio da realidade local, o que impacta nas relações de trabalho que o homem estabelece com o contexto. Essa pesquisa utilizou instrumentos que auxiliaram na construção das informações, em consonância com os pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa, o que permitiu entender os sentidos e significados da atuação do psicólogo em espaços educativos, ao compreender as singularidades dos fenômenos e as interações que se estabelecem sobre os fatos (GASKELL, 2018).

A construção do objeto de investigação na pesquisa qualitativa ancora-se na dialética das representações, ações e interpretações dos sujeitos investigados em relação ao ambiente de intervenção, o que exige do pesquisador não somente o conhecimento teórico, mas sua sensibilidade às informações adquiridas. Ao estabelecer uma ponte entre a interpretação dos

sujeitos sobre o fenômeno e a interpretação construída pelo pesquisador, aproxima-se dos significados e sentidos que os participantes atribuem às suas vivências no cotidiano escolar (DESLAURIES; KÉRISIT, 2014; GASKELL, 2018; MARINHO-ARAUJO, 2014, 2016).

Com base neste pressuposto epistemológico, o estudo do sujeito não é um fenômeno isolado, mas constituído na complexidade das experiências históricas do indivíduo, estabelecendo-se como uma realidade dinâmica e complexa das vivências cotidianas em dada cultura. Assim, propõe-se compreender, a partir das experiências coletivas e individuais, a produção de sentido e significado que cada sujeito atribui ao seu contexto, pois são singulares e legítimas à realidade dos fatos, narrativas e locais que dão sentido à complexidade do fenômeno (VYGOSTKY, /21982004).

Nesta perspectiva, os procedimentos metodológicos, o questionário sociodemográfico, a entrevista virtual e a análise documental permitiram compreender e ampliar as informações encontradas por meio de uma análise integrativa e contextualizada as das interlocuções estabelecidas com os participantes. As informações foram organizadas e analisadas em sistemas de categorias acerca da formação e atuação, o que possibilitou conhecer os sentidos e significados atribuídos pelos participantes, sendo analisados e interpretados à luz dos referenciais teóricos da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia Escolar crítica.

Neste estudo, o primeiro procedimento adotado refere-se análise descritiva de dados quantitativos acerca da atuação de psicólogos escolares na rede pública do Maranhão. As respostas obtidas no questionário sociodemográfico possibilitaram conhecer os municípios que possuem profissionais da Psicologia atuando na Educação através do levantamento de dados sobre formação e atuação, o que possibilitou análise as informações acerca do cenário maranhense por meio de gráficos e tabelas, o que permitiu comparar as respostas emitidas pelos participantes (FLICK, 2013).

O segundo procedimento utilizado refere-se à categorização realizada por meio da análise das entrevistas virtuais com os psicólogos escolares, o que me possibilitou através do conteúdo da fala dos participantes compreender os sentidos e significados por eles elaborados, refletindo as relações, experiências e trajetórias individuais e coletivas. Nesta compreensão, o processo de análise das informações vai além da simples descrição do contexto ou da vivência, revelando o conteúdo oculto, simbólico e subjetivo. Analisar as falas dos participantes nos permite conhecer as contradições, tensões, concordâncias e conciliações presentes no contexto investigado, o que se torna fundamental para revelar a subjetivação de cada sujeito (VYGOSTKY, 2004).

O terceiro procedimento utilizado refere-se à análise documental que envolveu a leitura de materiais que foram disponibilizados pelas participantes após a entrevista virtual. Realizou-se uma leitura analítica fundamentada na abordagem qualitativa, permitindo identificar as concepções e fundamentos epistemológicos que norteiam a atuação destes profissionais no seu ambiente de trabalho (FLICK, 2013; SEVERINO, 2007).

A partir do uso destes diferentes procedimentos realizou-se a construção de categorias temáticas através das zonas de sentido e significado, sendo possível interpretar as informações à luz dos objetivos proposto nesta pesquisa. A seguir apresenta-se a discussão e análise dos resultados, que serão descritos no capítulo a seguir.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

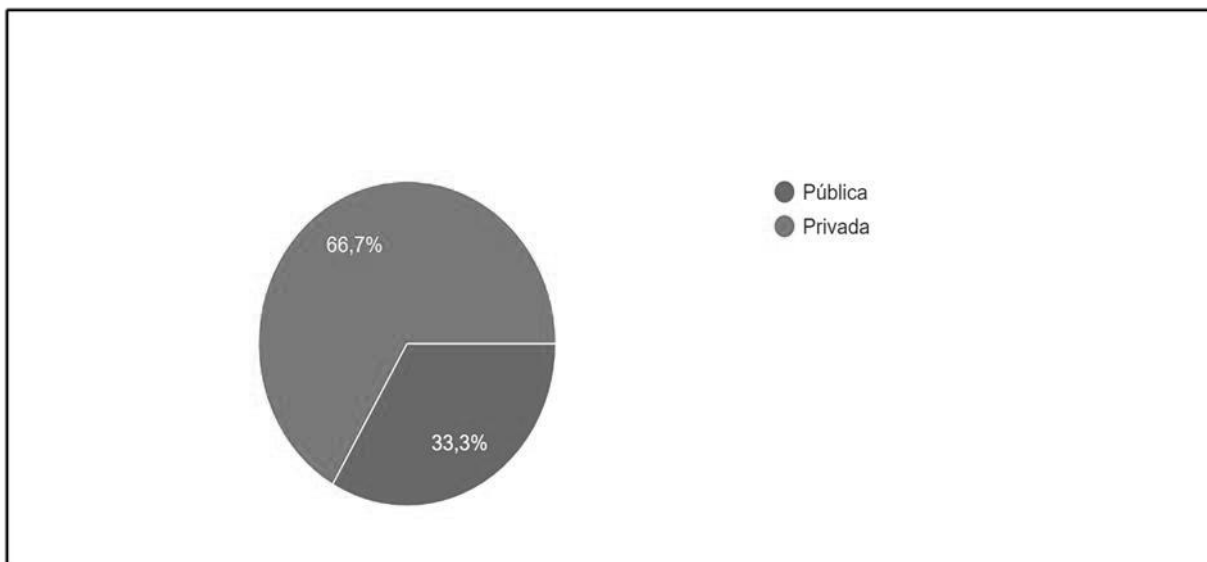
Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados construídos na caminhada desta investigação com base nos pressupostos epistemológicos que orientaram esta pesquisa de mestrado. Foram realizadas as análises referentes ao questionário sociodemográfico, à entrevista virtual e aos documentos institucionais por meio de um processo interativo para interpretação das informações que foram analisadas à luz da Psicologia Histórico-Cultural do desenvolvimento humano e da Psicologia Escolar crítica que fundamentaram a construção das categorias de análise: formação e atuação.

A categorização das respostas permitiu mapear as características de formação e atuação de psicólogos escolares no Maranhão a partir dos significados e sentidos apresentados nas falas que manifestam indicadores das suas concepções e fundamentações epistemológicas sobre sua prática profissional. Em síntese, a partir dos instrumentos utilizados, foram delineadas as seguintes categorias de indicadores: Categoria I: Formação inicial e continuada; e Categoria II: Atuação profissional

A seguir, serão apresentados os resultados do questionário sociodemográfico, das entrevistas virtuais e análise documental, buscando responder aos objetivos desta pesquisa e a elaboração de uma proposta de atuação profissional para psicólogos na rede pública de ensino no Maranhão.

Categoria I – Formação inicial e continuada

Neste eixo são apresentadas e analisadas as informações referentes à formação inicial e continuada dos psicólogos.

Gráfico III: Natureza da IES de formação dos psicólogos escolares

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Em relação à natureza da IES de formação, identificou-se que 66,7% dos respondentes se graduaram em IES privadas e 33,3% na pública, afirmando o que vem sendo apresentado por Oliveira e Marinho-Araujo (2014); Marinho-Araujo (2016) sobre o crescente quantitativo de IES privadas no Brasil. No Maranhão, em virtude de políticas educacionais, tais como FIES e PROUNI foram ampliadas vagas e aberturas de novos cursos de graduação, reestruturando a oferta do Ensino Superior ao democratizar o acesso e a permanência de estudantes que não possuíam condições financeiras de custear uma formação universitária (GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2018).

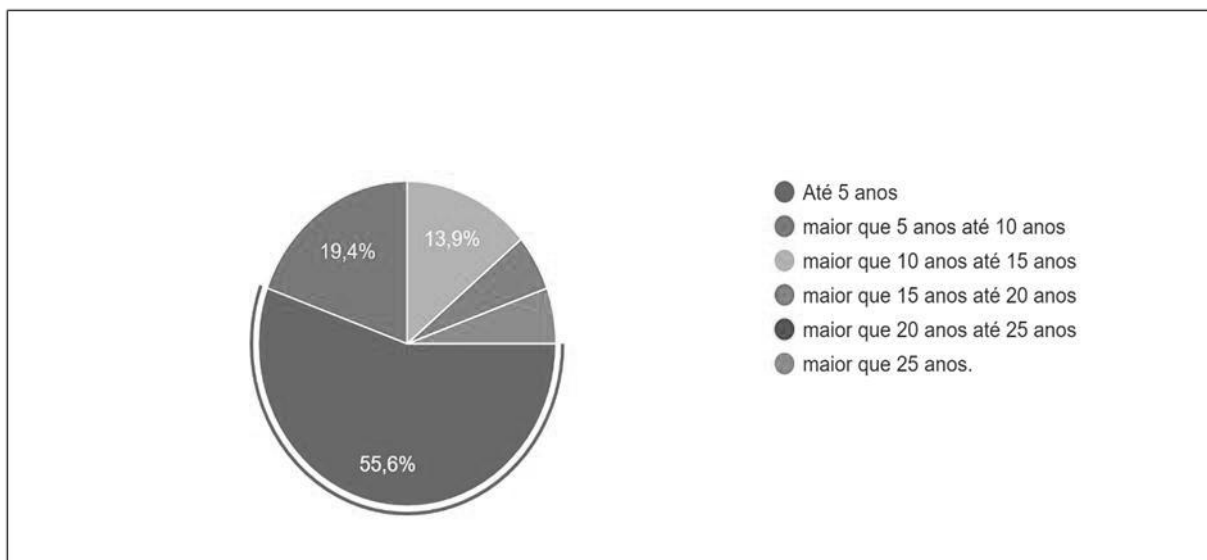
Entretanto, a ampliação de IES tem ocasionado inúmeros debates acerca da qualidade do ensino que vem sendo ofertada, no sentido de assegurar não somente o acesso deste estudante, mas de garantir uma formação acadêmica e profissional alicerçada em princípios éticos, políticos e sociais. Na intenção de favorecer o desenvolvimento dos estudantes, o Ensino Superior deve privilegiar o processo de crítica, criação e transformação do conhecimento para cumprir a finalidade da educação que é formação dos sujeitos no sentido amplo (DIAS SOBRINHO, 2014; OLIVEIRA, 2015).

Apesar do crescimento acelerado, o Ensino Superior tem sido impactado pelo contexto político, econômico e social do país. Entidades como a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) têm se mobilizado contra o desmonte das políticas educacionais, principalmente em relação à

educação pública que tem vivenciado movimentos de desvalorização do docente, diminuição de vagas, corte de verbas orçamentárias para pesquisas e ações reacionárias à liberdade de ensino e ao pluralismos de concepções pedagógicas, conforme orienta à Constituição Federal (1988). A diminuição das políticas educacionais de acesso e permanência, tais como FIES e PROUNI, prejudica milhares de estudantes ao criar obstáculos na promoção de ações conscientizadores, silenciado sujeitos ao distanciá-los da universidade em prol da manutenção de discursos acríticos (FERRARI, 2019; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2020).

Autores da Psicologia Escolar crítica (MARINHO-ARAUJO, 2014; 2016; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; NUNES, 2016; CACAU; 2019; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019; GUZZO et al., 2019; CAVALCANTE; BRAZ-AQUINO, 2019) fazem a defesa pela educação pública e gratuita, por entender que este espaço se compõe como o principal campo de debate da luta social na educação dos direitos humanos e na promoção da cidadania. Na educação superior reconhece-se a importância da democratização do conhecimento acadêmico para a emancipação e autonomia de sujeito críticos na construção e socialização de saberes que transgridam a marginalização e a alienação de uma sociedade, porém é necessário estabelecer políticas e medidas que assegurem a permanência deste estudante, rompendo com ações governamentais partidárias que possuem interesse em beneficiar apenas uma parte da população, negando o direito de livre manifestação intelectual e cultural. Sim, pela balbúrdia!

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia (BRASIL, 2019), os currículos devem favorecer a construção de um perfil profissional que possibilite o desenvolvimento de competências e habilidades que direcione o estudante à refletir e reconstruir sua identidade profissional a partir das vivências reais e mobilizadores de questionamentos de justiça social. Nesta perspectiva, as informações acerca da natureza da IES formativa de psicólogos escolares no Maranhão podem ser oportunas para se compreender em qual realidade educacional o perfil profissional vem sendo construído, pois a depender da vivências e do ensino ofertado aos estudantes, seja da rede privada ou pública, pode-se engessar a atuação dos atores escolares na luta contra o cenário de repressão e perseguição política acerca do desenvolvimento da ciência (MARINHO-ARAUJO, 2014; 2016; DIAS SOBRINHO, 2015).

Gráfico IV: Tempo de formação dos psicólogos escolares

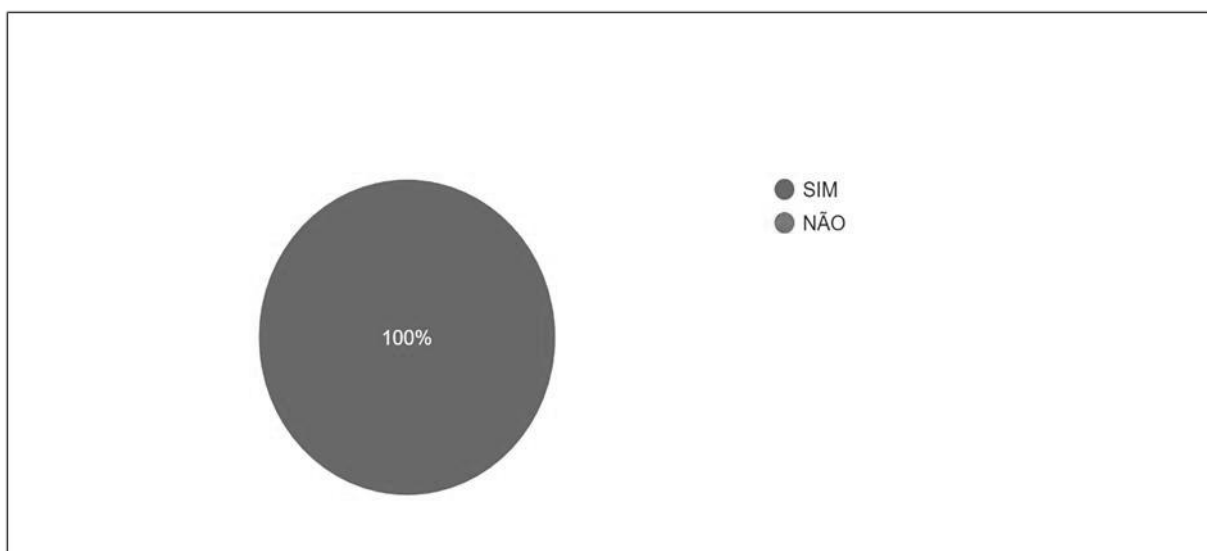
Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Cabe destacar que o número de psicólogo que encontram-se atuando no contexto educacional obtiveram formação nos últimos 5 anos, indicando um cenário favorável às discussões em Psicologia Escolar no âmbito das políticas públicas e das ações desenvolvidas pelo PsiNaed do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão. De acordo com Galvão e Marinho-Araujo (2018), houve uma expansão dos cursos de Psicologia no Maranhão na década de 2000, com a chegada de psicólogos que buscaram em outros estados uma formação em nível de mestrado e doutorado. O retorno destes profissionais possibilitou inúmeros avanços, como a formação de grupos de estudos, fortalecimento e aproximação entre as IES, mobilização do Conselho Regional de Psicologia/MA e a realização de eventos científicos confirmando profícuos campos de formação e atuação, em especial da Psicologia Escolar.

Por outro lado, apesar da procura pelo curso de Psicologia nos últimos dez anos, os desafios interpostos nos diferentes cenários de atuação se intensificaram, sobretudo os de natureza pública. O contexto escolar maranhense tem sua trajetória marcada pelas desigualdades e injustiças sociais, o que evidencia um cenário oportuno para a Psicologia que deve atuar fundamenta em princípios e ações que reconheçam as relações humanas, sobretudo o desenvolvimento de atividades que se construam coletivamente. Nessa perspectiva, possibilitar uma formação orientada por um concepção crítica do desenvolvimento humano que problematiza e questiona o papel e ação da escola, proporciona atuações que buscam intervir a favor do coletivo a partir da construção de espaços de escuta, do fortalecimento de estratégias promotoras de mudança e da ressignificação de sentidos e significados que permeiam as

relações na e pela escola (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010; GUZZO, 2012; NEVES, 2017; MARINHO-ARAUJO, 2014; 2016; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019; OLIVEIRA; RAMOS; SOUZA, 2020).

Gráfico V: Disciplinas na área de Psicologia Escolar



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

No que tange à formação inicial, verificou-se que todos os respondentes cursaram disciplinas na área de Psicologia Escolar conforme demonstra o gráfico V. No Maranhão, a relação da Psicologia com a Educação tem crescido fortemente, por meio de pesquisas, eventos, elaboração de Projeto e Lei e engajamento dos psicólogos frente às demandas sociais, destacando a necessidade de uma atuação marcada por princípios éticos e democráticos (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; BALDEZ, 2020).

Os cursos de Psicologia nos últimos 9 anos têm sido convidados a proporcionar uma formação mais crítica, reflexiva e conscientizadora, conforme as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais que buscam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino ofertado nas IES. Entretanto, apenas a oferta desta disciplina por meio das instituições formadoras não garante uma formação alicerçada nos fundamentos da Psicologia Escolar crítica. Nas décadas de 1970 e 1980 os conteúdos transmitidos na disciplina estavam associados a uma perspectiva clínica e psicométrica que tentava ajustar o indivíduo ao sistema. Hoje o que vem sendo proposto em discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho em Psicologia Escolar da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia é a compreensão dos fenômenos escolares e suas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais para a

promoção e transformação dos sujeitos e dos espaços (BRASIL, 2019; CRUCES, 2015; NEVES, 2017; MARINHO-ARAUJO, 2017). Porém, ainda é frequente encontramos estudantes e profissionais de Psicologia que enfatizam que os conhecimentos adquiridos na formação inicial não proporcionam uma reflexão crítica acerca dos fenômenos escolares, conforme as falas dos psicólogos que foram entrevistados:

“Eu não considero que a minha formação inicial em Psicologia me deu suporte necessário para que eu trabalhasse de forma segura e adequada no contexto que eu me encontro hoje. Eu tive apenas uma disciplina em Psicologia Escolar, e eu não considero que a formação inicial foi suficiente para as ações que desenvolvo hoje”. (PSI 2)

“Bom, eu me formei na turma de 2016 e considero que minha graduação não foi o suficiente para atuar na área educacional. Eu tive apenas uma disciplina na área de Psicologia Escolar onde tivemos algumas discussões sobre a escola, o papel do psicólogo e os processos de aprendizagem, mas era algo muito distante porque eu nunca tinha ido há uma escola enquanto profissional ou estudante de graduação”. (PSI 4)

“Assim, na teoria era muito bonito essa questão da atuação do psicólogo, mas quando eu cheguei na prática me deparei com uma situação totalmente diferente. Primeiro, que meu primeiro emprego foi na educação e não foi aquela coisa que eu estudei! Não vou dizer assim eu estudei tudo que eu esteja aí não, eu já vim aprender muita coisa com a prática, todo o trabalho que a gente atende a gente aprende na prática na teoria foi muito bom, mas eu não me sentia preparado na teoria para aplicar a prática” (PSI 5)

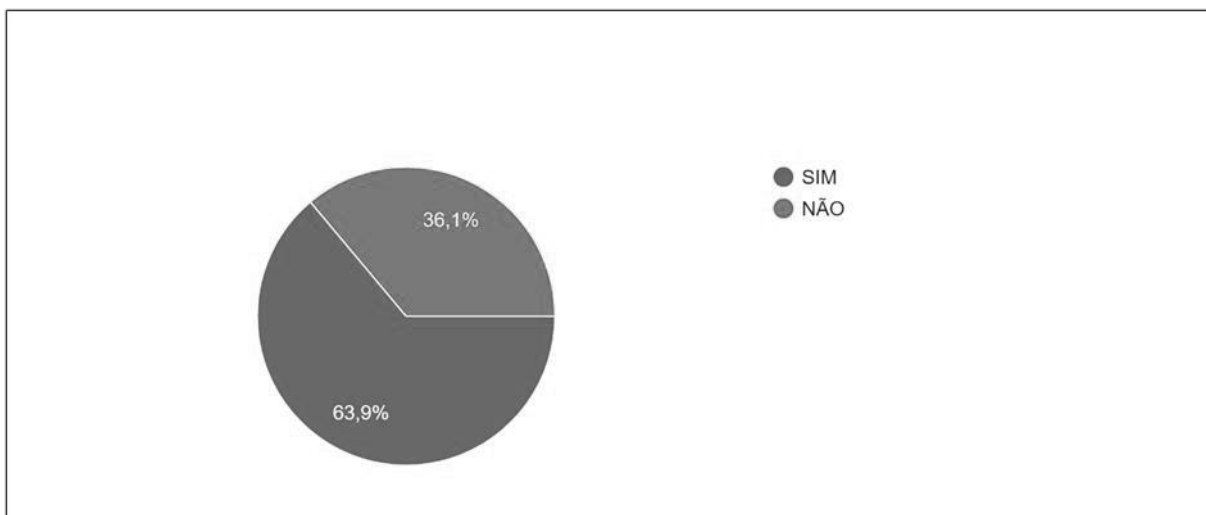
Conforme ilustram as falas apresentadas, destaca-se a importância de discutir-se sobre quais conhecimentos têm sido compartilhados e as vivências do professor que leciona a disciplina de Psicologia Escolar. Ciente de que a graduação em Psicologia oferece uma formação generalista, é necessário que as IES tenham preocupação em promover uma articulação entre a teoria e prática, assim como pesquisa e intervenção que priorize à apropriação de competências técnicas e transversais para atuação nos diversos campos da Educação, uma vez que a prática profissional se constitui na realidade dos contextos educativos. A fala dos psicólogos entrevistados reflete sobre isso:

“Eu tive apenas uma disciplina relacionada a Psicologia Escolar em específico, e foi muito proveitosa. A professora trouxe textos bem atuais da literatura, o que modificou meu olhar sobre a escola. A professora da disciplina era muito dinâmica, e em uma das atividades realizamos o mapeamento institucional numa escola pública, onde tivemos a oportunidade de participarmos de roda de conversa com os professores, fazer análise documental da escola e conhecer de pertinho a realidade daquela escola. Não ficou algo apenas de texto e mais texto, nós fomos lá no campo, o que foi muito bom para minha formação enquanto psicólogo escolar”. (PSI 6)

“Eu sempre gostei da disciplina de Psicologia Escolar, mas na minha formação primeiramente eu tive Psicologia da Aprendizagem no terceiro período, e só depois tive a disciplina Psicologia Escolar no quarto período, e me identifiquei muito com essas duas matérias, pois nós fizemos na época, eu e o meu grupo, um trabalho de intervenção institucional numa escola localizando no bairro do Anjo da Guarda, e foi de grande valia para o meu conhecimento e a matéria em si”. (PSI 7)

Nos relatos do PSI 6 e 7 observa-se que a construção do conhecimento oportunizado encontra-se alicerçado na Psicologia Escolar crítica que faz a defesa de uma atuação institucional e preventiva para promoção de intervenções coletivas. A partir de uma formação que afirme o compromisso social da Psicologia e apropriação de fundamentos que reconheçam a diversidade humana, é que será possível refletir sobre a profissão e reconstruí-la. Diante das falas dos entrevistados, afirma-se que o conhecimento ofertado nos cursos de Psicologia pode provocar processos de mudança e transformação no fazer da ciência psicológica a partir da compreensão de que para a construção de um olhar crítico, a teoria e prática são indissociáveis (MARINHO-ARAÚJO; NEVES, 2017; SOUZA, 2017).

A escola oferece inúmeros desafios aos atores escolares, e o psicólogo escolar desempenha um papel significativo neste contexto para o enfrentamento. Para isso, a consolidação da sua identidade exige a construção de um perfil profissional crítico e participativo que mobilize conhecimentos teóricos e empíricos a partir das provocações oportunizadas na e pela realidade. Nesse sentido, destaca-se a importância de refletir sobre o processo de formação inicial e continuada destes profissionais, visto que o conhecimento em Psicologia deve proporcionar a construção de um perfil reflexivo e crítico diante das inúmeras desigualdades e injustiças sociais que são reforçadas pelo contexto educacional (MARINHO-ARAÚJO; NEVES, 2017; SOUZA, 2017).

Gráfico VI: Estágio em Psicologia Escolar

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Outro ponto de reflexão nesta pesquisa relaciona-se ao Estágio Curricular Obrigatório em Psicologia Escolar. A imersão na prática possibilita ao estudante de graduação refletir sobre o conhecimento teórico adquirido no processo formativo por permitir análise e interpretação dos fenômenos escolares a partir da realidade, proporcionando inquietações e questionamentos sobre o papel do psicólogo e da escola (NETO; GUZZO; MOREIRA, 2014; BRAZ AQUINO; GOMES, 2016; FERREIRA et al., 2019; JAGER; PATIAS, 2020).

A oportunidade de frequentar e conhecer os espaços educativos permite compreender as dimensões que transversalizam a realidade vivida e o conhecimento científico para se ter clareza das possíveis intervenções que poderão ser desenvolvidas. O conhecimento adquirido a partir da realidade favorece a construção de uma identidade profissional ancorada em intervenções intencionais através do movimento dialético entre ação e o conhecimento por mobilizar recursos a partir da avaliação crítica do cenário (NETO; GUZZO; MOREIRA, 2014; BRAZ AQUINO; GOMES, 2016; JAGER; PATIAS, 2020). Quando não há essa vivência na graduação, a ação do futuro psicólogo escolar pode gerar dificuldades na compreensão de uma atuação crítica e não excludente, conforme ilustra a fala dos psicólogos que participaram da entrevista virtual:

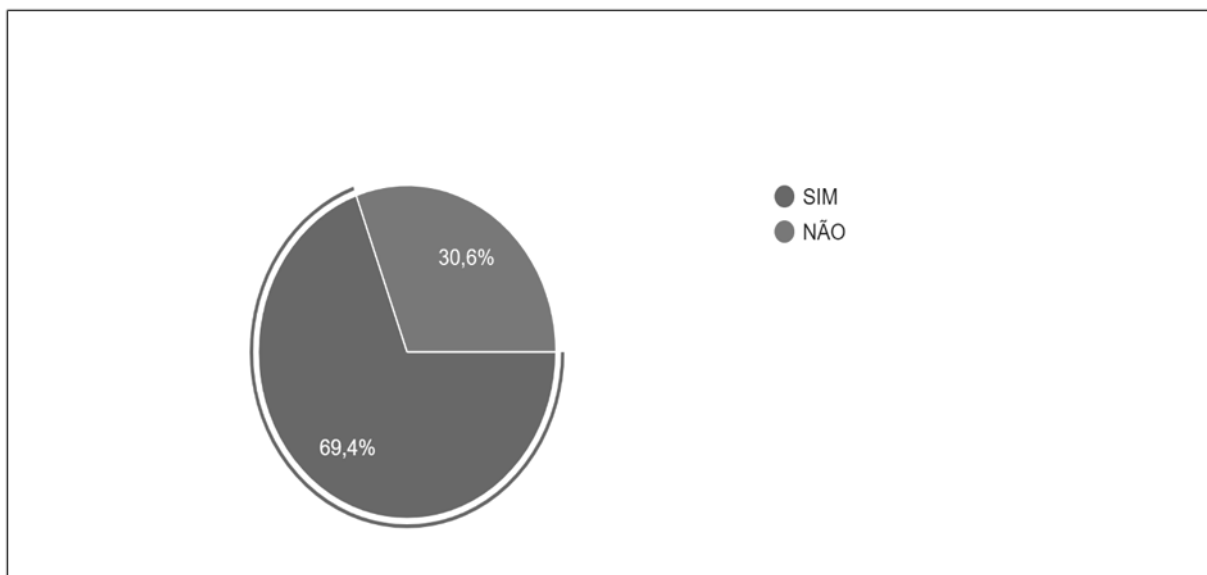
“Eu acredito que a minha formação não trouxe competências específicas para uma atuação na escola, por que o meu estágio na escola eu fiquei solta e outra eu mesma tinha

buscado por que era remunerada, então foi por conta própria, mas nesses estágios eu não tive uma orientação para prática”. (PSI 3)

“Na verdade, eu senti falta do estágio, de um momento prático que pudesse oportunizar o contato com a escola para que a gente conhecesse esse lugar de perto”. (PSI 4)

Ciente de que as experiências vivenciadas pelos PSI 3 e 4 fazem parte do cenário de muitos estudantes de cursos superiores no estado, proporcionar uma formação que rompa com a fragmentação entre o conhecimento e a prática é essencial para que se tenha clareza de que a qualificação técnica e política enriquece e transforma o contexto profissional. Ausência de estágios potencializa o distanciamento de possíveis áreas de atuação, a exemplo da Psicologia Escolar, direcionando acadêmicos a buscarem estágios em espaços que são considerados tradicionais, como o atendimento psicoterapêutico clínico (BRAZ-AQUINO; GOMES, 2016).

As DCNs do curso de Psicologia orientam as IES à oferecem dois níveis de estágio: básico e supervisionado para proporcionar práticas integrativas que possibilitem a construção de habilidades e competências previstas no projeto do curso (BRASIL, 2011; 2019). Conforme Guzzo (2011, p. 81), “mesmo que o aluno não tenha vivenciado nenhum estágio de formação nas escolas, por exemplo, ele pode ser contrato para trabalhar com crianças que tenham necessidades especiais e irá utilizar-se de modelos e abordagens não apropriadas para a função”. O estágio oportuniza ao estudante a possibilidade de ressignificar suas identidades profissionais, por favorecer o intercâmbio entre os saberes científicos e os saberes empíricos, descobrindo caminhos para superar os obstáculos da tomada de consciência individual e coletiva acerca das demandas e necessidade da comunidade escolar (GUZZO, COSTA; SANT’ANA, 2015; BRAZ-AQUINO; GOMES, 2016; JAGER; PATIAS, 2020). As DCNs esclarecem que os estágios supervisionados devem incentivar a interdisciplinaridade, a interprofissionalidade e a multidisciplinaridade para promoção de uma formação crítica que considere as demandas regionais e territoriais por meio de experiências diversificadas a partir da participação e discussão coletiva dos espaços (BRASIL, 2011; 2019).

Gráfico VII: Participação em eventos na área da Psicologia Escolar

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

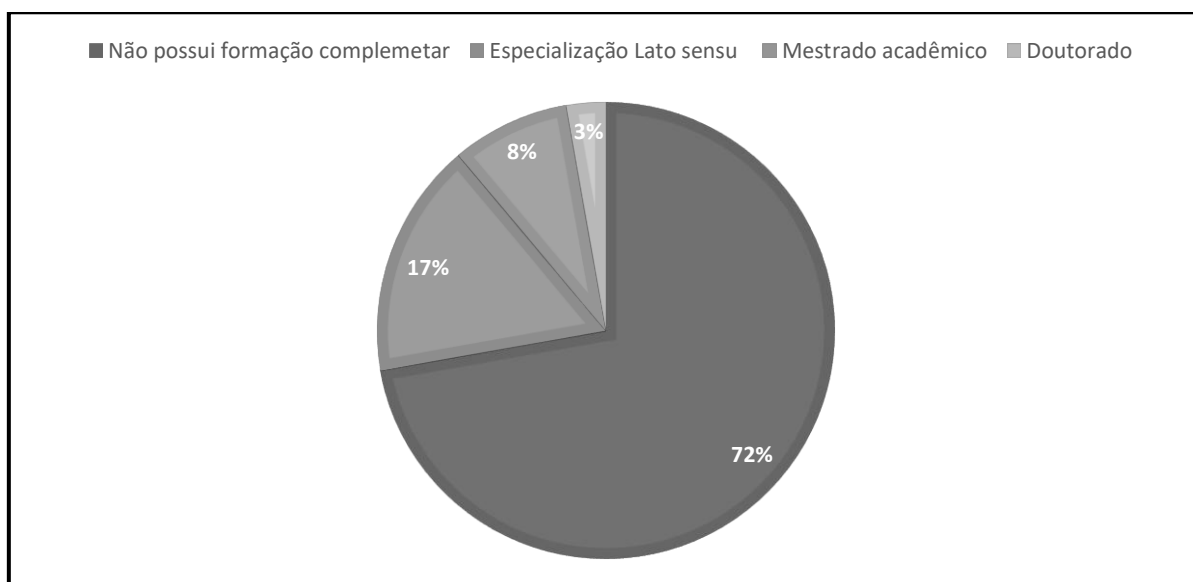
Em relação à participação em eventos na área da Psicologia Escolar, de acordo com o Relatório de Atividades do CRP/MA (2018; 2019), o Maranhão tem sido palco de eventos na área da Psicologia Escolar proporcionando reflexões acerca da contribuição da Psicologia para prática educativa de qualidade e em consonância com as políticas públicas educacionais, permitindo a troca e experiências entre os psicólogos escolares que atuam em nosso estado.

Mais recentemente, observa-se um forte crescimento dos eventos a partir de 2008, marcado pelo retorno de profissionais que buscaram em outros estados formação continuada em nível de *Stricto Sensu* em Psicologia Escolar, o que possibilitou os debates e as produções acadêmicas locais que objetivam disseminar as vivências, conhecimentos e práticas de intervenção na área. A programação dos eventos ao longo desses anos vem contando com a participação de pesquisadores nacionais e regionais que apresentam, nas suas produções científicas, temas relativos ao exercício profissional da Psicologia no campo da Educação (GALVÃO; MARINHO-ARAÚJO, 2018)

A expansão do conhecimento científico local nesta área tem permitido a interface com diversos campos do saber e as IES têm fomentado estes eventos em prol da democratização do conhecimento e do acesso às informações. Assim, a participação em eventos científicos configura-se como uma oportunidade de dialogar e se apropriar das discussões científicas de âmbito regional e nacional que podem ressignificar e ampliar atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção de conhecimento no estado do Maranhão. O impacto dos eventos na

formação dos profissionais no estado se concretiza nas participações e produções apresentadas em diversos formatos pelos participantes, como comunicação oral, pôster, mesa-redonda, palestras entre outras ações que permitem a interação com o público e reflexão teórica e práticas na intervenção profissional (CRP-MA, 2018, 2019).

Gráfico VIII: Formação complementar em Psicologia Escolar.



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Sobre a formação continuada, as informações evidenciam que muitos dos profissionais que atuam na rede pública de ensino do Maranhão não cursaram nenhuma formação específica em Psicologia Escolar, indicando a pouca oferta de espaços formativos na área no estado, o que pode ser justificado pela recente expansão dos cursos de Psicologia e pela ausência de professores com qualificação específica antes da década de 2000 (GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; BALDEZ, 2020). A busca por qualificação possibilita avanços teórico-práticos na caminhada do exercício profissional ao permitir o aprimoramento de competências e habilidades que potencialize o desenvolvimento de ações e intervenções exitosas frente às adversidades vivenciada nesses espaços (MARINHO-ARAUJO AQUINO et al., 2018).

Recentemente, a capital maranhense registrou a oferta de dois cursos de especialização em Psicologia Escolar impulsionados pela aprovação da Lei nº13.935 que, no subsídio emitido pelos CFP, CFESS, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),

recomenda que os processos seletivos ou editais que contemplem a função do Psicólogo Escolar tenha uma pontuação diferenciada para os profissionais que possuam cursos de pós-graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu* em Psicologia Escolar e Educacional ou em Educação (CFP, 2020).

Defende-se que a participação em projetos de extensão e em cursos de *Lato Sensu* e *Scripto Sensu* oportuniza espaços de formação para atualizar e ressignificar os conceitos apreendidos na universidade através de debates contemporâneos que visem o aprimoramento da prática frente aos novos acontecimentos que se constroem nas vivências de seus atores (MARINHO-ARAUJO, 2007). A formação permanente e continuada permite a construção de uma postura técnica, científica e política a partir da contextualização histórica e social do espaço em que atua, tornando-se um importante recurso para o fortalecimento da identidade profissional (GUZZO, 2012; MATOS, 2019; MARINHO-ARAUJO, 2017; NEVES, 2017). As palavras dos psicólogos entrevistados abordam essa questão:

“Sim, atualmente sou aluna do mestrado, e eu tenho desenvolvido uma pesquisa sobre a atuação do psicólogo escolar para inclusão de estudantes com deficiência no contexto do Instituto Federal do Maranhão. Acredito que todas as coisas que eu já li, ouvi e tenho produzido até agora, vão servir de base para me auxiliar na minha na minha atuação, e a tendência é que isso continue, então eu acredito que quando eu concluir esse mestrado, os conhecimentos adquiridos irão me auxiliar bastante na minha atuação sim” (PSI 2).

“Terminei o mestrado, e fiz dois cursos online. No momento eu participo de uma outra discussão, são discussões que não são específicas pra dizer que eu estou discutindo a escola e atuação na escola, mas são formações que me ajudam a pensar, por que sempre que estou discutindo nelas eu levo isso para a minha prática educativa, então estudar sobre o racismo numa perspectiva decolonial, me faz pensar de que forma eu vou trabalhar isso na escola também, estudar, por exemplo, sobre saúde mental, sempre trago para o universo da escola, então é algo que é uma conexão minha. Mas, a minha formação maior foi o mestrado, que eu imergi na minha prática profissional, e eu fiz o mestrado por entender que eu preciso (re) pensar a minha prática na escola” (PSI 3).

Diante das falas dos psicólogos na entrevista afirma-se que a formação continuada oferece aos profissionais a oportunidade de consolidar novos aportes teóricos que compreendem e interpretam as práticas pedagógicas através das múltiplas variáveis que

envolvem o processo de ensino e aprendizagem (MARINHO-ARAUJO, NEVES, 2017). Essa questão também é alvo de análise da PSI 4:

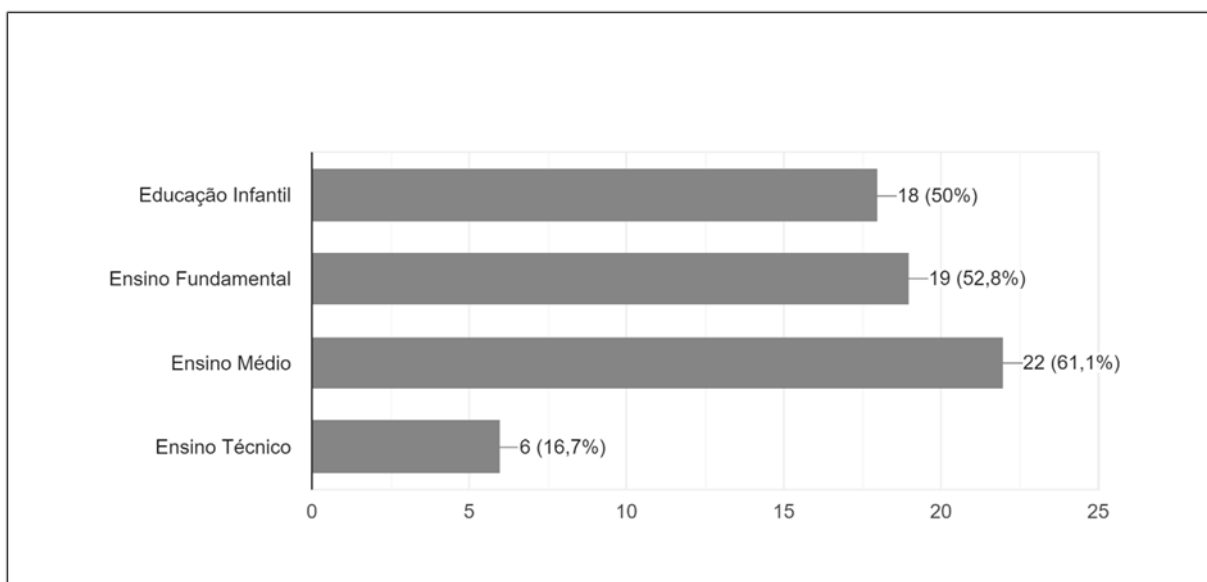
“Eu tenho uma pós na área de saúde mental, alguns cursos de extensão como autismo e desenvolvimento infantil, mais nenhum curso na área da psicologia escolar especificamente. Eu sinto a necessidade de ter uma formação mais específica, pois a graduação em Psicologia não me concedeu leituras suficientes sobre escola e as possibilidades de ação do Psicólogo Escolar” (PSI 4).

As reflexões desta psicóloga reforçam o que vem sendo discutido na literatura contemporânea acerca da necessidade de cursos de pós-graduação específicos para área da Psicologia Escolar na intenção de ampliar a criticidade sobre sua atuação para instrumentalizar na construção de propostas de intervenção no contexto da escola. Conforme esclarecem Marinho-Araujo e Neves (2017), “acredita-se que o processo de recriação da profissionalização, por meio de estratégias de formação continuada, adquire significado não apenas na execução daquilo que é próprio da profissão, mas do ser competente para repensar a profissão e reconstruí-la” (p. 68). Nesta perspectiva, a articulação entre a teoria e a prática é fundamental para pensar em estratégias que denunciem práticas engessadas e acríticas, movimento que deve ser constante por parte dos profissionais da Psicologia frente as especificadas e possibilidades construídos pela Psicologia Escolar.

Apresentadas as questões sobre a formação em Psicologia Escolar no Maranhão, a seguir aborda-se sobre a atuação profissional na área. Ressalta-se que os aspectos relativos à formação e atuação foram expostos de forma separada para facilitar a compreensão das informações, mas defende-se que estes fenômenos estão intrinsicamente relacionados.

Categoria II – Atuação profissional

Neste eixo apresentam-se as informações obtidas através dos instrumentos delineados nesta pesquisa sobre atuação profissional com o objetivo de obter-se um panorama das ações desenvolvidas por psicólogos escolares no Maranhão. Compreende-se que as práticas devem pautar-se na perspectiva crítica da Psicologia Escolar por meio de intervenções coletivas, emancipatórias e democráticas. Os referidos resultados da pesquisa, podem ser observados nas análises a seguir.

Gráfico IX: Segmentos da Educação Básica de atuação

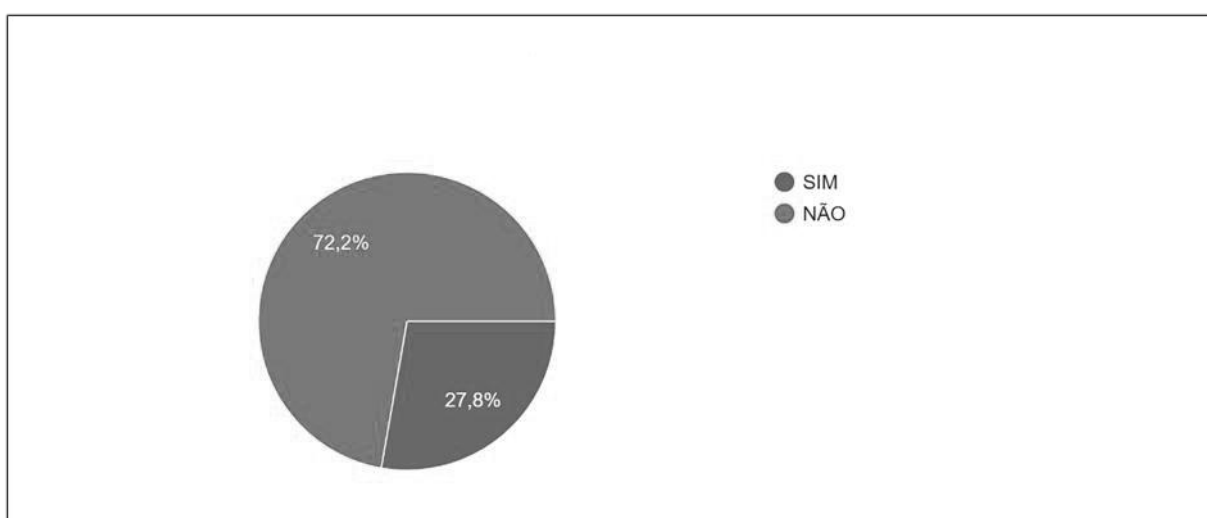
Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

A presença de psicólogos nos espaços de Educação Básica tem sido discutida por pesquisadores na área que defendem a inserção deste profissional na consolidação de uma educação que considere os processos de vida dos sujeitos e assegure uma formação cidadã através da prática participativa de todos os atores escolares. Assim, entende-se que atuação do psicólogo desde a Educação Infantil ao Ensino Técnico Superior pode proporcionar uma compreensão sobre os aspectos psicológicos atrelados aos processos pedagógicos, a fim de promover uma maior sensibilidade acerca das contradições que envolvem os sujeitos e o espaço educacional (NEVES, 2016; GUZZO et al., 2019; GUZZO; RIBEIRO, 2019; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019).

O psicólogo escolar pode proporcionar mudanças ao problematizar as demandas que surgem no interior das instituições ao criar contextos de reflexão acerca das concepções e valores construindo no cotidiano das relações ao reconhecer a trajetória de cada sujeito e do espaço em que atua, ressignificando o olhar sobre os fenômenos escolares. A escola é uma instituição com condições e funcionalidades específicas que abrange dimensões diferentes a partir das manifestações e produções humanas específicas, constituindo-se como um local privilegiado para a concretização de compromissos pedagógicos, políticos e sociais transformadores (NEVES, 2016; MARINHO-ARAUJO, 2014; 2019; GUZZO et al., 2019; GUZZO; RIBEIRO, 2019).

A presença e atuação do psicólogo escolar favorece a conscientização de toda a equipe pedagógica em relação a construção de práticas institucionais e coletivas ao oportunizar momentos de reflexão e formação sobre o desenvolvimento humano e processo de ensino e aprendizagem. Os indicadores sobre a participação do psicólogo escolar na rede pública de ensino no Maranhão ainda são modestos em relação a 10.893 escolas públicas no estado convidando os profissionais lutarem pela conquista de mais espaços. É preciso legitimar a escola como um profícuo campo de atuação para a Psicologia Escolar, em especial na rede pública, que tem vivenciado ações descompromissadas e descontextualizadas com a natureza histórica e cultural dos sujeitos (MARINHO-ARAUJO, 2014; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018; SEDUC, 2018).

Gráfico X: Atuação com outros psicólogos escolares



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Em relação a atuação na rede pública de ensino com outros profissionais muitos psicólogos desenvolvem suas ações de forma isolada. Ausência de uma equipe ou de outros psicólogos escolares torna a escola um cenário desafiador para aqueles que encontram-se atuando nas escolas ou nas Secretarias de Educação, pois as atribuições e demandas escolares exigem uma estruturação pedagógica e logística para o desenvolvimento do planejamento institucional e coletivo (NUNES, 2016). Essas informações também vão ao encontro do que foi apresentado pelos psicólogos nas entrevistas, como expressa a fala dos psicólogos escolares abaixo:

“A minha trajetória aqui no município iniciou em 2016, nesse período que eu era um psicólogo da cidade, depois houve a contratação de outro profissional, o que facilitou as ações, pois nós dividimos os polos” (PSI 7).

“Eu trabalho com outro psicólogo e nós atendemos 14 escolas” (PSI 1).

A partir das informações encontradas, nota-se que a inserção do psicólogo escolar é uma realidade presente em algumas cidades brasileiras, a exemplo do Distrito Federal, João Pessoa e Bahia (VIEGAS, 2012; NUNES, 2016; BRAZ AQUINO et al., 2018). Em relação ao estado do Maranhão, dos 36 psicólogos que responderam ao Questionário Sociodemográfico, 14 encontram-se em São Luís, sendo que cinco atuam na esfera municipal, sete na estadual e dois no federal. Em relação às demais cidades, observa-se que existe a presença de outros psicólogos no município de Guimarães e Imperatriz, o que é considerado uma conquista, principalmente em Guimarães, onde os psicólogos são contratados pela prefeitura local, sinalizando novas perspectivas para a Psicologia Escolar no Maranhão.

Os demais municípios apresentam apenas um profissional, o que nos leva a questionar a pouca participação e até mesmo ausência destes profissionais na Educação. Considera-se que muitos são os desafios para a participação de psicólogos na rede pública de ensino, pois além da pouca oferta ou ausência de vagas por meio de concurso há a desvalorização do serviço prestado expresso nos baixos salários, solicitação de funções tradicionais e com ênfase no modelo clínico, distante da realidade da escola e ausência de proposta de trabalho na rede (GUZZO, MEZZALIRA; MOREIRA, 2012). Essa realidade é confirmada pelos editais de concurso público no estado, a exemplo do município de Imperatriz que, no edital nº 001 de 31/10/2009, realizado pela Fundação Sôsândrade (FSADU), não oferecem nenhuma vaga para Psicólogo Escolar no certame da Secretaria Municipal de Educação. Entretanto há oferta de vagas para área da Psicopedagogia, cargo que pode ser pleiteado pelo Psicólogo ou Pedagogo, conforme é ilustrado na figura abaixo:

Figura VI - Concurso público no município de Imperatriz/MA.

GRUPO II – NÍVEL SUPERIOR – EDUCAÇÃO/TÉCNICO								
CÓD	CARGO	REQUISITO	VENCIMENTO	JORNADA DE TRABALHO	VAGA (S)		CADASTRO RESERVA	
					AMPLA	PcD	AMPLA	PcD
317	Pedagogo Educação – Zona Urbana	Possuir diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Pedagogia.	R\$ 3.500,00	40 h	25	3	68	7
318	Pedagogo Educação – Zona Rural	Possuir diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Pedagogia.	R\$ 3.500,00	40 h	2	-	9	1
319	Psicopedagogo	Possuir diploma devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Pedagogia ou Psicologia com especialização em Psicopedagogia.	R\$ 1.986,85	40 h	2	-	2	1
PcD – Pessoa com Deficiência								

Fonte: FSADU, 2020.

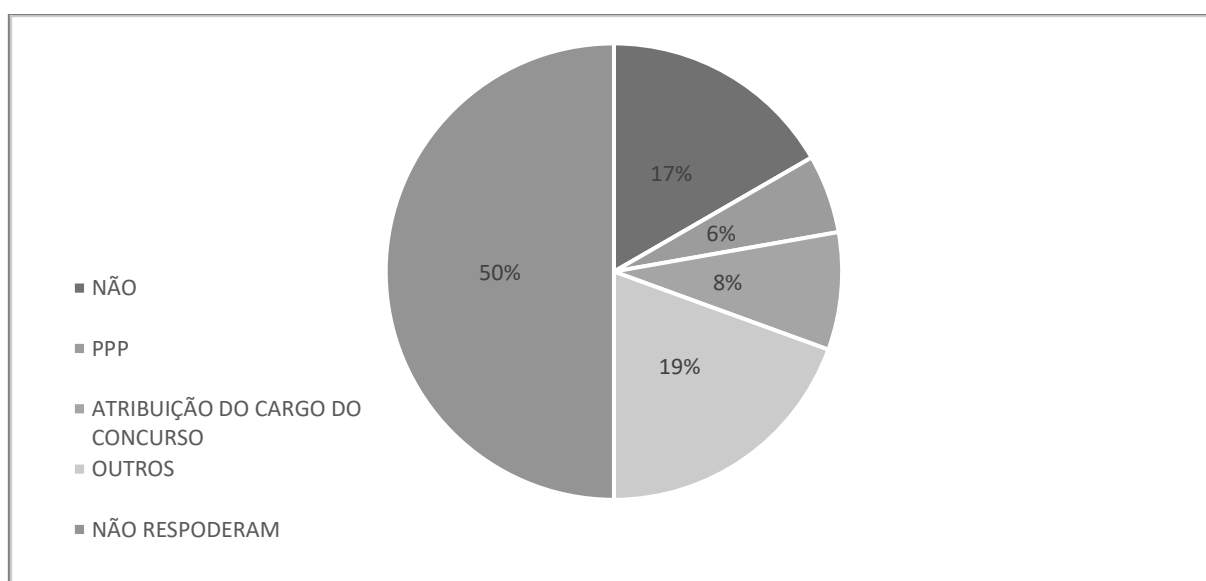
No Brasil, o crescimento de cursos de especialização em Psicopedagogia surgiu na década de 1970 para complementar a formação de psicólogos e professores que atuam no contexto educacional, e buscavam conhecimentos e orientações para auxiliar as crianças nos problemas de aprendizagem. Nos últimos anos, a Psicopedagogia no Brasil tem ganhado evidência no que diz respeito às questões relacionadas ao fracasso escolar, o que vem ocasionado discussões proporcionadas pelo CFP, ABRAPEE e o GT da ANPEPP sobre quais as reais atribuições do Psicopedagogo, principalmente no que se refere à característica da formação inicial, contextos de atuação, base epistemológica e técnica utilizada. Tais entidades, apoiadas nas orientações e esclarecimentos da Psicologia, fazem a defesa pela atuação do Psicólogo Escolar nos contextos educativos, provocando intervenções junto à equipe multidisciplinar ao integrar os conhecimentos psicológicos às ações desenvolvidas dentro das escolas (VIANA, 2016). Conforme nos esclarece Martínez (2010),

O arcabouço de saberes da Psicologia que o psicólogo escolar utiliza na sua atuação está determinado pelas tarefas que se propõe realizar, pelos desafios que sua prática lhe coloca e, sem dúvida, pela representação que tem dos elementos envolvidos nos desafios a enfrentar, independentemente do campo ou da área da Psicologia em que esses conhecimentos tenham sido originariamente produzidos (pág. 42).

De acordo com a Resolução nº 013/07, do Conselho Federal de Psicologia, que trata do título profissional de especialista em Psicologia, existe um leque de possibilidades de atuação no que se refere ao acompanhamento dos fenômenos escolares, e a Psicologia Escolar potencializa a otimização das práticas pedagógicas colaborando com o corpo técnico e docente nas questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem e no funcionamento do sistema escolar (CFP, 2017). Com aprovação da Lei nº 13.935/2019 espera-se que haja mudança neste cenário com o aumento de vagas via certame de concurso público, pois, apesar desta conquista

para os profissionais da Psicologia que possuem o interesse em atuar na Educação, é preciso organizar momentos de debates sobre a formação e atuação na consolidação da identidade, reconhecendo que a efetivação e consolidação do psicólogo na rede pública de ensino é responsabilidade de todos nós. No âmbito da Comissão de Psicologia Na Educação (PsiNaed) do Maranhão têm sido discutidas ideias e representações que a sociedade ainda tem a respeito do psicólogo na escola, o que vem mobilizando constantemente à Comissão na aproximação com os atores escolares para o fortalecimento da identidade profissional do psicólogo (MARTÍNEZ, 2010; VIANA, 2016; CAVALCANTE; MARINHO-ARAÚJO, 2019).

Gráfico XI: Documento orientador da prática profissional



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Com o objetivo de caracterizar e analisar as bases que subsidiam a ação dos psicólogos na rede pública de ensino, foi solicitado aos respondentes a informação sobre a existência de documentos orientadores da atuação nas instituições para o desenvolvimento do seu trabalho. A partir do Questionário Sociodemográfico apenas 18 responderam a essa pergunta mencionando quais ou qual documento orientava sua prática profissional. Nas respostas dois documentos apareceram com maior frequência, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as atribuições do cargo do curso, que serão discutidos à luz da Psicologia Escolar crítica

O PPP configura-se como eixo organizador do trabalho pedagógico da escola devendo ser vivenciado e construído por todos os envolvidos com o processo educativo, e elaborado por cada escola respeitando sua realidade a partir das dimensões pedagógicas, administrativas e

políticas. Apesar de muitas escolas ainda utilizarem a nomenclatura de PPP, antes da LDB nº 9.394/96 já se fazia a defesa pelo termo Projeto Pedagógico conforme consta no inciso I do artigo 12, fortalecendo os princípios de gestão participativa e democrática (BRASIL, 1996; SANTANA; GUZZO, 2014). A ausência do termo *político* não significa que a escola desconheça a sua função social, mas entende-se que o ato pedagógico é uma ação política de caráter coletivo e social. De acordo com Veiga (2005), “todo projeto pedagógico da escola, é também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária” (pág. 13).

Em relação à prática do psicólogo escolar ser direcionada pela Proposta Pedagógica da escola afirma-se como ação emergente do trabalho psicológico ampliando as possibilidades de intervenções para o coletivo na perspectiva de educação emancipatória. De acordo com Martínez (2010), o psicólogo escolar desenvolve um papel relevante na construção e implantação de proposta pedagógica da escola: (a) assessoria e monitoramento do trabalho pedagógico, (b) avaliação processual das etapas e resultados alcançados, (c) planejamento, formação e orientação nos encontros pedagógicos, (d) participação no desenvolvimento de projetos de trabalhos institucionais e (e) promove espaços de diálogo e debate entre toda a comunidade escolar. As atividades mencionadas corroboram para a construção de caminhos que valorizem a democratização da tomada de consciência a partir da ressignificação dos discursos dos atores institucionais (MARTÍNEZ, 2020).

O outro documento mencionado refere-se às atribuições expressas nos editais de concurso que descreve as funções dos cargos e determina os requisitos básicos para investidura no cargo conforme é orientado pela Constituição Federal de 1988, ao enfatizar que o concurso é a via exclusiva para provimentos em empregos públicos. No Art. 5º do Decreto nº 6.944/09 o edital é vinculante da administração pública e de cumprimento obrigatório, e deve ser redigido de forma clara e objetiva, de maneira a possibilitar a perfeita compreensão de seu conteúdo pelo pretendente ao cargo ou cargos oferecidos. A realização de concursos tem seus princípios alicerçados na democrática por ser uma seleção concorrencial, pública e objetiva e possibilita uma disputa transparente, entretanto há limitações na organização destes certames, entre os quais pode-se destacar, o tipo de prova e descrição de funções, sendo este último, analisando nesta pesquisa (MACÊDO et al., 2016).

O recrutamento e a seleção para cargos públicos têm como eixo orientador aos candidatos à descrição das funções que guiam sobre os processos operacionais, estratégicos e ações que podem ser utilizadas. Contudo, muitos editais apresentam uma descrição generalizada e descontextualizada que limita e fragiliza a atuação do servidor público,

proporcionando questionamentos sobre o perfil e competências favoráveis ao exercício profissional. Para Marinho-Araujo (2005), a escola é um ambiente dinâmico e rico em manifestações concretas, únicas e desafiadoras, e o psicólogo escolar quando capacitado numa perspectiva de abordagem por competências que contemple conhecimentos técnicos, empíricos e posturas profissionais, é capaz de desenvolver ações potencializadoras junto a prática pedagógica. Ausência de informações sobre as funções que devem ser exercidas produzem, como desdobramento, incertezas dos profissionais sobre seus papéis, funções e atribuições, construindo uma imagem deste profissional distorcida pela comunidade e do próprio psicólogo escolar.

Essa situação pode ser ilustrada através do edital nº 01 de 31/10/2019 realizado pela Prefeitura de Imperatriz para ocupação de cargos na Secretaria de Educação, onde não há clareza sobre as especificidades para atuação.

Figura VII - Descrição das atividades do Psicopedagogo no edital do concurso de Imperatriz/MA

GRUPO II – NÍVEL SUPERIOR – EDUCAÇÃO/TÉCNICO
Pedagogo Educação – Realizar atividades de nível superior, privativas de graduados em Pedagogia, dotadas de complexidade, a fim de fornecer suporte técnico às unidades de trabalho do Município, na área de implementação, avaliação e coordenação e construção de projetos pedagógicos, assessoramento as atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados às atividades urbanas/rurais da Secretaria Municipal de Educação do Município. (Conforme Anexo IV da Lei Ordinária nº 1.794/2019) Psicopedagogo – Realizar atividades de nível superior, privativas de Psicopedagogos, dotadas de complexidade, a fim de fornecer suporte técnico, nas áreas de atuação. (Conforme Anexo IV da Lei Ordinária nº 1.794/2019)

Fonte: FSADU, 2020.

Para que o candidato tenha conhecimento sobre as atribuições que poderá a vir exercer, é necessário acessar o site da Câmara Municipal de Imperatriz e fazer a busca pela Lei Ordinária nº1.794/2019 que dispõe sobre a reestruturação e redimensionamento para o provimento de cargo efetivo. Sobre o cargo de nível superior – Psicopedagogo, conforme ilustra a Figura VII, apresenta-se a seguinte descrição de atividades:

Figura VII - Descrição sumária das atribuições do cargo do concurso público do município de Imperatriz/MA

PSICOPEDAGOGO	Descrição sumária das atribuições do cargo: realizar atividades de nível superior, privativas de Psicopedagogos, dotadas de complexidade, a fim de fornecer suporte técnico, nas áreas de atuação. Exemplos de tarefas inerentes ao cargo: atender o público em geral, participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; Integrar a equipe multidisciplinar no atendimento dos alunos da rede municipal de ensino; Participar de equipe de diagnóstico, realizando a avaliação psicopedagógica, dos alunos com necessidades educacionais especiais; Dominar as seguintes técnicas de avaliação: Teste de desempenho escolar; Provas Operatórias Piagetianas; entrevista operativa centrada na aprendizagem e outros; Estabelecer o plano de trabalho psicopedagógico; Realizar atendimento psicopedagógico individual ou em grupo conforme indicação; Exercer suas atividades de acordo com o conselho de ética profissional; Elaborar relatórios técnicos tanto individual quanto interdisciplinar; Emitir laudos e pareceres técnicos sobre assunto da área; Fornecer dados estatísticos de sua atividade; Projetar, dirigir, ou efetuar pesquisas psicopedagógicas; Participar, quando solicitado, da Equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos e terapêuticos ligados a assuntos psicopedagógicos; Possuir conhecimentos básicos de informática: editores de texto; planilhas eletrônicas e programas voltados para apresentações em cursos, palestras e outros. Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a
---------------	--

Fonte: Câmara Municipal de Imperatriz, 2019.

Na descrição de exemplos acerca das tarefas inerentes ao cargo, observa-se uma diversidade de práticas que vão desde um viés tradicional a práticas emergentes. Para discussão das implicações que podem ser provocadas por ausência ou desconhecimento das possibilidades de atuação do psicólogo no contexto escolar, duas tarefas foram analisadas: (a) participar, quando solicitado, da Equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos e terapêuticos ligados a assuntos psicopedagógicos, e (b) participar de equipe de diagnóstico, realizando a avaliação psicopedagógica, dos alunos com necessidades educacionais especiais. Em relação às demais tarefas reconhece-se a sua relevância para análise e discussão, mas para essa pesquisa optou-se por pelas duas citadas acima devido às concepções históricas e sociais que são acumuladas e repassadas nas vivências das relações escolares.

Na tarefa (a) *participar, quando solicitado, da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos e terapêuticos ligados a assuntos psicopedagógicos*, chamam atenção duas ações: participar, quando solicitado; e aspectos preventivos e terapêuticos. Na primeira atividade observa-se um equívoco, pois o psicólogo inserido nos espaços educacionais é parte integrante da equipe e deve participar de todas as ações institucionais desenvolvendo coletivamente propostas de intervenção de acordo com as demandas escolares que emergem do chão da escola. A defesa pelo psicólogo na escola parte da premissa de que este profissional pode contribuir significativamente com este espaço de transformação e empoderamento social. O profissional da Psicologia que não possui ou desconhece as discussões que vêm sendo desenvolvidas pela literatura contemporânea na área da Psicologia Escolar, ao realizar a leitura da descrição de cargos pode compreender que suas ações não envolvem as dimensões administrativas e pedagógicas, podem desencadear uma

atuação mais vinculada a práticas tradicionais, pontuais e fragmentadas (MARTÍN-BARÓ, 1996; MARTÍNEZ, 2010; NUNES, 2016; MARINHO-ARAUJO; NEVES, 2017).

Outro aspecto que merece reflexão nesta atribuição, é em relação ao aspecto terapêutico que é mencionado enquanto atividade a ser desenvolvida nos contextos educativos. De acordo com a Resolução nº 010/2000 do Conselho Federal de Psicologia, a psicoterapia é um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas para promoção da saúde mental. A defesa que se faz na Psicologia Escolar é por uma atuação preventiva, relacional e institucional tendo como foco os processos e o sujeito o compreender a partir de uma relação dialética com o meio que se encontra inserido. A importância de se problematizar sobre questões relacionadas à saúde mental na escola atribui-se à tendência de associar os problemas de fracasso escolar a explicações médicas buscando causas e soluções para as queixas relacionadas ao processo de aprendizagem, produzindo histórias de escolarização à luz de educação medicalizadora. As demandas terapêuticas sempre irão existir, porém precisamos propagar outras possibilidades de intervenção com o objetivo de superar o caráter rotulador e estático que escamoteiam os problemas sociopolíticos do nosso país (MARTÍNEZ, 2010; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2014; POSSATO, 2019; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019).

Na tarefa (b) *participar de equipe de diagnóstico, realizando a avaliação psicopedagógica, dos alunos com necessidades educacionais especiais*, observa-se a tendência em relacionar o papel do psicólogo escolar somente as ações relacionadas a Educação Especial e Inclusiva, associação marcada pela história da Psicologia que no início colaborou com a efetivação de ações excludentes dentro da escola. Após o processo de crítica da própria Psicologia, diversos autores (DAZZANI, 2010; FLEITH, 2011; GUZZO; MEZZALIRA, 2011; GALVÃO; BECKMAN, 2016; GUZZO, 2015; MARINHO-ARAUJO, 2010; 2015; 2016) têm colaborado para o enfretamento de modelos clínicos e individualizantes de uma proposição voltada para ações coletivas e que levem em consideração os processos sócio-históricos e interativos de todos. As mudanças que vêm ocorrendo na trajetória escolar dos sujeitos têm provocado a adoção de concepções que retirem o foco das dificuldades do aluno para suas potencialidades respeitando o desenvolvimento individual a partir da elaboração de práticas educacionais menos excludentes.

O tema da inclusão é objeto de debate constantemente, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994) que trata sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais assegurando as pessoas com deficiência o acesso e a

participação no sistema educacional. O psicólogo escolar não deve ter suas atividades direcionadas somente para o público-alvo da Educação Especial, pelo contrário, precisa promover a democratização na escola legitimando criticamente a defesa pelos direitos humanos a favor de todos. Nesta perspectiva, ao consolidar formas mais emergentes de atuação frente às questões educacionais o psicólogo colabora com a construção de um processo educacional que remove os obstáculos sociais, e de modo mais amplo mobiliza a formação de consciência na compreensão das contradições existentes no universo da escola encorajando experiências exitosas de inclusão escolar (DAZZANI, 2010; MARTÍNEZ, 2010; FLEITH, 2011; GUZZO; MEZZALIRA, 2011; GALVÃO; BECKMAN, 2016; GUZZO, 2015; MARINHO-ARAUJO, 2010; 2015; 2016).

A fala do psicólogo entrevistado apresenta essa reflexão:

“E isso é algo que a gente vem batendo muito de frente porque a gente não faz clínica, e eles têm dificuldade de entender a função do psicólogo na escola. Hoje realizo a atividade de palestras, atendimento a pais e familiares no sentido de orientar, escuta com os professores uma escuta coletiva, formação de gestores e quando possível atendimento aos alunos, mas não numa perspectiva clínica, mas no sentido de conhecer aquele aluno” (PSI 4).

As novas perspectivas de atuação em Psicologia Escolar têm ressignificado as práticas institucionais, de forma contextualizada e inovadora, para a consolidação de uma cultura de sucesso escolar, oportunizando a criação e efetivação de espaço de reflexão e troca de experiências que respondam aos desafios presentes no campo educacional a partir de leitura histórica e crítica do contexto. A intencionalidade de se construir uma escola inclusiva exige desdobramentos políticos que impulsionem a realização de intervenções mais críticas frente a pluralidade que integra a rede pública de ensino (DAZZANI, 2010; MARTÍNEZ, 2010; FLEITH, 2011; GUZZO; MEZZALIRA, 2011; FACCI; SOUZA, 2011; GALVÃO; BECKMAN, 2016; GUZZO, 2015; MARINHO-ARAUJO, 2010; 2015; 2016).

Na entrevista, apenas uma psicóloga disponibilizou um documento, que se refere ao Plano Municipal de Educação do seu local de atuação. A mesma relatou que atua dentro da Secretaria de Educação, mas que até o momento da realização desta entrevista não havia nenhum documento específico que orientasse a sua prática, e as ações dos servidores tem sido norteadas pelo PME de Paço do Lumiar. Ao realizar uma análise sobre as possibilidades de atuação do psicólogo escolar, observam-se as seguintes metas que tratam dos serviços da Psicologia:

Meta 2 – Estratégia 2.7: Garantir serviços de apoio e orientação aos estudantes, com fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência e outros, para que, de forma articulada, assegurem à comunidade escolar, direitos e serviços da rede de proteção (p.59).

Meta 2- Estratégia 2.9: Desenvolver projetos na perspectiva da Cultura de Paz, com vistas ao enfrentamento de situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, assegurando condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias, comunidades e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (p.59).

Meta 4 – Estratégia 4.6: Estabelecer parcerias institucionais (saúde, esporte e lazer, assistência social, direitos humanos) para o desenvolvimento de políticas públicas aos jovens, adultos e idosos, público-alvo da Educação Especial (p.63).

O PME de Paço do Lumiar apresenta estratégias e metas que descentralizam sua responsabilidade em relação ao bem-estar físico, mental e emocional dos estudantes ao redimensionar suas ações para outras Secretarias. A estratégia 2.9 sugere que as Unidades de Ensino devem se organizar em regime de colaboração para o enfrentamento de situação de discriminação, preconceitos e violências na escola firmando parcerias com outros órgãos públicos na perspectiva de desenvolver atividades que assegurem a cultura da paz; contudo, questiona-se: qual a compreensão do setor da saúde e assistência social sobre ações e situações desenvolvidas na escola? Será que os profissionais externos à realidade escolar com ações pontuais e específicas atendem às demandas da instituição?

É discutida na literatura contemporânea da Psicologia Escolar que o psicólogo pode e deve ter suas ações direcionadas à inclusão, a partir do entendimento que sua atuação deve partir de dentro da escola, vivenciando o contexto, conhecendo a realidade de que se fala, e não de fora da escola, com atividades pontuais que desconhecem a instituição. A Psicologia Escolar defende que os processos de inclusão vão para além das deficiências e transtornos, mas deve contemplar todos os sujeitos a favor do reconhecimento da diversidade e dos processos de aprendizagem, considerando as características da subjetividade histórica e social de cada ser (FLEITH, 2011; ANACHE, 2015; MARINHO-ARAUJO, 2017; GUZZO et al., 2019).

Ainda na Meta 2 deste documento, apresenta-se a seguinte estratégia:

2.20. Garantir e ampliar o atendimento psicossocial, psicopedagógico e psicológico aos estudantes com dificuldades de aprendizagem e comportamento, bem como orientar os professores no aprimoramento da sua prática pedagógica, nas especificidades (p.12)

Essa estratégia faz parte da meta para ampliação e melhoria da qualidade de ensino no Ensino Fundamental de 9 anos visando o acolhimento aos estudantes com dificuldade de aprendizagem e comportamento. É frequente observar a associação da imagem do psicólogo escolar ao atendimento a pessoas com deficiências ou transtornos específicos no sistema educacional, exercendo práticas de atendimento e diagnóstico clínico pautados em concepções individualistas e biologizantes, o que fortalece o entendimento que a Psicologia é uma área apenas da saúde e que sua função é validar indicadores clínicos. Não se pode negar a necessidade de acompanhar e assessorar os estudantes que possuem dificuldade no processo de escolarização; contudo, a ação da Psicologia na escola não deve ser direcionada apenas para o diagnóstico de forma restrita, mas sim em atividades que permita pensar na escola como um todo, envolvendo e reconhecendo todos os sujeitos presentes no diagnóstico institucional (NEVES, 2011; FLEITH, 2011; 2016).

Autoras que versam sobre participação do psicólogo escolar frente às demandas de inclusão (ANACHE, 2015; FLEITH, 2011; NEVES, 2017; MARINHO-ARAUJO, 2017) afirmam que a ação da Psicologia no contexto escolar deve promover a conscientização de todos os atores sociais para a transformação e construção do pensamento crítico que venha a romper com ideias, crenças e atividades pedagógicas reducionistas e excludentes, que em sua maioria, são reforçados pela apresentação de um laudo médico. Conforme esclarece Souza (2010), deve-se pensar a escola a partir do seu dia a dia, participando de todas as ações com o objetivo de compreender as formas, maneiras, estratégias e processos que compõe este espaço, permitindo uma participação eficaz nas intervenções escolares.

A estratégia acima é uma visão fragmentada da Psicologia, fortalecendo uma concepção limitada e inadequada da área. Essa situação confirma-se pela ausência de profissionais da Psicologia Escolar na construção destas políticas, não havendo a oportunidade de se dialogar com os pares e com outros profissionais, pois ainda se desconhece, em alguns municípios, a participação de psicólogos na elaboração de leis.

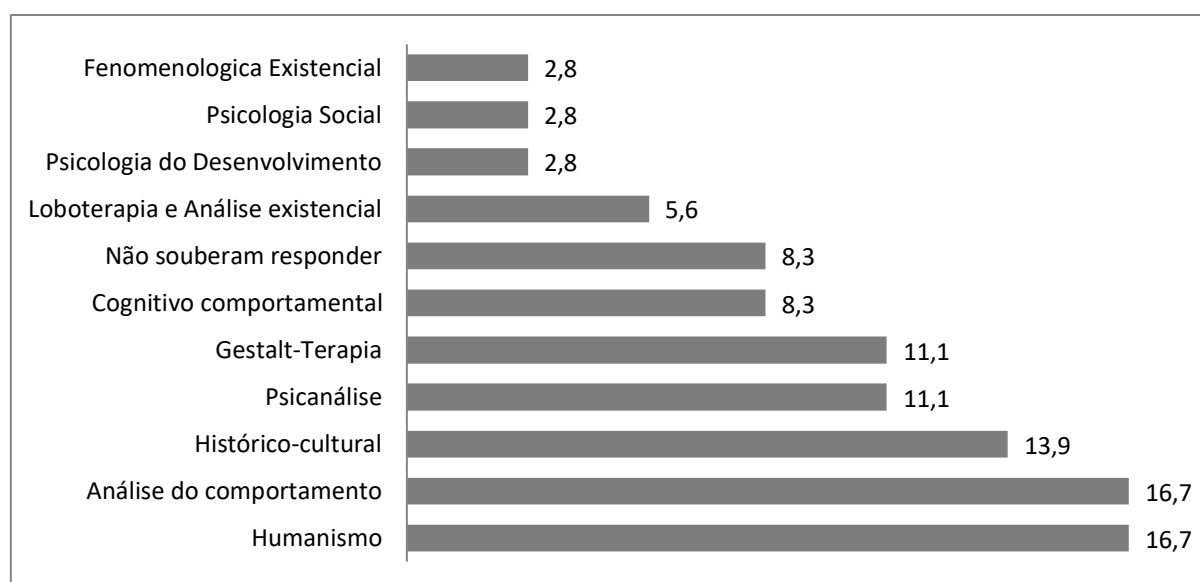
Conforme é evidenciado por Nunes (2016),

Para além da atuação no cotidiano da escola, deve ser objeto de interesse do psicólogo escolar o conhecimento e a participação nas políticas públicas relacionadas à educação, pois elas exercem impacto direto sobre a dinâmica institucional, sobre as relações com os diversos atores, além de contribuírem para o desenvolvimento da profissão no país (p. 63).

Assim, compreende-se a necessidade de fomentar cada vez mais discussões acerca da consolidação da identidade profissional do psicólogo escolar, de forma a oportunizar reflexões

sobre o papel e atuação ante a essa realidade social específica. Os avanços conquistados por psicólogos escolares nos desafiam a ressignificar nossos objetivos, concepções, funções e responsabilidades nos espaços de intervenção, fundamentados em uma dimensão interdisciplinar por meio da mobilização de competências profissionais que estimulem a atuação coletiva (MARINHO-ARAUJO, 2010; MARTINEZ, 2017; ANDRADA et al., 2018; GALVÃO; MARINHO-ARAUJO, 2018).

Gráfico XII: Base teórica da Psicologia que os profissionais utilizam na atuação.



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

De acordo com os resultados expressos no Gráfico XII existe uma diversidade de bases epistemológicas que os psicólogos no Maranhão utilizam para fundamentar sua atuação e a compreensão acerca dos fenômenos escolares, a exemplo dos psicólogos da abordagem da análise do comportamento, um tendência regional devido aos professores universitários que obtiveram sua formação na Universidade Federal do Pará (UFPA) que possui estudos sobre o desenvolvimento humano com base nos pressupostos do Behaviorismo. No decorrer da formação em Psicologia, o acadêmico tem contato com inúmeras escolas de pensamento que reconhecem a singularidade do desenvolvimento humano e buscam conceder orientações acerca da relação comportamento e psiquismo. A utilização de um fundamento teórico-metodológico reflete as escolhas e perspectivas ideológicas, sustentado práticas e os saberes utilizados no contexto de trabalho, ocasionando reflexões diferentes, e por vezes opostas, sobre o espaço escolar e os sujeitos que se encontram nele.

Compreende-se que os fundamentos epistemológicos e teóricos da Psicologia oferecem conhecimento acerca da constituição psicológica do desenvolvimento humano. Entretanto, o que vem sendo discutido na literatura contemporânea sobre a Psicologia Escolar crítica é a utilização das bases conceituais da Psicologia Histórico – Cultural de Vygostky nos processos de conscientização e transformação dos contextos educativos por entender que o homem é historicamente ativo, dialético, real e heterogêneo (MARTÍN-BARÓ, 1996; MARINHO-ARAUJO, 2016; SOUZA et al., 2018; OLIVEIRA, RAMOS, SOUZA, 2020).

Olhar para o homem com base na perspectiva histórico-cultural implica reconhecer as dimensões individuais, coletivas e culturais que atravessam a constituição do contexto escolar ao problematizar os fenômenos decorridos da instituição escolar à medida que as ações humanas se tornam mais complexas e desafiadoras. A ausência de discursos críticos na escola tem ocasionado posicionamento tradicionais acerca dos processos de escolarização, utilizando intervenções psicológicas que reforçam a exclusão e marginalização dos alunos por sustentar práticas que corroboram a construção de trajetórias marcadas pelo insucesso e fracasso escolar (LIBÂNEO, 2015; MARINHO-ARAUJO, 2016). Nas entrevistas realizadas nenhum psicólogo apresentou na sua fala a defesa por uma base epistemológica, apenas relataram que se utilizam de conhecimentos fundamentados em concepções biológicas e psicológicas do desenvolvimento humano, a exemplo da fala dos psicólogos abaixo:

“Eu faço atualmente uma formação que discute principalmente aspectos clínicos da Psicologia, mas que tem me oportunizado uma formação ampla, e que de certa forma isso tem me ajudado muito em relação às demandas escolares. A formação já abordou desde transtornos psiquiátricos na visão de homem da análise do comportamento, e esse ano a gente tá tendo uma formação com terapia infanto juvenil que trata sobre transtornos nas crianças e adolescentes inclusive tem várias pedagogos e psicopedagogos que fazem essa formação, e tem sido uma discussão muito rica em termos de compreender o desenvolvimento de criança e adolescente. Na prática, essa formação tem me ajudado muito na elaboração de estratégias emocionais para dar suporte às escolas após o retorno as aulas depois da pandemia” (PSI 1).

“Atualmente eu faço um curso de especialização em Psicanálise, e se você me perguntar se esse curso tem me ajudando na minha atuação, eu vou responder que sim! Apesar de trazer discussões numa área tão específica, que é a Psicanálise, mas nos dá possibilidade de ampliar nosso processo de escuta tanto individual quanto coletiva. Mas, eu tenho o desejo de fazer a pós-graduação em Psicologia Escolar” (PSI 6).

Conforme apresentado nesta pesquisa, o movimento de crítica da Psicologia Escolar construiu subsídios para se pensar o fenômeno educacional a partir de suas múltiplas determinações proporcionando novas formas entender o fracasso escolar, retirando do sujeito a responsabilização exclusiva pelo seu processo de aprendizagem. Entretanto, ainda existe a presença de psicólogos que atuam no viés clínico resultante de uma história que estigmatiza e aliena, naturalizando a exclusão de milhares de estudantes do Sistema Brasileiro de Educação. A PSI 1 expõe na sua fala que o curso acerca dos transtornos mentais tem auxiliado na realização das suas atividades o que poderia presumir uma atuação com viés adaptacionista e patologizante; porém, os mesmos psicólogos apresentam falas que coadunam com o que vêm sendo debatido na Psicologia Escolar crítica quando questionados se concordavam ou não com as demandas que eram encaminhadas a eles:

“Algumas sim outras não, por ter vínculo estatutário isso me dá uma certa liberdade para fazer algumas coisas, como dizer que não faço e não vou fazer certas coisas, sendo que algumas demandas eu percebo que posso contribuir, como por exemplo, essa questão de atender um aluno como se eu estivesse fazendo o atendimento clínico que por muito tempo dentro da própria Secretaria as pessoas achavam que era isso que a gente fazia. E eu precisei explicar e me posicionar para explicar qual o papel do Psicólogo Escolar, inclusive para a própria Secretaria de Educação que não sabia dizer o que a gente faz e não faz, mesmo que o contrato tenho vindo deles” (PSI 1).

Outra fala que chama atenção é do PSI 6:

“Não concordo, principalmente quando a Secretaria vem com ações prontas e sem contextualização com a escola, por exemplo, é setembro amarelo, e somente naquele mês é que eles querem falar sobre isso. Eu gosto sempre de participar dos planejamentos pedagógicos para de lá extrair algo que possa ser feito numa proposta de intervenção com a participação de todos” (PSI 6).

Apesar destes dois psicólogos terem pontuados que fazem o uso de diversos conhecimentos sobre o desenvolvimento humano para o contexto da escola, observa-se que as suas atividades de intervenções estão constituindo a partir de uma visão mais global do aluno. O psicólogo escolar deve ter clareza sobre quais os desdobramentos se podem ter na utilização

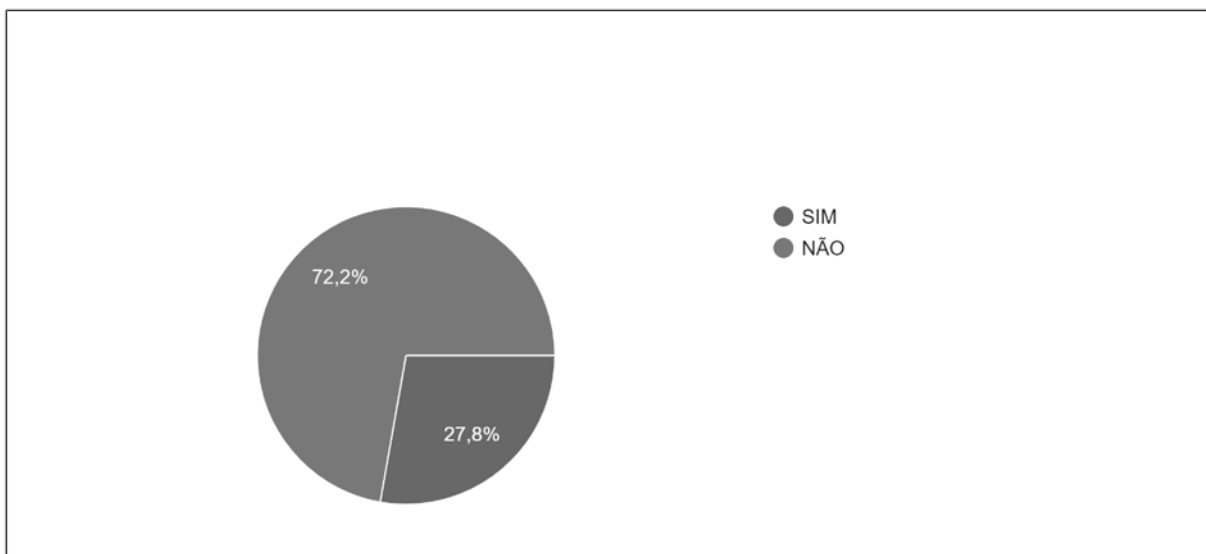
de um referencial teórico, principalmente quando nos referimos a práticas que são consideradas tradicionais, a exemplo da avaliação diagnóstica centrada no aluno e o encaminhamento de estudantes com dificuldades escolares. O uso de instrumentos psicológicos que desconsiderem o contexto do fenômeno educacional efetiva a produção de rótulos e estigmas sociais, negando a trajetória da escolarização do sujeito.

Martínez (2010) enfatiza as formas tradicionais de atuação podem ser utilizadas, mas devem se pautar em visões mais amplas que se elaboram a partir de processos que considerem as histórias escolares, os atores escolares e a relação do sujeito com conhecimento. Nesse contexto, os psicólogos escolares devem apropriar de fundamentações que considerem os aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos para romper com produção de histórias pautadas na cultura do fracasso escolar (LIBÂNEO, 2015). Convém ressaltar que apenas 13,9% dos psicólogos que participaram da primeira etapa desta pesquisa compactuam da base epistemológica que vem sendo defendida por autores e pesquisadores da Psicologia Escolar crítica que em suas produções acadêmicas evidenciam formas de atuação emergentes construídas no interior das escolas com foco no mapeamento e intervenção institucional a partir da compreensão da escola como um todo.

Buscando efetivamente a democratização da educação e a concretização de práticas transformadoras, defende-se nesta pesquisa que atuação do psicólogo deve-se pautar no pensamento da Psicologia Escolar crítica, por compreender que a escola é um contexto marcado por significativos processos de aprendizagens de construção social e desenvolvimento psicológico, por meio da conscientização de papéis, funções e responsabilidades de todos os atores em uma perspectiva dinâmica, relacional e contextualizada (LIBÂNEO, 2015; MARINHO-ARAUJO, 2016; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019; CACAU, 2019).

Lutar por uma educação democrática é dever de todos, especialmente na atual conjuntura política que estamos vivenciando com o desmonte da educação pública que vem diminuído os direitos de milhares de estudantes a favor de educação que atenda e privilegie o interesse de poucos, a exemplo da recente reformulação da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008; 2020) que apresenta na sua proposta o retorno de alunos com deficiência às escolas e classes especializadas escancarando a não continuidade no processo de inclusão nas escolas brasileiras. Por meio dos Projetos de Decreto Legislativo (PDL) nº 427/20 e 429/20 suspendeu-se a aplicação desta nova Política, porém é necessário engajamento de todos e, em especial do psicólogo escolar, no enfrentamento de políticas que promovam ações de segregação e reprodução do sistema (MARINHO-ARAUJO; CALVACANTE, 2019; SOUZA et al., 2018).

Gráfico XIII: Formação em serviço (Participação em capacitação oferecida pela rede de ensino para psicólogo que atua no contexto educacional).



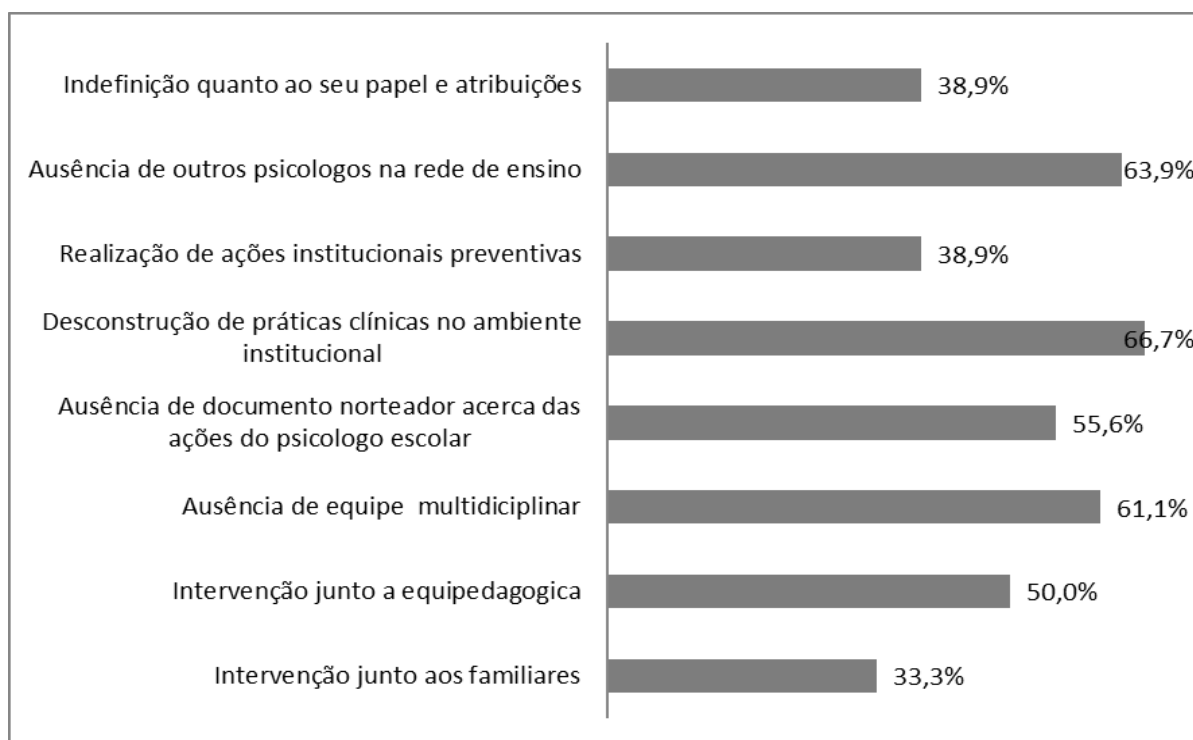
Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Diversas nomenclaturas são empregadas ao se referir à formação continuada, tais como: formação em serviço, capacitação, formação permanente, qualificação entre outros, caracterizando atividades semelhantes em relação às ações de apropriação e discussão de pressupostos teóricos e vivências práticas no trabalho para a reelaboração do fazer profissional. Refletir sobre a formação continuada é compreender que este processo é resultado das experiências de atuação que articulam saberes científicos e demandas da realidade do contexto em que se encontra inserido, provocando o levantamento de questionamentos sobre si e sobre sua prática.

A defesa pela inclusão de processos formativos vem sendo debatida por pesquisadores do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2003; 2005; MARINHO-ARAUJO; NEVES, 2007; DUTRA-FREITAS; MARINHO-ARAUJO, 2018; BRAZ AQUINO et al., 2018) que apresentam discussões relevantes sobre a oferta e consolidação de formação continuada para promover a ressignificação de concepções profissionais e pessoais, ainda que a formação inicial tenha proporcionado a leitura de referenciais teóricos críticos. Apesar de que todos os participantes da pesquisa terem respondido que durante a graduação cursaram a disciplina de Psicologia Escolar, ressalta-se que algumas instituições formadoras ainda reservam o caráter generalista e a opção por ênfases curriculares com forte tendência para os aspectos clínicos da

Psicologia, o que possivelmente trata-se de um desconhecimento ou leitura superficial sobre os diversos campos de atuação. Assim, acredita-se que a formação continuada para psicólogos escolares se faz imprescindível quando essa é associada a discussões que dialoguem com a construção de práticas transformadoras e emancipatórias acerca do fenômeno escolar, contribuindo para uma atuação consciente e compromissada com todos (CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019).

Gráfico XIV: Dificuldades encontradas pelo psicólogo escolar em sua prática profissional



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Em relação às dificuldades que os psicólogos encontram para o exercício profissional, observou-se que dos oito tópicos apresentados no Questionário Sociodemográfico, três obtiveram maior número de respostas, sendo que era permitido marcar mais de uma alternativa. Assim, os participantes afirmaram que entre as principais dificuldades encontradas, 66,7% correspondem à desconstrução de práticas clínicas no ambiente institucional, 63,9% à ausência de outros psicólogos na rede de ensino e 61,1% relatam a ausência de equipe multidisciplinar em relação as demandas escolares.

Neste questionamento nos chama atenção à resposta que obteve a maior expressividade dos participantes ao se referirem à desconstrução de práticas clínicas no ambiente institucional. Tal resultado mostra-se relevante para a compreensão da imagem que se tem acerca da atuação

do psicólogo escolar no Maranhão, uma vez que a história vem desmitificando a perspectiva médica-assistencial cuja proposta sugeria uma prática psicológica clínica e tradicional com foco no atendimento individual dos sujeitos. Conforme discutido ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, o trabalho do psicólogo escolar deve ser pautado em mediações teóricas que permitam a utilização de concepções críticas ao possibilitar (re)pensar em estratégias condizentes com a realidade social dos espaços educativos (GUZZO, MOREIRA; MEZZALIRA, 2016; NUNES, 2016; ANDRADA et al., 2018; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019).

Nas entrevistas virtuais realizadas esse tema compareceu na fala dos Psi's, conforme retrata o trecho a seguir:

“Antigamente, eles queriam que eu conversasse com os alunos e resolvesse o problema com o próprio aluno, hoje as escolas entendem que eu não faço esse tipo de ação, porque defendemos que temos que investigar a escola como todo” (PSI 1).

“O município que eu trabalho tem atualmente 70 unidades de ensino de ensino da rede pública, e nós somos chamados praticamente para todo o tipo de demanda, principalmente àquelas com dimensão clínica, onde o aluno tem um problema na sala de aula e a escola chama o psicólogo para que ele possa apenas num olhar e naquele momento dizer o que é que aquele aluno tem! E isso é uma algo que a gente vem batendo muito de frente porque a gente não faz clínica, e eles têm dificuldade de entender a função do psicólogo na escola” (PSI 4).

Por meio das respostas e dos relatos obtidos observa-se que visão clínica que se tem sobre o psicólogo escolar ainda é muito forte, necessitando mobilizar a categoria à discutir com a sociedade sobre as reais atribuições frente as demandas contemporâneas que emergem do chão de fábrica da escola. A ação do psicólogo escolar deve ser pautada por questões políticas, sociais, econômicas e institucionais o que exige a construção de um perfil profissional dinâmico, participativo e atuante para transformar, de forma intencional, a visão conservadora e curativa que limita o protagonismo social (MARTÍNEZ, 2017; LIBÂNEO, 2015; NEVES, 2016; CACAU, 2019; POSSATTO, 2019; OLIVEIRA; RAMOS; SOUZA, 2020).

Ainda sobre as dificuldades encontradas, o segundo e o terceiro tópico que obtiveram pontuação expressiva foi sobre ausência de outros psicólogos na rede de ensino e de equipe multiprofissional correspondendo à 63,9% e 61,1% respectivamente, o que corrobora com as informações do Gráfico X onde 27,8% dos psicólogos responderam que não trabalham com outros profissionais. Diante da relevância dos conhecimentos psicológicos no contexto

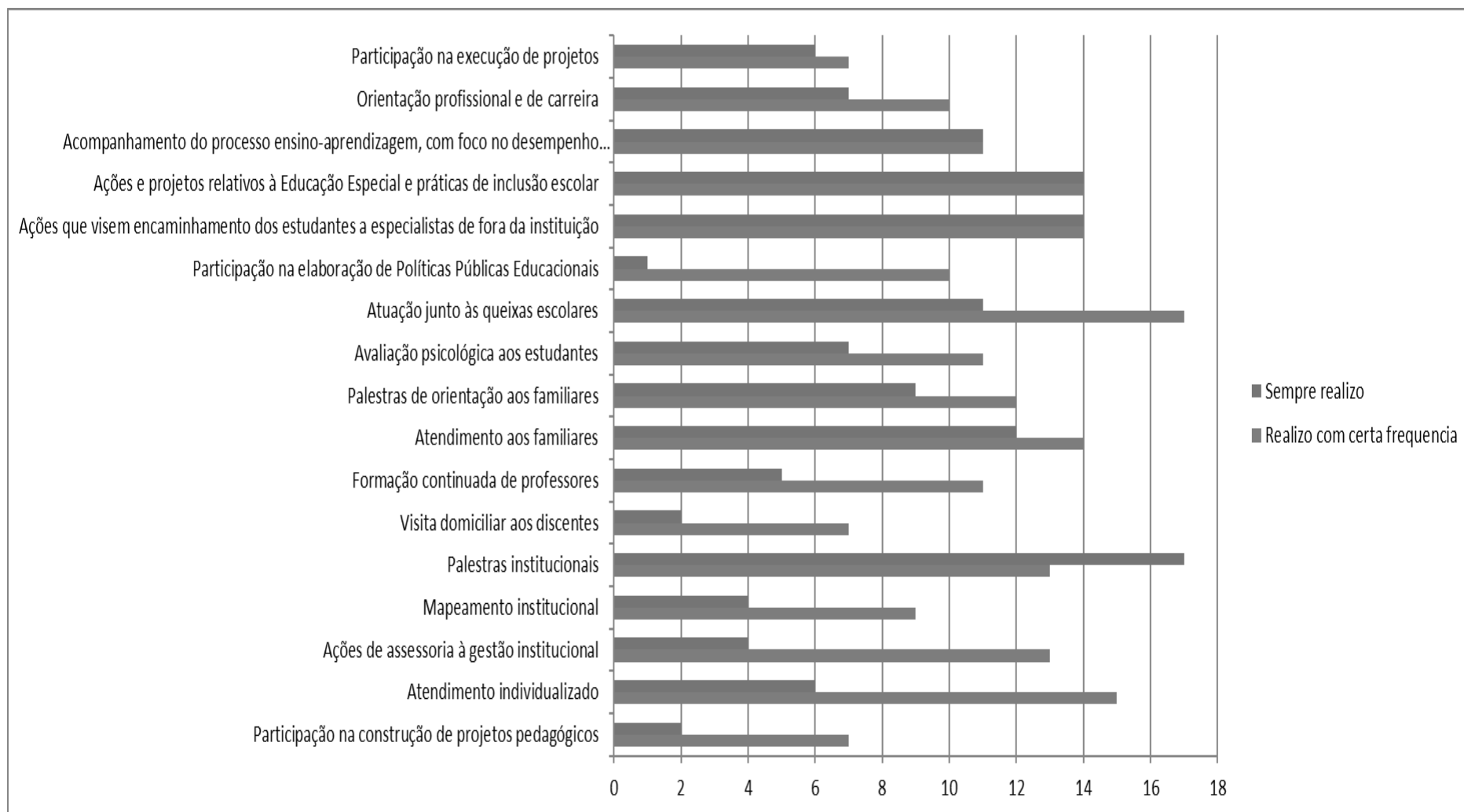
educacional sobre os processos e estilos de aprendizagem, a presença de outros psicólogos e de uma equipe possibilitaria a construção de análises mais totalizantes em torno das demandas escolares, de modo a problematizar as concepções dos atores que ali encontram-se os convidados a se reinventarem a partir de ideais coletivos e cooperativos (MARINHO-ARAUJO, 2014; NEVES, 2016).

Entretanto, o que se tem observado em alguns municípios maranhenses é atuação isolada de psicólogos na rede de educação básica, o que contribui com a ocorrência de visões e exigências errôneas sobre as práticas psicológicas, tendo em vista a quantidade de escolas e o número de psicólogos escolares, conforme ilustra a fala de um dos psicólogos entrevistados:

“No começo da minha carreira em 2016 eu era o único psicólogo escolar da cidade e eu não dava conta de todo o trabalho, pois são 26 escolas em todo o município, e eu tinha certa dificuldade, pois cada escola tem sua singularidade e desafios a serem enfrentados” (PSI 7).

Tal contexto implica em ações limitadas e sem a devida imersão na realidade investigada, pois a realização de ações pontuais, como visitas, palestras e atendimentos emergenciais não permite conhecer as crenças, valores, linguagens e opiniões que transcorrem no ambiente escolar. A Psicologia Escolar crítica afirma que o acompanhamento deve acontecer de dentro da escola, e não de fora da escola, pois o reconhecimento do psicólogo enquanto agente escolar permitirá o desenvolvimento de ações pedagógicas intencionais e conscientes (MARINHO-ARAUJO, 2014; 2016; NUNES, 2016).

Gráfico XV: Ações desenvolvidas na Educação Básica (sempre realizo ou realizo com frequência)



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

Pelo questionário eletrônico arguiu-se em relação às atividades que são realizadas na rede pública de ensino, conforme é apresentado no Gráfico XIV. Através das respostas emitidas pelos psicólogos escolares observa-se tanto o uso de práticas tradicionais com foco no estudante, a exemplo da realização de atendimento individual e avaliação psicológica centrada no estudante, assim como há existência de práticas emergentes com ações voltadas para o coletivo como a participação na execução de projetos e formação continuada de professores (MARTÍNEZ, 2010). Dentre as atividades que foram sinalizadas duas obtiveram maior expressividade: (a) atuação junto as queixas escolares e (b) palestras institucionais. Ciente das diversas demandas que emergem no cenário escolar, a Psicologia Escolar crítica vem questionando e problematizando as ações que possuem como foco predominantemente o atendimento aos estudantes, especialmente, quando se refere às queixas escolares, que ainda são contempladas pelos atores escolares como algo meramente biologizante e individual.

A literatura em Psicologia Escolar vem fomentado discussões e esclarecimentos para a realização de práticas psicológicas que permitam uma intervenção institucional, preventiva e relacional construindo um trabalho coletivo que tenha uma função emancipatória e transformações qualitativas na ação educativa. A ampliação política da área baseia-se na concepção de uma educação que compreenda o sujeito como um ser concreto, social e histórico oportunizando reflexão e partilha de saberes mais socialmente comprometidos com todos (MARTÍN-BARÓ, 1996; MARTÍNEZ, 2010; MARINHO-ARAUJO, 2014; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019). Trechos de relatos dos participantes deste estudo, a seguir, dialogam com essa discussão:

“Hoje eu concordo, porque a rede entende o meu trabalho ou respeita quando eu digo que a escola não é clínica. Então, hoje eles entendem que as minhas ações são num viés institucional e coletivo, que os aspectos clínicos devem ser tratados em outros espaços, que não é a escola. Mas, eu sempre preciso lembrar eles disso” (PSI 4).

“Eu concordo com todas as atribuições que são demandadas ao psicólogo escolar, sim! Concordo que devemos fazer formação com os professores, momento de escuta com os pais e os alunos, desenvolver projetos institucionais na escola, organizar palestras para alunos entre outras coisas, mas defendo que deve ter uma equipe de psicólogos para dar esse suporte ou melhor deve ser um profissional de Psicologia por escola, porque você sozinho atuando numa rede não é possível atender a todos bem” (PSI 7).

No bojo dessa discussão, construir atuações que levem em consideração a realidade e a história institucional permite o enfrentamento de entraves à uma cultura do sucesso escolar potencializando a compreensão de que a atuação do Psicólogo Escolar não pode ser algo engessado, ao contrário deve assumir um posicionamento flexível e real diante das demandas escolares (LIBÂNEO, 2015; MARINHO-ARAUJO, 2014; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019). Para atuar com base numa perspectiva institucional e com foco na cultura do sucesso escolar, o psicólogo precisa mover novos desenhos de compreensão para as clássicas e emergentes demandas, ampliando o sentido e o significado sobre as potencialidades dos sujeitos e dos contextos avaliados. Para Almeida e Marinho-Araujo (2014),

O espaço escolar constitui-se, portanto, em local privilegiado onde, por um lado, explicitam-se contradições e antagonismos e, por outro, é possível que interesses sociais mais justos, democráticos e solidários se fortaleçam e se articulem entre si. E isto porque, para avançar, não basta apenas reconhecer e evidenciar as contradições presentes na escola, ou ocupar as brechas e rupturas nela originadas, é preciso se apropriar, de forma lúcida, consciente, competente e intencional dessas contradições, amalgamadas pelo trabalho coletivo e mediadas nas relações sociais (pág.29)

A reconfiguração da ação do psicólogo escolar propõe formas de intervenção que busquem articulação entre a teoria e prática para promover uma atuação aliada com a gestão escolar, comprometendo-se a escolhas mais justas e menos desiguais. Os psicólogos escolares apresentaram em suas respostas outras ações que coadunam com a perspectiva crítica da Psicologia Escolar: palestras institucionais; participação na elaboração de políticas públicas; ações e projetos relativos à educação especial e inclusiva; palestras de orientação aos familiares e mapeamento institucional. A fala do psicólogo entrevistado fortalece a discussão sobre práticas institucionais:

“Na Educação Básica a principal ação/metodologia que realizo, são rodas de conversa em que eu vou trabalhar as relações ali na escola principalmente a formação e desenvolvimento psicológicos dos adolescentes, relacionados à escolha profissional, a questão da sexualidade, as relações étnico raciais, prevenção de drogas” (PSI 3)

Privilegiar ações preventivas, cria espaços de interlocução com todos os atores promovendo a circulação dos discursos e a organização do trabalho em equipe sendo possível ampliar a compreensão acerca da escola e de seus participantes, implementando propostas que rompam com a ideia do psicólogo realizando somente atendimentos individuais aligeirados e sem contextualização. A fala da PSI 3 está em consonância com o documento intitulado de

Regulamento da Política de Assistência ao Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão que oferece um conjunto de princípios e diretrizes para a implantação de programas de acesso, a permanência e a conclusão do curso com qualidade pelos estudantes.

O referido documento em seu Art. 13 orienta sobre o Programa de Acompanhamento Psicológico que tem o objetivo de garantir o bem-estar biopsicossocial dos estudantes e preservação da saúde mental, a partir dos seguintes direcionamentos:

I - Realizar intervenções educativas

- a) quanto ao uso e abuso de substâncias psicoativas;
- b) quanto à vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.
- c) para prevenir todo e qualquer tipo de violência; e
- d) para prevenir e combater ao bullying (BRASIL, 2017, p. 7)

II – Realizar atividades individuais ou em grupos direcionadas à orientação profissional para estudantes;

III – desenvolver atividades voltadas à preparação do estudante para o ingresso no mundo do trabalho;

IV – Contribuir para o processo de ensino-aprendizagem por meio de diagnóstico, análise e intervenção, quando necessária;

V – Promover ações que visem à adaptação e à integração dos estudantes na Instituição;

VI – Identificar o perfil de entrada e de saída dos estudantes do Campus, priorizando os aspectos psicossociais;

VII – acompanhar e orientar estudantes e docentes que apresentem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem de forma articulada com o acompanhamento pedagógico;

VIII – avaliar e acompanhar estudantes que apresentem transtornos mentais, cognitivos e comportamentais, realizando orientações, encaminhamentos e discussões com equipe multidisciplinar, sempre que necessário;

IX – Realizar trabalhos com estudantes, individualmente ou em grupos, para prevenção e redução de sinais e sintomas psicológicos; e

X – Promover ações de orientação voltadas à qualidade de vida e à prática de hábitos saudáveis, focando os aspectos psicológicos (BRASIL, 2017, P.7)

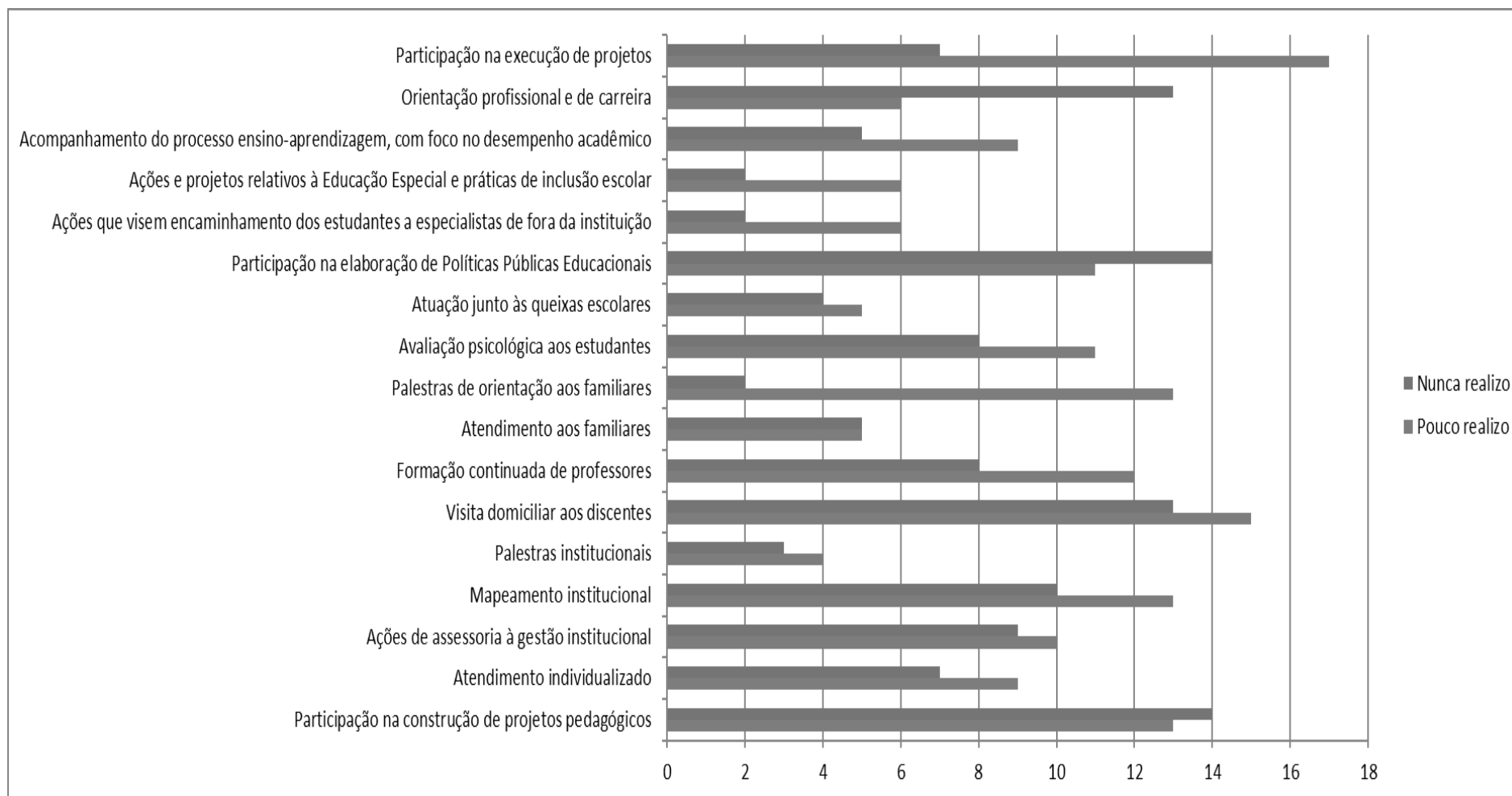
O IFMA atende desde a Educação Básica ao Ensino Superior tendo como objetivo à prática cidadã e ampla formação do sujeito através da Educação Profissional e Tecnológica orientado por duas grandes áreas na sua estrutura administrativa e pedagógica: o apoio ao acadêmico e a assistência estudantil com foco na democratização do ensino e na formação integral dos estudantes. Nesta perspectiva, o Regulamento da Política de Assistência ao Educando apresenta orientações para a atuação de psicólogos escolares direcionando o olhar para atenção primária e saúde mental por meio de ações de natureza preventiva e interventiva. O documento foi elaborado a partir da realidade vivenciada pelos psicólogos do IFMA com o objetivo de propor propostas de atuação frente aos contextos específicos de cada um dos

institutos auxiliando o psicólogo na buscar diferentes alternativas diante das emergências que afligem a escola. Apesar de ser um documento orientador para atuação dos psicólogos no IFMA é necessário que se tenha o cuidado acerca das possíveis práticas que podem ser desenvolvidas a partir da perspectiva da saúde mental para que não se desenvolvam ações com viés fortemente clínico e individualizante. O psicólogo escolar pode atuar de diversas formas nas instituições educativas tendo uma leitura crítica do papel do processo de escolarização para a construção de práticas que consideram as complexas relações que são construídas dentro e fora da escola superando o olhar clínico e psicologizante da intervenção do psicólogo escolar (MARTÍNEZ, 2010).

As respostas emitidas pelos participantes deste estudo sinalizaram que, apesar da presença de práticas tradicionais, os psicólogos escolares possuem clareza sobre o desenvolvimento de ações emergentes coadunando com as discussões da Psicologia Escolar crítica. Contudo, essa realidade ainda deve ser discutida para ampliar a práxis psicológica através de uma dimensão ética e política que considere as relações históricas, individuais, culturais, ideológicas, políticas e econômicas como parte integrante dos processos que se formam nos espaços educacionais (CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019; CACAU, 2019; POSSATTO, 2019; OLIVEIRA, RAMOS, SOUZA, 2020).

Ainda em relação às atividades desenvolvidas na rede pública de ensino, a seguir serão apresentadas as atividades não realizadas ou poucos realizadas pelos psicólogos escolares no Maranhão, conforme representa o Gráfico XVI.

Gráfico XIV: ações desenvolvidas na Educação Básica (nunca realizo ou pouco realizo)



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas no questionário sociodemográfico, 2020.

De acordo com o Gráfico XVI, observa-se que as atividades relacionadas à nível político e institucional são poucas realizadas ou até mesmo nunca realizadas, a exemplo: participação na construção do Projeto Pedagógico; participação na elaboração de políticas públicas educacionais, participação na execução de projetos e ações de assessoria à gestão institucional. A Psicologia tem o desafio de contribuir no engajamento de processos emancipatórios ao possibilitar a busca pela garantia dos direitos através do entendimento crítico de si e da realidade a qual pertença os sujeitos, sendo a Psicologia compreendida com uma prática social que potencializa processos de transformação coletiva. Entretanto, conforme é discutido no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2011), historicamente a prática psicológica estava restrita a Psicologia Clínica, o que traz implicações na compreensão dos espaços que este profissional pode ocupar mantendo discursos normativos e ações despolitizadas limitando seu poder de ação e atuação (COSTACURTA, 2017; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019; CACAU, 2019).

Em outras palavras, é necessário conscientizar os psicólogos sobre o seu papel frente às discussões e elaborações das políticas públicas ao adotar uma perspectiva mais abrangente sobre os sujeitos e, também, ao reconhecer a complexidade dos arranjos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que desafiam a desconstrução de cenários de desigualdades sociais. A literatura da área tem apresentado discussões sobre a participação do psicólogo escolar diante de demandas públicas para contribuírem na elaboração, implementação, efetivação e avaliação a partir de uma perspectiva ética e que permita assumir uma postura de responsabilidade social com todos e para todos (MARINHO-ARAUJO et al., 2011; MARINHO-ARAUJO, 2015; SOUZA; SILVA, 2015; MARTÍNEZ, 2017; COSTACURTA, 2017; BRAZ AQUINO et al., 2018; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019).

Em relação às atividades institucionais, nota-se que algumas ações são pouco realizadas ou nunca foram realizadas, a exemplo do mapeamento institucional e palestras. No Gráfico IV sobre as atividades realizadas com frequências muitos psicólogos afirmaram que desenvolvem essas ações, mas houve um quantitativo de respostas significativas no gráfico V em relação à não execução destas atuações, o que pode potencializar o desenvolvimento de atividades remediativas com foco no sujeito, e não no contexto. Apesar das atribuições que são dadas ao psicólogo escolar em relação as queixas escolares e atendimento individualizado, é necessário que o profissional tenha clareza sobre o seu papel para fazer a defesa por práticas psicológicas contextualizadas que ressignifiquem as intervenções e a compreensão sobre o perfil deste profissional. Com base em produções acadêmicas e na literatura contemporânea da Psicologia

Escolar é necessário subsidiar novos diálogos nos espaços educativos para contribuir de maneira crítica e criativa no processo de desenvolvimento dos atores escolares privilegiando as relações sociais e culturais que constituem o sujeito (MARINHO-ARAUJO et al., 2011; MARINHO-ARAUJO, 2015; SOUZA; SILVA, 2015; MARTÍNEZ, 2017; COSTACURTA, 2017; BRAZ AQUINO et al., 2018; CAVALCANTE; MARINHO-ARAUJO, 2019).

Outras duas atividades que nos convida à reflexão por serem pouco ou nunca realizadas referem-se à *orientação profissional e de carreira e visita domiciliar* que serão discutidas respectivamente. Com a finalidade de conhecer as tendências vocacionais e aptidões dos sujeitos, a história da Orientação Vocacional no Brasil tem sua origem marcada por fortes influências da Psicologia Experimental que se utilizava de testes psicológicos para mapear as características do sujeito, ajustando à carreira e ao trabalho (GUZZO, 2005). Por meio de uma proposta clínica, a vocação profissional como era conhecida antigamente, atribuía à responsabilidade pela escolha ou direcionamento sobre a profissão que deveria seguir ao próprio sujeito, o culpabilizando pela desorientação frente à desajustamento psicológico. Tal cenário proporcionou reflexões sobre os pressupostos epistemológicos e práticos que subsidiavam essa atividade que era considerada como um fato isolado e acabado redirecionando essa ação psicológica para uma proposta multidimensional e sistêmica ao considerar as dimensões socioculturais e históricas deste processo (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009; VIEIRA et al., 2020).

A atual literatura crítica sobre Orientação Profissional compreende que a escolha profissional é um processo consciente, autônomo e relacional que permite a tomada de decisão sobre a carreira por ser o sujeito da sua própria história. Tendo como objetivo o desenvolvimento humano e o autoconhecimento, a Psicologia Escolar propõe à construção de estratégias que corroboram com o processo de conscientização pessoal e social mobilizando conhecimentos intersubjetivos que irão auxiliar na escolha profissional (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009). Esse tipo de ação é comum ser desenvolvida a partir do Ensino Médio ao provocar os estudantes a refletirem sobre seus caminhos profissionais confrontando os sentidos e significados construídos socialmente sobre as profissões. Entretanto, essa prática nem sempre é desenvolvida pelos psicólogos escolares que atuam na rede pública de ensino por compreenderem essa ação a partir da análise e intervenção clínica. A orientação profissional vai para além disso, ao fundamentar seus princípios no desenvolvimento de competências e habilidades que permitem criar espaços de fala e escuta, potencializando ações de protagonismo no que diz respeito à escolha profissional (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009; NEVES et al., 2018).

Por compreender que a orientação profissional deve acontecer dentro dos espaços educativos reconhece-se como estratégia a Intervenção Institucional proposto por Marinho-Araujo e Almeida (2014) que possibilita investigar e evidenciar os conflitos e avanços existentes por meio de quatro dimensões: (a) mapeamento institucional; (b) espaço de escuta psicológica; (c) assessoria ao trabalho coletivo e (d) acompanhamento ao processo de ensino-aprendizagem. A Intervenção Institucional amplia o contexto das intervenções por envolver toda a equipe educacional a (re)conhecer que o sistema educativo contribui de forma significativa na escolha da carreira profissional ao ressignificar histórias de naturalização e desestímulo sobre o futuro dos estudantes rompendo com paradigmas de profissões elitistas para a minoria da população (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2009; MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2014; NEVES et al., 2018; VIERA et al., 2020).

Em relação à visita domiciliar, não é uma ação muito discutida pelos psicólogos, mas que pode acontecer com base em avaliação psicossocial que auxilie a contextualizar os aspectos psicológicos e sociais dos atores escolares. A Psicologia Escolar crítica propõe que o sujeito deve ser compreendido à luz das suas relações sociais e culturais, e a visita domiciliar pode auxiliar ao aproximar o psicólogo do contexto familiar do sujeito para conhecer sua realidade, e refletir sobre estratégias de acolhimento e conscientização a partir do lugar de fala do estudante. Para Guzzo, Moreira e Mezzalana (2011) ao considerar o papel social da Psicologia, o psicólogo escolar não pode ser eximir da responsabilidade de compreender os fenômenos escolares para além dos muros da escola, o que justifica ampliar as informações e saberes acerca dos elementos históricos, sociais, econômicos e culturais dos sujeitos por reconhecer a interdependência com os aspectos escolares. As autoras destacam:

Nesse sentido, a ênfase sobre o papel da escola decorre do reconhecimento de que é nela que as crianças permanecem ao longo de uma parcela muito significativa de suas vidas. Portanto, é dentro da escola que elas expressam todas as experiências que vivenciam fora dela. A história de cada criança, no interior de uma família específica e de uma determinada comunidade é diretamente revelada nas relações que elas estabelecem dentro do âmbito educativo (Guzzo, Moreira e Mezzalana, 2011, pág. 163).

Entretanto, deve-se ter o cuidado para que ações como essa não sejam direcionadas a perspectivas que culpabilizam o ambiente na explicação dos problemas relacionados ao fracasso escolar, mas direcionam para o entendimento das vulnerabilidades individuais e coletivas vivenciadas. Aproximação da família com a escola proporciona ampliação do diálogo sobre o processo de desenvolvimento das crianças afirmando a educação como uma atividade conjunta, escola e família, auxiliando a compreender os nexos entre o que se observa e os elementos ocultos da história dos sujeitos (GUZZO et al., 2018).

As análises realizadas proporcionaram um conjunto de informações sobre os caminhos que vêm sendo construído pelos psicólogos que desenvolvem suas ações nos contextos educativos, evidenciando as barreiras e avanços na consolidação de uma prática psicológica crítica comprometida com ações institucionais, coletivas e políticas na região. No capítulo seguinte, serão apresentadas as considerações finais dessa pesquisa que podem colaborar com as discussões e reflexões sobre a Psicologia Escolar no Maranhão.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com objetivo de conhecer a atuação dos psicólogos no Maranhão frente às demandas escolares, esta pesquisa apresenta contribuições para a Psicologia Escolar no estado a partir da apropriação dos sentidos e significados analisados e discutidos sobre a formação e atuação de psicólogos nos contextos educativos.

A partir da revisão de literatura da área, investigar sobre o psicólogo escolar na rede pública ofereceu a oportunidade de conhecer as concepções e práticas que têm sido desenvolvidas ao evidenciar as escolhas teórico-metodológicas que tem orientado a atuação em Psicologia Escolar no Maranhão. As informações obtidas foram analisadas à luz da Psicologia Escolar crítica e da Psicologia Histórico-Cultural por contemplar os sujeitos a partir da relação dialética com o meio, o que permite uma melhor compreensão do cenário investigado.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as práticas desenvolvidas por psicólogos na rede pública de ensino no Maranhão. Para tanto, orientou-se pelos seguintes objetivos específicos: (a) mapear as ações desenvolvidas por psicólogos escolares que atuam na educação pública; (b) identificar as concepções teórico-metodológicas que fundamentam a atuação em Psicologia Escolar; (c) caracterizar as diretrizes e orientações educacionais das políticas públicas de Educação no Maranhão; (d) elaborar uma proposta de atuação em Psicologia Escolar para atuação na rede pública de ensino.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foram utilizados três instrumentos: questionário sociodemográfico, entrevista virtual e análise documental através da construção de duas categorias de análise: formação e atuação, que revelaram características importantes sobre as práticas desenvolvidas no cenário educacional maranhense. As análises interpretativas da pesquisadora foram articuladas aos objetivos propostos para o estudo e aos referenciais teóricos adotados, como os fundamentos teórico e metodológicos discutidos por Vygotsky (2003; 1982/2004; 1998/2007), permitindo as seguintes conclusões:

1. Os psicólogos que atuam na rede pública de ensino não possuem orientação específica em relação a diretrizes documentais para a realização das suas atividades, baseando-se por vezes, na descrição das funções estabelecidas nos editais de concurso público.
2. A presença do psicólogo escolar na rede pública precisa ser ampliada por meio de concurso para o fortalecimento da categoria em campo fértil de atuação;

3. A realização de atendimentos individualizados dentro de uma perspectiva clínica ainda é muito associada ao papel do psicólogo escolar sendo sempre solicitado para a realização desta demanda;
4. A atuação dos psicólogos escolares na elaboração, discussão e implementação de políticas públicas vem ocorrendo de forma pontual e limitada, o que pode explicar ausência de movimentos de luta destes profissionais diante das demandas do Sistema Brasileiro de Educação;
5. A necessidade de se ampliar os espaços de formação permanente e discussão sobre atuação profissional para além da graduação;
6. Os participantes relataram a urgência em ampliar o quantitativo de psicólogos na rede pública, visando o fortalecimento de ações institucionais e coletivas junto a outros psicólogos escolares e em equipes multidisciplinares;
7. A base teórica que fundamenta a prática profissional de muitos psicólogos advém da análise do comportamento humanismo e outros pressupostos epistemológicos que podem trazer perspectivas antagônicas ao que vem sendo defendido pela Psicologia Escolar crítica;
8. As práticas desenvolvidas consideram ações emergentes como palestras, mapeamento institucional e formação de professores. Em contrapartida, ainda há existência de ações tradicionais, avaliação psicológica e atendimento individualizado, o que traz implicações no campo profissional e na consolidação da identidade dos psicólogos escolares;
9. Os municípios maranhenses têm ampliado de forma gradativa o número de psicólogos na rede pública de ensino, a exemplo de São Luís, Guimarães e Imperatriz sinalizando o alcance das discussões da Psicologia Escolar no Maranhão;
10. Os psicólogos escolares participam pouco da construção de projetos pedagógicos, o que pode sugerir uma atuação descontextualizada em relação às ações da escola.

A partir das discussões e resultados da presente pesquisa com base nas reflexões proporcionadas por pesquisadores da área, são sugeridas algumas proposições para a atuação dos psicólogos escolares da rede pública de ensino no Maranhão, visando à construção de práticas inovadoras que dialoguem com as peculiaridades dos espaços dessa região ao considerar as concepções de ensino e aprendizagem; função sociopolítica da educação pública para o desenvolvimento humano; atuação para a formação de competências individuais e

coletivas; práticas de articulação intersetorial entre outras possibilidades do fazer em Psicologia Escolar maranhense.

- Contribuir junto ao Poder Legislativo municipal no assessoramento para elaboração e efetivação de políticas públicas educacionais visando o engajamento político e social dos psicólogos escolares para a construção de uma sociedade democrática;
- Provocar a equipe escolar por meio de propostas de Formação Continuada em Serviço com foco no desenvolvimento humano para refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem, auxiliando a desconstruir perspectivas patologizantes e psicologizantes;
- Participar na elaboração e implementação dos projetos pedagógicos institucionais na defesa de uma gestão democrática e comprometida com a transformação de todos, convidando professores e alunos a realizarem movimentos de escuta e fala coletiva para dialogar acerca das demandas escolares, sobretudo incentivando o protagonismo estudantil;
- Mobilizar psicólogos escolares na construção e efetivação de fóruns e encontros de formativos por meio do Conselho Regional de Psicologia do Maranhão para discutir sobre o fazer do psicólogo na educação e, como desdobramento, fomentar diretrizes norteadoras das práticas psicológicas, de forma a fortalecer a identidade profissional e a consolidação de competências pelo coletivo.
- Colaborar com os professores e gestores na elaboração de estratégias pedagógicas mais abrangentes para promover redes de aprendizagem colaborativa, comprometendo-se com uma cultura do sucesso ao considerar os currículos e propostas pedagógicas mais flexíveis e adequadas às realidades locais de cada município, os estudantes de comunidades indígenas, quilombolas, de zonas rurais, classes populares, público da educação especial;
- Auxiliar a instrumentalizar os atores escolares acerca das suas funções e responsabilidades por meio da construção de diretrizes internas da escola que articulem as ações pedagógicas visando potencializar a emancipação dos sujeitos envolvidos em cada realidade local;
- Articular ações da escola com movimentos sociais, movimentos de bairros, associações de pais e mestres, sindicato de professores, ONGs educativas para materialização de iniciativas políticas que se somem ao movimento de busca pela ampliação da qualidade da educação pública oferecida pelo governo estadual e municípios.

- Promover encontros científicos por meio da parceria entre o Conselho Regional de Psicologia, Instituições de Ensino Superior de formação em Psicologia e as Secretarias Estadual e Municipais de Educação para divulgação, troca e partilha de conhecimento entre os psicólogos e a comunidade escolar acerca das intervenções exitosas desenvolvidas numa perspectiva crítica de atuação.

Com a intenção de colaborar para o fortalecimento da Psicologia Escolar no Maranhão espera-se, ainda, que os resultados discutidos nesta pesquisa possam fomentar momentos de reflexão sobre a formação inicial e continuada de psicólogos no estado, colaborando para a reorganização de novos desenhos de atuação frente às especificidades de cada contexto. Espera-se que, a partir dessas proposições para atuação e formação, além das já defendidas pela literatura contemporânea em Psicologia Escolar seja possível ampliar os conhecimentos teóricos-conceituais e metodológicos acerca das práticas psicológicas para que se tenha clareza do compromisso assumido com a escola e com os sujeitos escolares, ressignificando os sentidos e significados que atravessam a realidade e a dinâmica destes espaços.

Acerca do que foi apresentado nesse processo investigativo, convém destacar algumas limitações do estudo, entre as quais pode-se destacar: (1) a não realização de observações *in loco* devido ao isolamento social ocasionado pela pandemia da COVID-19, permitindo o contato apenas virtual com os participantes e (2) a ausência da participação dos psicólogos nas duas etapas da pesquisa devido à sobrecarga emocional e trabalhista vivenciada por muitos profissionais no trabalho remoto institucional.

Como implicações deste estudo, recomenda-se a construção de novas pesquisas acadêmicas sobre os possíveis fazeres dos psicólogos escolares frente a realidade educacional do estado afirmando o compromisso político e ético da Psicologia na Educação. Assim, recomenda-se futuras pesquisas sobre a Psicologia Escolar no Maranhão a partir da: (a) discussão sobre atuação de psicólogos escolares na educação básica por seguimento respeitando as especificidades de cada etapa e público-alvo; (b) mapeamento da participação de psicólogos escolares na construção e efetivação de políticas públicas educacionais; (c) ampliação de propostas de formação continuada para psicólogos escolares (projetos de extensão e formação continuada em níveis *Latu Sensu e Scripto Sensu*) para possibilitar o aprimoramento profissional; (d) elaboração de indicadores de competência que poderão compor o perfil do psicólogo escolar frente aos contextos específicos de atuação nos espaços públicos; (e) pesquisas sobre o panorama das produções acadêmicas de psicólogos escolares em eventos científicos locais e nacionais para o fortalecimento e abertura de propostas de atuação.

Por fim, enfatiza-se a necessidade de se promover mais pesquisas para mobilizar maiores discussões acerca do perfil profissional defendido pela Psicologia Escolar crítica na rede pública de ensino, favorecendo a disseminação de propostas de intervenções alicerçadas nos princípios éticos e políticos da Psicologia.

REFERÊNCIAS

AIRES, J.S; SOARES, P. G.; CARVALHO, T.O. **Psicologia Escolar no Maranhão: História, Formação e Atuação.** In: VIII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, Brasília. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, 2011.

AGAPITO, A.P.F. Ensino Superior no Brasil: Expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, nº 32, jul/dez, 2016. Disponível em:<<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064>> Acesso em: 10 abr 2019.

ALBUQUERQUE, J.A. **Concepções de familiares e agentes escolares acerca da relação família-escola: o que a Psicologia Escolar tem a dizer?** Dissertação de mestrado, UFPB, 2017.

ALEXANDRINO, V.C. **Concepções de educadores infantis e psicólogos(as) escolares educacionais sobre o desenvolvimento da comunicação intencional infantil.** Dissertação de mestrado, UFPB, 2017.

ALMEIDA, S.F.C. O psicólogo no cotidiano da escola: re-significando a atuação profissional. In: R.S.L, GUZZO (Org.) **Psicologia Escolar: LDB e educação hoje**. 4.ed. Campinas, SP: Alínea, 2012.

_____. **Psicologia Escolar: Ética e competências na formação e atuação profissional**. Campinas: Alínea, 2003.

ALMEIDA, A.M.S. et al. Identidade e atuação dos psicólogos escolares no contexto de escola pública e particular em São Luís-MA. In: **Colóquio de Psicologia Escolar**, VII, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 10 nov 2020

ALVES, V. S. **Delineando as fronteiras da Psicologia no Instituto Federal do Maranhão: uma análise das vivências das(os) psicólogas(os)**. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2019.

AMORIM, A.S.P. **Relações étnico-raciais e atuação da psicóloga escolar: a urgente necessidade de uma formação para a diversidade**. Monografia, UFMA, 2019.

ANACHE, A.A. O Psicólogo Escolar e o Processo de Escolarização de Pessoas com Deficiência Intelectual. In: MARINHO-ARAUJO, C.M. (Org.) **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. 2ºed. Campinas, SP: Alínea, 2015.

ANTUNES, M.A.M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira da Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, SP, v.12, nº 2, p. 469-475, jul-dez, 2008. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a20pdf>>. Acesso em: 04 ago 2019.

ANDRADA, P.C. et al. A dimensão psicossocial na formação do Psicólogo Escolar Crítico. In: SOUZA, V.L.T. et al. (Orgs). **Psicologia Escolar Crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas**. Campinas, SP: Alínea, 2018.

ARAÚJO, M.A.P. **A psicologia no Maranhão: Percursos históricos**. São Luís: EDUFMA, 2005^a.

_____. Conhecendo a psicologia no Maranhão. **Revista Estudos e pesquisas em psicologia**. UERJ, RJ, 2005b. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v5n1/v5n1a10.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ARINELLI, G.S. **A psicologia escolar no ensino médio público: refletindo sobre trabalho e profissão com adolescentes**. Dissertação de mestrado. PUC-Campinas, 2017.

BALDEZ, S.N.A. **Caracterização da atuação e formação de psicólogos escolares de escolas do Maranhão: um estudo sobre perfil**. (Relatório de PIBIC não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2020.

BARBOSA, R.M. MARINHO-ARAUJO, C.M. Psicologia Escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Revista Estudos de Psicologia**. v. 27, nº 3, p.393-402. Jun-set.2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n3/11.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2018.

BARBOSA, D. R. Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil. In: Congresso de Psicologia, Ciência e Profissão, Universidade de São Paulo, 2012.

BAUCHSPIESS, C. **Psicologia Escolar e Comunidades de Aprendizagem: caminhos para a educação em direitos humanos**. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2019.

BRAZ AQUINO, F.S. et al. Formação continuada de psicólogos escolares na rede pública de ensino: compromisso com práticas transformadoras. In: SOUZA, V.L.T. et al. (Orgs) **Psicologia Escolar Crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

BRAZ AQUINO, F.S. GOMES, A.R. Estágio em Psicologia Escolar: apontamentos sobre a formação e atuação profissional. In: DAZZANI, M.V.; SOUZA, V.L.T. (Orgs). **Psicologia Escolar Crítica: teoria e prática nos contextos educacionais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, LDB 9.394/1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL, Resolução 05/2011. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Brasília, MEC, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 10 jan 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/ Conselho Superior. **Resolução nº 114, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a Política de Assistência ao Educando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. Brasília, DF, 2017. Documento digitalizado.

BRASIL, Parecer CNE 1071/2019. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a Formação de Professores de Psicologia**. Brasília, MEC, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BREJO, Prefeitura Municipal de. **Dados sobre os aspectos históricos, culturais e geográficos de Brejo**. Brejo, 2020.

CACAU, T.P. **O perfil profissional do Psicólogo Escolar do Piauí: subsídios para a formação e atuação em uma perspectiva crítica**. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2019.

CÂMARA, S.S. **Intervenção em Psicologia Escolar na capacitação de docentes para a inclusão de estudantes com TEA.** (Trabalho de Conclusão de Curso não publicada). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2019.

CAMPOS, H.R (Org.). **Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

CAVALCANTE, L.A. **Formação Continuada em Psicologia Escolar: (re) configurando sentidos na prática profissional.** Tese de doutorado. UNB, Brasília, 2019.

CAVALCANTE, L.A. BRAZ AQUINO, F.S. Ações de psicólogos escolares de João Pessoa sobre queixas escolares. **Revista Psicologia em Estudo, Maringá**, v.18 n. 2, p. 353-362, abr-jun 2013. Disponível em: <<http://redalyc.org/pdf/2871/287128992016.pdf>. Acesso em: 4 ago 2019.

CAVALCANTE, L.A. BRAZ AQUINO, F.S.B. Práticas favorecedoras ao contexto escolar: discutindo formação e atuação de psicólogos escolares. **Revista Psico-UFS**, Bragança Paulista, v. 21, n.1, p. 119-130, jan-mar 2019. Disponível em: <[HTTP:// http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712019240110.pdf](http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712019240110.pdf). Acesso em: 4 ago 2019.

CAVALCANTE, L.A. MARINHO-ARAUJO, C.M. A dimensão ética e política da Pesquisa em Psicologia Escolar. **Revista de Psicologia da IMED.** Vol. 11, n. 1, p. 103-119, Jan/Junho, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3018.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

CARDOSO, V.M.L. CAMPOS, F.M.D.S. **O psicólogo escolar e atuação nos NAPNEs do IFMA.** In: Colóquio de Psicologia Escolar, VIII, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 12 nov 2020.

CARVALHO, T.O; MARINHO-ARAÚJO, C.M. Psicologia Escolar no Brasil e Maranhão: percursos históricos e tendências atuais. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).** V.13, Número 1, Janeiro/Junho, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572009000100008>. Acesso em: 08 out.2017.

CARVALHO, T.O.; MARINHO-ARAUJO, C.M. Psicologia Escolar e Orientação Profissional: fortalecendo as convergências. **Revista Brasileira de Orientação Profissional.** Vol. 11, nº. 2, jul/dez, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n2/v11n2a07.pdf>. Acesso em: 31 out 2020.

CAXIAS, Prefeitura Municipal de. **Dados sobre os aspectos históricos, culturais e geográficos de Caxias.** Caxias, 2020.

CELLARD, A. A análise documental. In: J. Poupart, et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTACURTA, J.R. **A psicologia e sua práxis em políticas públicas.** Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, UnB, 2017.

COELHO, H.S. **Análise das tendências de publicações da Psicologia Escolar e Educacional sobre o adolescente e as medidas socioeducativas.** (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2016.

CORRÊA, J.R.A.N. **Psicologia Escolar e educação superior: investigação em uma faculdade de engenharia.** Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, UNB, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Ao psicólogo(o) e a (o) assistente social na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da lei n.º13.935 de 2019.** Brasília: CFP, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA et al. **Subsídios para a regulamentação da Lei nº 13.935/2019 – Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica.** Brasília, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 13/2007 – Institui a consolidação das resoluções relativas ao título de profissional especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.** Brasília, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO. **Relatório de gestão exercício 2019 – CRP-MA/22ª região.** São Luís, MA, 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO. **Relatório de gestão exercício 2018 – CRP-MA/22ª região.** São Luís, MA, 2018.

CUNHA, E.O. DAZZANI, M.V.M. Da repulsa da Escola à diferença: Historicizando raízes, perspectivando saídas. In: **Psicologia Escolar Crítica: Teoria e práticas nos contextos educacionais.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2016.

CUNHA, B. BETINI, G. Psicologia e Educação no contexto das secretarias municipais: algumas contribuições para novas práticas. **Revista Psicologia: ciência e profissão (online)**, v.23, n.3, p. 42-49, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S14149893200300030007>>. Acesso em 10 abr 2019.

CHAER, G. DINIZ, R.R.P. RIBEIRO, E.A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência.** Araxá, v.7, n.7, p. 251-266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: 21 julho 2019.

CHAGAS, J. C. **Atuação da Psicologia Escolar Frente à Patologização e Medicalização da Educação Superior.** Tese de doutorado, UNB, 2018.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CRUCES, A.V.V. Desafios e perspectivas para a Psicologia Escolar com a implantação das Diretrizes Curriculares. In: MARINHO-ARAUJO, C.M. (Org). **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática.** 2º ed. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2015.

CRUCES, A.V.V. MALUF, M.R. Psicólogos recém-formados: oportunidade de trabalho e atuação na área educacional. *In: CAMPOS, H. R. Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas*. 2º ed. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2017.

DAVID, M.M. **Atuação da Psicologia no Instituto Federal de Goiás: concepções e práticas**. Dissertação de Mestrado, UnB, 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 jul 2018.

DESLAURIES, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4ª ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Orgs). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. *Revista Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 643-662, nov. 2014. Disponível em: <[http:// 10.1590/S1414-40772015000300002](http://10.1590/S1414-40772015000300002)>. Acesso em: 1 set 2019.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade fraturada: reflexões sobre o conhecimento e responsabilidade social. **Revista Avaliação**, v.20, n.3, p. 581-601, 2015. Disponível em: <[http:// 10.1590/S1414-40772015000300002](http://10.1590/S1414-40772015000300002)>. Acesso em: 1 set 2019.

DUGNANI, L.A.C. **Psicologia Escolar e as práticas de gestão: um estudo sobre os processos de mudança mediados pela vontade**. Tese de doutorado, PUC- Campinas, 2016.

DUTRA-FREITAS, R.A. **Formação continuada com psicólogos escolares da Ceilândia-DF: potencialidades da pesquisa-intervenção**. Dissertação de mestrado, UnB, 2017.

DUTRA-FREITAS, R.A. MARINHO-ARAUJO, C.M. Inovações metodológicas em Psicologia Escolar: pesquisa-intervenção e formação continuada. *In: SOUZA, V.L.T. et al (Orgs). Psicologia Escolar Crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

DURANS, M.C. **Representações sociais de Psicólogas acerca da Psicologia Escolar: um estudo na grande Ilha de São Luís**. Monografia, UFMA, 2018.

ÉLERES, R.M. et al. Contribuições da Psicologia na educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Maranhão. *In: Colóquio de Psicologia Escolar*, VIII, 2016, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 11 nov 2020

FACCI, M.G.D. SOUZA, M.P.R. O que este menino tem? Contribuições do método instrumental de Vygostky para o processo de avaliação psicológica. *In: GUZZO, R.S.L.; MARINHO-ARAUJO, C.M. Psicologia Escolar: identificando e superando barreiras*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

FANCHINETTI, T.A.; CANDIDO, E.A.P; CARNEIRO, R.U.C. A democratização do acesso à educação superior brasileira. **Revista Brasileira Psico e Educ.** v. 22, nº 1, p. 83-95, jan/jun 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13309>. Acesso em: 10 set 2020.

FAVARIN, R.N. **Queixa Escolar: de que (quem) se trata? Uma proposta de intervenção do Psicólogo Escolar com Coordenadores Pedagógicos.** Dissertação de mestrado. PUC-Campinas, 2018.

FEITOSA, L.R.C. **Psicologia Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia: contribuições para a atuação na Educação Superior.** Tese de doutorado, Universidade de Brasília, UNB, 2017.

FEITOSA, L.R.C. MARINHO-ARAUJO, C.M. Psicologia Escolar e a Educação Profissional e Tecnológica contribuições para a Educação Superior. *In:* DAZZANI, M.V. SOUZA, V.L.T. (Orgs.) **Psicologia Escolar Crítica: teoria e prática nos contextos educacionais.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

FEITOSA, L.R.C. MARINHO-ARAUJO, C.M. O papel do psicólogo na educação profissional e tecnológica: contribuições da Psicologia Escolar. **Revista Estudos em Psicologia.** V.35, n.2, p. 181-191, 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000200007>>. Acesso em 2 set 2019.

FERREIRA, M. A. S. **A atuação da psicologia escolar na educação superior: possibilidades de enfrentamento ao racismo institucional.** Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília 2019.

FERREIRA, F.G. et al. Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar: uma experiência na prática institucional. **Revista de Psicologia da IMED.** vol. 11, n. 1, p. 202-216, Janeiro-Junho, 2019. Disponível em: < <http://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3027>>. Acesso em 5 ago 2020.

FERREIRA, B.O. et al. A Psicologia no IFMA: do percurso histórico à atuação dos psicólogos escolares. *In:* NEGREIROS, F. SOUZA, M.P.R.(Orgs). **Prática em Psicologia Escolar: do técnico ao superior.** Teresina, Edufpi, 2017.

FORTES, E.R.M.S. et al. Atuação de psicólogos em abrigos: contribuição para uma cultura de paz. *In:* **Colóquio de Psicologia Escolar**, VII, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 10 nov 2020.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2013.

FLEITH, D.S. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: desafios para o Psicólogo Escolar. *In:* GUZZO, R.S.L. MARINHO-ARAUJO, C.M.(Orgs) **Psicologia Escolar: Identificando e superando barreiras.** Campinas, SP, Alínea, 2011.

FRASER, M.T.D. GONDIM, S.M.G. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Revista Paidéia.** V.14, nº 28, 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/>. Acesso em 12 maio 2019.

GALVÃO, P. **Psicologia Escolar em organização não governamental: um estudo sobre o perfil profissional**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, UNB, 2014.

GALVÃO, P.; BECKMAN, M. V. R. A Educação Inclusiva no Contexto da Política Nacional da Educação Especial: Atuação e Compromisso da Psicologia Escolar. In: Daniel Carvalho de Matos. (Org.). **Análise do Comportamento Aplicada ao Desenvolvimento Atípico: Ênfase em Autismo**. 1. ed. Porto Velho: AICSA, 2016.

GALVÃO, P.; CARVALHO, T.O.; MATOS, D.C. Psicologia Escolar no Maranhão: História da formação e tendências atuais para atuação. **Revista Psicologia: Ensino e Formação**, v.8, n.1, p.1-16, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=2177-2061&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 17 jun 2019.

GALVÃO, P; MARINHO-ARAUJO, C.M. Psicologia Escolar e Políticas Públicas no Maranhão: História e compromissos atuais. In: SOUZA, V.L.T; AQUINO, F.S.B; GUZZO, R.S.L; MARINHO-ARAUJO, C.M. (Orgs.) **Psicologia Escolar Crítica: Atuações Emancipatórias nas Escolas Públicas**. Campinas, SP; Alínea, 2018.

GALVÃO, P. et al. Pesquisas e atuação em Psicologia Escolar no Maranhão. In: **Colóquio de Psicologia Escolar**, XI, 2019, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 10 nov 2020.

GATTI. B.A. Valorização da docência e avaliação do trabalho docente: o papel da avaliação participativa em um contexto institucional. In: GATTI, B.A. (Org.) **O trabalho docente: Avaliação, valorização e controvérsias**. Campinas, SP. Ed. Autores Associados, 2013.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GUIMARÃES, Prefeitura Municipal de. **Dados sobre os aspectos históricos, culturais e geográficos de Guimarães**. Guimarães, 2020.

GUZZO, R.S.L (Org.). **Psicologia escolar: LDB e educação hoje**. 4º edição. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

GUZZO, R.S.L. Escola amordaçada: compromisso do psicólogo com este contexto. In: MARTÍNEZ, A. M. (Org.). **Psicologia Escolar e Compromisso Social: novos discursos, novas práticas**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2020.

GUZZO, R.S.L. Formação em Psicólogos Escolares no Brasil: dificuldades e perspectivas. In: WECHSLER, S.L (Org.). **Psicologia Escolar: Pesquisa, formação e prática**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

GUZZO, R.S.L. et al. Psicologia Escolar e família: importância da proximidade e do diálogo. In: SOUZA et al (Orgs). **Psicologia Escolar Crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas**. Campinas, SP: Alínea, 2018.

GUZZO, R.S.L. COSTA, A.S. SANT'ANA, I.M. Formando Psicólogos Escolares: Problemas, vulnerabilidades, desafios e horizontes. In: MARINHO-ARAUJO, C.L (Org.). **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, prática e formação**. 2ª ed., Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

GUZZO, R.S.L. MEZZALIRA, A.S.C. 2008 - Ano da educação para os psicólogos: encaminhamentos e próximos passos. In: GUZZO, R.S.L. MARINHO-ARAUJO, C.M. (Orgs.). **Psicologia Escolar: identificando e superando barreiras**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

GUZZO, R.S.L. MEZZALIRA, A.S.C. MOREIRA, A.P.G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 16, nº 2, Julho/Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n2/a16v16n2.pdf>. Acesso em: 18 abril 2019.

GUZZO, R.S.L.; MOREIRA, A.P.G.M. Situação-limite e potência de ação: Atuação preventiva crítica em Psicologia Escolar. **Revista Estudos de Psicologia**, v.21, n.2. abril-jun de 2016. Disponível em: <http://scielo.br/scielo.php.pib=S1413>. Acesso em 26 abr 2019.

GUZZO, R.S.L. MOREIRA, A.P.G. MEZZALIRA, A.S.C. Desafios para o cotidiano do psicólogo dentro da escola: a questão do método. In: DAZZANI, M.V. SOUZA, V.L.T. (Orgs.). **Psicologia Escolar Crítica: Teoria e prática nos contextos educacionais**. Campinas, SP Ed. Alínea, 2016.

GUZZO, R.S.L. MOREIRA, A.P.G. MEZZALIRA, A.S.C. Avaliação Psicossocial: desafios para a prática profissional nos contextos educativos. **Revista avaliação psicológica**, v 10, nº 2, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000200007. Acesso em 31 out 2020.

GUZZO, R.S.L. et al. Práticas promotoras de mudanças no cotidiano da escola pública: Projeto ECOAS. **Revista da Psicologia da IMED**, V.11, nº1, janeiro/julho de 2019. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/2967>. Acesso em: 19 jun 2019.

GUZZO, R.S.L. A escola amordaçada e o compromisso do Psicólogo com este contexto. In: MARTÍNEZ, A.M. **Psicologia Escolar e compromisso social** (Orgs). 4ª ed. Campinas, SP, Ed. Alínea, 2020.

GOMES, L.W. **Psicologia Escolar em ONGS: uma proposta de mediação a partir dos conceitos de Foucault para o desenvolvimento do perfil de educadoras sociais**. (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO/SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-SEDUC. **Plano Estadual de Educação do Maranhão 2014 – 2014**. Maranhão: São Luís, 2014.

GOVERNO DO ESTADP DO MARANHÃO/SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-SEDUC. **Orientações pedagógicas para o ano letivo de 2019**. Maranhão: São Luís, 2019.

HAYASHI, M.C.P.I. GUIMARÃES, V.A.L. A comunicação da ciência em eventos científicos na visão de pesquisadores. **Em questão**, Porto Alegre, v.22, n.3, p.161-183, set/dez, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/63251>. Acesso em: 25 nov 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[http:// https://ibge.gov.br/](http://https://ibge.gov.br/)>. Acesso em: 10 mar 2019.

IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal de. **Edital do concurso público**. Imperatriz, Fundação Sôsândrade, 2019.

IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal de. **Dados sobre os aspectos históricos, culturais e geográficos de Imperatriz**. Imperatriz, 2020.

JAGER, M.E.; PATIAS, N.D. Identidade do psicólogo escolar e educacional: reflexões com base na supervisão de estágio. In: MARINHO-ARAUJO, C.M. TEIXEIRA, A.M.B.(Orgs). **Práticas exitosas em Psicologia Escolar Crítica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2020.

JESUS, J.S. **Sala de recuperação como espaço de desenvolvimento: contribuições da Psicologia Escolar**. Dissertação de mestrado. PUC-Campinas, 2015.

KRIPKA, R.M. SCHELLER, M. BONOTTO, D.L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceito e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá, v.14, nº 2, jul-dez, 2015. Disponível em: <http://dondelopublico.com/ficha/0124-793x>. Acesso em: 22 julho 2019.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Didática e epistemologia: para além do embate entre a didática e as didáticas específicas**. In: VEIGA, I. P. A. e D'ÁVILA, C. (Orgs.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

LIBÂNEO, L.C. **Práticas exitosas em Psicologia Escolar: Indicadores da atuação na cultura do sucesso escolar**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LIMA, T.F.C.et al. Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar: um relato de experiência no IFMA. In: **Colóquio de Psicologia Escolar**, VIII, 2016, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 11 nov 2020

LIMA, A.O.M.N. Breve histórico da Psicologia Escolar no Brasil. **Revista Psicologia Argumento**, Curitiba, v.23, n.42, p.17-23, jul-set, 2005. Disponível em:<<http://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19637>. Acesso em: 04 ago 2019.

LUDKE, M. ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, C.M.F. **Psicologia Escolar e patologização da educação: concepções e possibilidades e atuação**. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2017.

MADUREIRA, A.F.A.; BRANCO, A. U. **A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas**. Temas em Psicologia da SBP, 2001.

MAGALHÃES, Y.C. Matrizes de referência em uma IES do Maranhão: interface entre currículo do curso, disciplina e avaliação da aprendizagem. In: **Colóquio de Psicologia Escolar**, VIII, 2016, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 11 nov 2020

MARINHO-ARAUJO, C.M; ALMEIDA, S.F.C. **Psicologia Escolar: Construção e consolidação da identidade profissional**. Campinas, SP: Alínea, 2014.

MARINHO-ARAUJO, C.M; ALMEIDA, S.F.C. Mudanças e perspectivas na educação superior: estudos no Brasil e em Portugal. **Educação: teoria e prática**, v.30, n. 63, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/14708>. Acesso em: 14 nov 2020.

MARINHO-ARAUJO, C.M. **Psicologia Escolar e o desenvolvimento de competências: uma opção para a capacitação continuada**. (Tese de doutorado não publicada). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MARINHO-ARAUJO, C.M. Psicologia Escolar: pesquisa e intervenção. Em aberto, v.23, n.83, p. 17-35, 2010. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2249/2216>. Acesso em: 2 ago 2019

MARINHO-ARAUJO, C. M. et al. Psicologia Escolar no Distrito Federal: história e compromisso com políticas públicas. In: GUZZO, R.S.L. MARINHO-ARAUJO, C.M. (Orgs). **Psicologia Escolar: identificando e superando barreiras**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MARINHO-ARAUJO, C.M. Intervenção institucional: Ampliação crítica e política da atuação em Psicologia Escolar. In: GUZZO, R.S.L. (Org.). **Psicologia Escolar: Desafios e bastidores na Educação Pública**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

MARINHO-ARAUJO, C.M. Psicologia escolar na educação superior: novos cenários de intervenção e pesquisa. In: MARINHO-ARAUJO, C.M.(Org). **Psicologia Escolar: Novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. 2º ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

MARINHO-ARAUJO, C.M. **Psicologia Escolar para todos: a opção pela intervenção institucional**. Psicologia, educação e cultura, v. XIX, nº 1, p,147-164, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/386885975/6-Psicologia-Escolar-para-todos-a-opcao-pela-intervencao-institucional-pdf>. Acesso em: 2 set 2020.

MARINHO-ARAUJO, C.M. Perspectiva Histórico-cultural do desenvolvimento humano: fundamentos para atuação em Psicologia Escolar. In: DAZZANI, M.V. M.; SOUZA, T.V.L.(Orgs). **Psicologia Escolar crítica: teoria e prática nos contextos educacionais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

MARINHO-ARAUJO, C.M. A psicologia escolar nas diretrizes curriculares: espaços criados, desafios instalados. In: CAMPOS, H.C.(Org) **Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas**. 2ª ed., Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

MARINHO-ARAUJO, C.M.; NEVES, M.M.B.J. Psicologia Escolar: perspectivas e compromissos na formação continuada. In: CAMPOS, H.C.M. (Org). **Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

MARTÍNEZ, A. M. O psicólogo escolar e os processos de implantação de políticas públicas: Atuação e formação. In: CAMPOS, H.C. (Org.). **Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

MARTÍNEZ, A.M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em Aberto**, v.23, n 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO_QuePodeFazer.pdf. Acesso em: 01 set 2020.

MARTÍNEZ, A.M. Inclusão escolar: desafios para o psicólogo escolar. In: MARTÍNEZ, A.M.(Org.) **Psicologia Escolar e compromisso social**. 4ª ed. Campinas: SP: Editora Alínea, 2020.

MARTINS, A.L. et al. Abrigo: a psicologia como possibilidade de ressignificação. In: **Colóquio de Psicologia Escolar, VII**, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 10 nov 2020

MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, v.30, n.2, p.289-300, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>>. Acesso em: 20 fev 2019.

MARTÍN-BARO, I. O papel do Psicólogo. **Revista Estudos de Psicologia**, v.2, n.1 p.7-27, 1996. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 01 set 2019.

MARTINS, A.L.et al. Abrigo: a psicologia como possibilidade de ressignificação. In: **Colóquio de Psicologia Escolar, VII**, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 10 nov 2020

MATOS, C. de Araújo. **O desenvolvimento subjetivo do psicólogo escolar: reflexões sobre o processo de atuação e formação profissional**. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2019.

MEDEIROS, L. G., & AQUINO, F. S. B. **Atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino: concepções e práticas**. Psicologia Argumento, 2011.

MENDES, A.C.M. **Oficina lúdica e mediação estética na formação continuada de psicólogos escolares**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, UNB, 2011.

MENDES, M.F.B. et al. Um estudo sobre a atuação de psicólogos nas escolas públicas de São Luís-MA. In: **Colóquio de Psicologia Escolar, VII**, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 10 nov 2020.

MENDONÇA, E.A. **A educação maranhense a partir do olhar da imprensa: aspectos relevantes à psicologia escolar**. In: Colóquio de Psicologia Escolar, VIII, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 12 nov 2020

MELO, E.P. **Mapeamento do trabalho do psicólogo escolar no campo da inclusão e suas concepções de atuação**. (Relatório de PIBIC não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2019.

MELO, W.V. BIANCHI, C.S. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e tecnologia**. Curitiba, PR. V.8, n.3, 2015. Disponível em: <http://periodicos.utfpr.edu.br/rbect>. Acesso em: 21 jul2019.

MIRANDA, I.C.P.C. **Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia Educacional e Escolar no Maranhão**. (Relatório de PIBIC não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2019.

MIRANDA, I.C.P.C. **O fazer do psicólogo escolar na inclusão de crianças com autismo**. (Monografia não publicada). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2019.

MOREIRA, A.P.G. **Situação-limite e potência de ação: atuação preventiva crítica em Psicologia Escolar**. Tese de doutorado. PUC- Campinas, 2015.

MOREIRA, A.P.G. GUZZO, R.S.L. O psicólogo na escola: um trabalho invisível? **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, 2014. Disponível em: <http://pepisc.brisalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1.pdf>. Acesso em: 20 jun 2019.

MUNIZ, M.A. GALVÃO, P; Estudante com deficiência do Instituto Federal do Maranhão: um estudo preliminar. In: **Colóquio de Psicologia Escolar, XI**, 2019, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 11 nov 2020

NETO, W.M.F.S. GUZZO, R.S.L. MOREIRA, A.P.G. Estagiários de Psicologia na Escola: o que os bastidores revelam para a formação profissional. In: GUZZO, R. S. L. **Psicologia Escolar: desafios e bastidores na Educação pública**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

NEVES, M.A.P.N. et al. Psicologia Escolar no Ensino Médio: reflexões sobre o trabalho e profissão. In: SOUZA, V.L.T. et al (Orgs). **Psicologia Escolar Crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

NEVES, M.A.P. **Psicologia Escolar e Música: mobilizando afetos e promovendo vivências na classe de recuperação**. Dissertação de mestrado, PUC – Campinas, 2015.

NEVES, M.M.B.J. Queixas escolares: conceituação, discussão e modelo de atuação. In: GUZZO, R.S.L. MARINHO-ARAUJO, C.M. (Orgs.) **Psicologia Escolar: Identificado e superando barreiras**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

NEVES, M.M.B.J. A atuação dos Psicólogos Escolares no Distrito Federal. In: MARINHO-ARAUJO, C.M.(Org.). **Psicologia Escolar: Novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. 2ª edição, Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

NEVES, M.M.B.J. Formação Inicial em Psicologia Escolar: Questões apontadas por alunos de graduação. In: CAMPOS, H.R. (Org.). **Formação em Psicologia Escolar: Realidades e perspectivas**. 2ª edição, Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

NOVAES, M.H. Perspectiva para o Futuro da Psicologia Escolar. In: WECHSLER, S.L (Org.). **Psicologia Escolar: Pesquisa, formação e prática** Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

NUNES, L.V. **Indicadores do perfil profissional do psicólogo escolar das equipes especializadas de apoio à aprendizagem da Secretaria de Educação do DF**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, UNB, 2016.

OLIVEIRA, C.B.E. **Atuação da Psicologia Escolar na Educação Superior: proposta para os serviços de Psicologia**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Unb, 2011.

OLIVEIRA, B.C. RAMOS, V.R.L. SOUZA, V.L.T. Parceria crítica: possibilidades de atuação em Psicologia Escolar. In: MARINHO-ARAUJO, C.M. TEIXEIRA, A.M.B.(Orgs). **Práticas exitosas em Psicologia Escolar Crítica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2020.

PAÇO DO LUMIAR, Prefeitura Municipal de. **Dados sobre os aspectos históricos, culturais e geográficos de Paço do Lumiar**. Paço do Lumiar, 2020.

PAULA, L.D. **Diversidade e Desconstrução de Preconceitos: Estudo de Práticas Decorrentes de Projeto em Escola Pública do DF**. Dissertação de Mestrado. UNB, 2019.

PENNA-MOREIRA, P.C.B. **A psicologia escolar na rede pública de ensino do Distrito Federal: um estudo sobre as equipes de atendimento/apoio à aprendizagem do Plano Piloto**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, UNB, 2007.

PETRONI, A.P. **Psicologia Escolar e arte: possibilidades e limites da atuação do psicólogo na promoção da ampliação da consciência de gestores**. Tese de doutorado, 2013.

PEREIRA, M.R.S ALCÂNTARA JR., J.O. **A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano**. Cad. Metropolitano., São Paulo, v. 19, n. 40, p. 977-998, set/dez 2017 Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4012>. Acesso em 21 abril 2019.

POSSATTO, J.M. **Práticas inovadoras em contextos educativos: subsídios para a atuação do psicólogo escolar**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2019.

POSSATTO, J. D. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M. Práticas exitosas em Psicologia Escolar: reflexões iniciais. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, n. 14, p. 178-181, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6348910>. Acesso em: 21 jul 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. **Lei Ordinária nº 1.794/2019. Dispõe sobre a reestruturação e redimensionamento para o provimento de cargo efetivo, e dá outras providências.** Imperatriz, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR/SECRETARIA MUNICIPAL D EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação de Paço do Lumiar 2014 -2023.** Paço do Lumiar, 2014.

RIBEIRO, C.G. **A contribuição dos cursos de Psicologia na formação de psicólogos escolares no Maranhão: Uma análise documental** (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma: São Luís, 2015.

RIBEIRO, C.G. GALVÃO, P; **A contribuição dos cursos de Psicologia na formação de psicólogos escolares no Maranhão: uma análise curricular.**

RONDINELLI, R. C. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária.** Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2011.

RODRIGUES, L.F. **Concepções e práticas de professores, educadores e psicólogos escolares frente ao processo de transição escolar.** Dissertação de mestrado, UFPB, 2018.

RODRIGUES, L.G. **O psicólogo escolar e coordenador pedagógico: uma parceria necessária.** Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, UNB, 2011.

ROSÁRIO, Prefeitura Municipal de. **Dados sobre os aspectos históricos, culturais e geográficos de Rosário.** Rosário, 2020.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: Redução nas desigualdades de acesso? **Revista Tempo Social** v. 30, n.2, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n2/1809-4554-ts-30-02-219.pdf>. Acesso em 09 maio 2019.

SANTOS, J.J.J.S. et al. **Entre o desconhecimento e as potencialidades: a percepção dos coordenadores sobre à atuação dos psicólogos escolas nos cursinhos pré-vestibulares de São Luís-MA.** In: Colóquio de Psicologia Escolar, VIII, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 12 nov 2020.

SANTOS, M.L. **Conhecer a atuação de um psicólogo escolar frente as dificuldades de aprendizagem.** Monografia, CEUMA, 2015.

SANTANA, I.M. GUZZO, R.S.L. O psicólogo escolar e o projeto político pedagógico da escola: diálogos e possibilidades de atuação. In: GUZZO, R.S.L. **Psicologia Escolar: desafios e bastidores na educação pública.** Campinas, SP: Alínea, 2014.

SIEBERT, A.G. **As concepções e práticas de Psicólogos Escolares e Clínicos referentes ao processo de ensino aprendizagem de crianças diagnosticadas com TDAH.** Dissertação de mestrado. UNB, 2017.

SILVA, E. P. **Contribuições do Pe. João Mohana para a disseminação da Psicologia no Maranhão.** (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma: São Luís, 2019.

SILVA, J.A.; GROppo, L.A. **Estudantes do Ensino Médio, o ENEM e a Covid-19.** Maio de 2020. Disponível em: <https://anped.org.br/news/estudantes-do-ensino-medio-o-enem-e-covid-19-colaboracao-de-texto>. Acesso em: 12 ago 2020.

SILVA, L.A.S. **História, diretrizes, avanços e desafios na Psicologia Escolar no Distrito Federal: as vozes dos psicólogos escolares das equipes especializadas de apoio à aprendizagem de Ceilândia.** Dissertação de mestrado, UNB, 2015.

SILVA, M.A.P. **Trabalho e juventude: Psicologia Escolar na escola pública.** Tese de doutorado. PUC-Campinas, 2015.

SILVA, M.C.R. **Fracasso escolar no contexto das medidas socioeducativas: análise documental sobre a atuação do psicólogo do CRAS junto à escola.** (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma: São Luís, 2016.

SILVA NETO, W.M.F. **Supervisão de estágio em Psicologia Escolar: contribuições da Psicologia Crítica à formação e à prática do supervisor.** Tese de doutorado. PUC-Campinas, 2014.

SOARES, P. G. **Psicologia Escolar e o desenvolvimento adulto: um estudo sobre o perfil das educadoras sociais em uma ONG de São Luís - MA.** Dissertação de mestrado, UNB, 2008.

SOARES, P.G. **Dialogando sobre os fazeres do psicólogo no Maranhão.** Seminário Compromisso com a profissão. São Luís, CRP-MA, 2015.

SOARES, P.G; SILVA, A.C.P.C. Desenvolvimento psicossocial em ONG e o compromisso social da Psicologia. In: **Colóquio de Psicologia Escolar**, VII, 2015, Brasília. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.psicologiaescolar.net/anais>. Acesso em: 10 nov 2020.

SOUSA, T.F.A.B. **Desdobramentos da teoria ABA na intervenção em Psicologia Escolar para inclusão de crianças com autismo: um estudo de caso.** Monografia, CEUMA, 2017.

SOUZA, J.U.P. LIMA, F.C.S. Planejamento educacional no estado do Maranhão: análise das propostas para a educação básica do programa de governo de Roseana Sarney. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.28, nº 2, p. 455- 477, maio/ago de 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/37416>. Acesso em: 20 ago 2020.

SOUZA, M. P. R. **A atuação do psicólogo na rede pública de educação: concepções, práticas e desafios.** Tese de livre docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

SOUZA, M.P.R. Reflexões a respeito da atuação do psicólogo no campo da Psicologia Escolar/Educacional em uma perspectiva crítica. In: CAMPOS, H.R (Org.). **Formação em Psicologia Escolar: Realidades e perspectivas**, 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2017.

SOUZA, M.P.R. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em Aberto**, DF, v.23, nº 83, 2010. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2255/2222>. Acesso em: 10 abr 2019.

SOUZA, M.P.R. et al. Psicólogos em secretarias de educação paulistas: concepções e práticas. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v.20, nº 3, setembro/dezembro, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201502031058>. Acesso em: 18 abril 2019.

SOUZA, M.P.R.; SILVA, S.M.C. A atuação do psicólogo na rede pública de Educação frente à demanda escolar: concepções, práticas e inovações. In: **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. 2º ed. Campinas, SP: Alínea, 2015.

SOUZA, T.F.A.B. **Desdobramentos da Terapia ABA na intervenção em psicologia escolar para inclusão de crianças com autismo: um estudo de caso**. (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2017.

TIZZEI, R.P. **Formação em Psicologia Escolar: perspectiva crítica na ênfase para o campo educativo**. Tese de doutorado. PUC-Campinas, 2014.

TOURINHO, M.A.C. MOTA, D.G. As normalistas no início do século XX em São Luís do Maranhão: ações e mobilizações estudantis. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.5, nº1, jan/jun, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoeemancipacao/article/download/5359/3251>. Acessado em: 11 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital nº 51/2017 para seleção do curso de Mestrado Acadêmico em Psicologia**. UFMA, São Luís, MA, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital nº 24/2018 para seleção do curso de Mestrado Acadêmico em Psicologia**. UFMA, São Luís, MA, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital nº 73/2019 para seleção do curso de Mestrado Acadêmico em Psicologia**. UFMA, São Luís, MA, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão**. UFMA, São Luís, MA, 2014.

URBANO SANTOS, Prefeitura Municipal de. **Dados sobre os aspectos históricos, culturais e geográficos de Urbano Santos**. Urbano Santos, 2020.

VECTORE, C. MAIMONI, E.H. A formação do Psicólogo Escolar e a atuação em Instituições Infantis: Da história às práticas atuais. In: CAMPOS, H.R (Org.). **Formação em Psicologia Escolar: Realidades e perspectivas**. 2ª edição, Campinas, SP: Alínea, 2017.

VEIGA, I. P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2005.

VIEGAS, L.S. **A atuação do psicólogo escolar na rede pública baiana de educação frente à demanda escolar: concepções, práticas e inovações.** Revista Estudos IAT, Salvador, v.2, nº1 p. 1-21, jan./jun., 2012. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/viewFile/37/82>. Acessado em: 27 mar 2021.

VIANA, M.N. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. In: VIANA, M.N. FRANCISCHINI, R. (Orgs). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2016.

VIANA, O.W.R. **Psicologia Escolar e mediação estética: um estudo sobre interações e concepções de crianças típicas sobre a inclusão de uma criança com TEA.** (Trabalho de Conclusão de Curso não publicado). Departamento de Psicologia, Universidade Ceuma, 2019.

VIEIRA, N.M.et al. Orientação profissional: talento ou rede de significações? In: MARINHO-ARAÚJO, C.M.; TEIXEIRA, A.M.B. (Orgs). **Práticas exitosas em Psicologia Escolar Crítica.** Campinas, SP: Alínea, 2020.

VYGOSTKY. **Pensamento e linguagem.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003

VYGOSTKY. **Teoria e método em psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1982/2004.

VYGOSTKY. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998/2007.

APÊNDICE A– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA****CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH****DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGSI) – MESTRADO ACADÊMICO****PESQUISA:** Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão.**PESQUISADORA:** Camila Gonçalves Ribeiro**Prof.^a ORIENTADORA:** Dra. Pollianna Galvão Soares de Matos**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante, este é um convite para a vossa participação na pesquisa intitulada: **“Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão”** que tem o intuito de contribuir na ampliação dos conhecimentos e informações acerca da Psicologia Escolar no Maranhão com o objetivo de conhecer as práticas desenvolvidas por psicólogos escolares na rede pública de ensino do Maranhão.

Caso aceite participar desta pesquisa, informa-se que a construção das informações contemplará a aplicação de questionários, visita institucional e entrevistas, sendo estritamente confidencial, lhe assegurando total sigilo sobre sua participação. Destaca-se que os dados coletados servirão de insumos para produtos de natureza científica (dissertação, artigos científicos, publicações eletrônicas dentre outras), assegurando seu anonimato nas publicações desdobradas da pesquisa.

Ressalta-se que todos os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, estando este em conformidade às Diretrizes Éticas de Pesquisa com Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde - CNS nº 466/12 e nº 510/16. Deste modo, os procedimentos adotados na construção das informações nesta pesquisa não implicarão em riscos à sua imagem, integridade física, psicológica ou dignidade humana, contudo caso o participante não se sinta à vontade para participar da pesquisa, o mesmo pode se retirar a qualquer momento, sem prejuízo pessoal e profissional ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Você receberá uma via deste termo, assinada por ambas as partes, constando o telefone e o endereço do pesquisador principal desta pesquisa, para quaisquer dúvida ou esclarecimentos que venha a ter sobre o projeto de pesquisa, sua participação, agora ou em momentos posteriores.

Contato da pesquisadora: Camila Gonçalves Ribeiro

E-mail: camilagori@hotmail.com

Telefone para contato: (98)98185-7870 ou (98) 98864-1659

_____, ____/____/____

Assinatura do participante

Camila Gonçalves Ribeiro

Pesquisadora responsável

CRP 22/02008

APÊNDICE B–CARTA DE ACEITAÇÃO INSTITUCIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO -UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI) – MESTRADO
ACADÊMICO

OFÍCIO Nº**São Luís, 15 de maio de 2019**

Ilustríssimo Senhor

Secretário Municipal de Educação de _____

CARTA DE ACEITAÇÃO INSTITUCIONAL

Nos últimos anos, a área da Psicologia Escolar tem ampliado às discussões à nível nacional e local, sobre a atuação de psicólogos na educação. Estudos recentes apontam uma diversidade de concepções e práticas desenvolvidas por psicólogos na rede pública de ensino no Maranhão, proporcionado à construção de novas frentes de trabalho e de consolidação profissional da Psicologia na educação.

A Psicologia Escolar no Maranhão tem sido palco de inúmeras pesquisas que buscam o fortalecimento deste espaço de atuação frente às reais demandas regionais, ocupando diversos contextos, como ONG's, escolas de educação básica, cursinhos pré-vestibulares, educação especial, ensino superior e secretarias de educação. Diante desse cenário, pretende-se realizar a pesquisa: “Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão”, por meio do Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, sob orientação da Prof.^a Dra. Pollianna Galvão Soares de Matos.

O objetivo geral é conhecer as práticas desenvolvidas por psicólogos escolares que atuam na rede pública de ensino no Maranhão, visando conhecer as características de atuação e indicadores do perfil profissional. Solicitamos autorização para a realização de entrevistas com os psicólogos desta rede de ensino. Consideramos que este trabalho fornecerá dados sobre

a atuação de psicólogos a partir da análise das práticas que estão sendo desenvolvidas dentro das equipes multiprofissionais, e que permitirá a discussão sobre as possibilidades e desafios do exercício profissional vivenciados nas atividades laborais. Informamos que os resultados desta pesquisa, serão divulgados em publicações e eventos, sendo resguardada a identidade dos participantes.

Qualquer dúvida ou esclarecimento pode ser realizado com a pesquisadora Camila Gonçalves Ribeiro no e-mail: camilagori@hotmail.com ou com a orientadora desta pesquisa, a professora Dra. Pollianna Galvão Soares de Matos no e-mail: polliannagalvao@yahoo.com.br

Desde já, agradecemos a atenção e colaboração.

Dra. Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa

Coord. Do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMA

Dra. Pollianna Galvão Soares de Matos

Prof.^a Colaborada do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMA

Camila Gonçalves Ribeiro

Psicóloga e Mestranda em Psicologia da UFMA

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO -UFMA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI) – MESTRADO ACADÊMICO

PESQUISA: Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão.

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Prezado (a) psicólogo (a),

Você está convidado (a) a participar de uma pesquisa sobre atuação de psicólogos (as) na rede pública de ensino no Maranhão, desenvolvida na Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Este questionário é um instrumento de coleta de dados que tem o objetivo de obter informações sobre sua inserção e atuação no ensino público.

Conhecer a realidade dos psicólogos escolares e educacionais da nossa região também fornecerá subsídios para que o Conselho Regional de Psicologia (CRP-MA) consiga prover ações mais próximas à nossa realidade, visando apoiar à categoria profissional em suas necessidades e ampliação dos campos de trabalho.

Você não é obrigado a se identificar. Sinta-se à vontade para expor suas dificuldades ou dúvidas, pois estes dados serão importantes para avaliação posterior.

Agradecemos sua colaboração!

INFORMAÇÃO PRELIMINARES:

Sexo: () Feminino () Masculino

Cidade em que atua: _____

FORMAÇÃO

Natureza da IES de formação: () Pública () Privada

Tempo de formação:

- ☐ Até 5 anos;
- ☐ maior que 5 anos até 10 anos;
- ☐ maior que 10 anos até 15 anos;
- ☐ maior que 15 anos até 20 anos;
- ☐ maior que 25 anos;

Cursou disciplinas na área da Psicologia Escolar: ☐ Sim ☐ Não

Fez estágio curricular na área da Psicologia Escolar: ☐ Sim ☐ Não

Participou de eventos científicos na área da Psicologia Escolar: ☐ Sim ☐ Não

Possui alguma formação complementar concluída (Lato Sensu ou Scrito Sensu) em Psicologia Escolar?

- ☐ Especialização Lato Sensu
- ☐ Mestrado Profissional
- ☐ Mestrado Acadêmico
- ☐ Doutorado

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Qual tipo de vínculo você possui com a rede de ensino?

- ☐ Efetivo ☐ Contratado ☐ Cargo Comissionado

Qual tipo de órgão você atua?

- ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal

Há quanto tempo você atua na rede pública de ensino?

- ☐ até 5 anos ☐ entre 5 à 10 anos ☐ acima de 10 anos

Qual sua carga horária de trabalho?

() 24 horas () 30 horas () 40 horas

A equipe da qual você faz parte atende quais segmentos?

() Educação Infantil () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino técnico

Você trabalha com outros psicólogos?

() Sim () Não

A rede de ensino disponibiliza algum documento que especifique suas atribuições?

() Sim () Não

Você participou ou participa de algum treinamento oferecido pela rede de ensino em específico para psicólogo?

() Sim () Não

Quais as bases teóricas da Psicologia que você utiliza na sua atuação?

Quais ações você realiza na rede pública de ensino? (Cada um dos itens deve ser respondido em uma escala de cinco pontos, que varia de “(1) nunca realizo” até “(4) sempre realizo”. Você pode marcar mais de uma opção e, ainda, acrescentar sua resposta na opção “outras atividades”).

Ações	(1) Nunca realizo	(2) Pouco realizo	(3) Realizo com certa frequência	(4) Sempre realizo
Participação em projetos pedagógicos				
Atendimento individualizado aos docentes				
Ações de assessoria à gestão institucional				
Mapeamento Institucional				
Orientação ao trabalho docente				
Palestras institucionais				
Visita domiciliar aos discentes				

Formação continuada de professores				
Atuação junto à família				
Participação na elaboração Projeto Político-Pedagógico				
Avaliação psicológica de estudantes				
Participação na elaboração de políticas públicas educacionais				
Atuação junto à comunidade				
Atuações relativas às queixas escolares				
Avaliação de clima de sala de aula				
Acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, com foco no desempenho acadêmico do estudante)				
Ações e projetos relativos à Educação Especial e práticas de inclusão escolar				
Orientação psicopedagógica				
Orientação profissional e para a carreira				
Atendimentos individuais aos estudantes				
Ações que visem encaminhamento dos estudantes a especialistas de fora da instituição				

Na sua concepção, quais as maiores dificuldades encontradas em sua prática profissional?

- () Intervenção junto aos estudantes e familiares;
- () Intervenção junto à equipe pedagógica;
- () Ausência de equipe multidisciplinar;
- () Ausência de documento norteador acerca das ações do Psicólogo Escolar;
- () Desconstrução de prática clínicas no ambiente institucional;
- () Realização de ações institucionais preventivas;
- () Ausência de outros psicólogos escolares na rede de ensino;
- () Indefinição quanto ao seu papel e as suas atribuições;

APÊNDICE D – ANÁLISE DOCUMENTAL



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI) – MESTRADO ACADÊMICO

PESQUISA: Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão.

ANÁLISE DOCUMENTAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- Natureza do documento (Tipo de documento);
- Título da fonte documental;
- Ano de publicação;
- Objetivo do documento;
- Público-alvo do documento.

ANÁLISE DOCUMENTAL		
Documento analisado	Informações relevantes (parágrafo e paginação)	Observações da pesquisadora

APÊNDICE D- ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO -UFMA****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI) – MESTRADO ACADÊMICO**

PESQUISA: Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Você considera que a sua formação inicial em psicologia te preparou para atuar de forma segura no seu atual contexto de trabalho? Se sim em quais aspectos? (exemplo: disciplinas, pesquisas e extensão)
- 2) Na sua percepção quais temáticas deveriam compor a estrutura curricular dos cursos de psicologia na perspectiva de auxiliar os psicólogos atuarem nos contextos educacionais? (exemplos de temáticas inclusão, diversidade e relações étnico-raciais)
- 3) Você atualmente realiza algum curso de pós-graduação (Lato Sensu ou Stricto Sensu) ou algum curso complementar que você avalia te auxiliar?
- 4) Quais as principais atividades que você desenvolve na educação básica como exemplo o público-alvo metodologia instrumento de intervenção?
- 5) Você concorda com todas as atividades que são demandadas a você?
- 6) Elenque um aspecto positivo de seu trabalho como psicólogo escolar e um aspecto que você considera desafiador:

ANEXOS

ANEXO A – RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 06/2019



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEMED

Paço do Lumiar (MA), 31 de maio de 2019.

A
Sr.^a Camila Gonçalves Ribeiro
Orientanda do Projeto de Pesquisa de Mestrado intitulado: *“Atuação de psicólogos escolares nas Secretarias de Educação da Ilha de São Luís/MA: possibilidades e desafios”*

Assunto: **Resposta ao ofício Nº 06/2019**

Prezada Senhora,

A partir das informações contidas na solicitação via ofício autoriza-se a realização de entrevistas e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela psicóloga da rede de ensino do Município de Paço de Lumiar. A profissional se coloca à disposição para ajudar no que for preciso para o desenvolvimento da pesquisa acima citada, já que se acredita na importância da parceria entre academia e o serviço público para avanço das atividades acadêmicas e desenvolvimento de melhores práticas no fornecimento do serviço de psicologia em uma rede de ensino.

Atualmente a Secretaria de Educação de Paço de Lumiar conta com duas psicólogas concursadas ligadas ao setor de Divisão de Atendimento Educacional Multiprofissional (DAEM), setor esse composto por duas psicopedagogas, duas psicólogas e uma assistente social, todas com vínculo efetivo com a administração pública. No entanto, atualmente uma das psicólogas encontra-se de licença para tratar interesses pessoais, portanto em plena atividade está apenas uma profissional da Psicologia.

É importante ressaltar que no município existem dois setores que ofertam atendimento educacional diretamente às escolas, DAEM – setor que a profissional de Psicologia atua – e a Divisão de Atendimento Educacional Especializado (DAEE), que atualmente está sem Psicólogo em função da saída da profissional que atendia esse público.

A DAEE atende o público com suspeita ou diagnóstico de qualquer deficiência. A DAEM atende o público que não possui deficiências, mas possuem dificuldades de aprendizagens e comportamentais dando o suporte ao corpo docente, coordenadores, gestores e pais caso seja necessário nas intervenções planejadas.

Avenida 13, Quadra 142, nº 05 - Maiobão, CEP: 65137-000
Paço do Lumiar – MA.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A rede municipal de Paço de Lumiar atualmente conta com 75 escolas. E um total de 20388 alunos matriculados na rede distribuídos como mostram as tabelas abaixo:

Educação Infantil		
Modalidade	Turmas	Alunos
Creche	134	1932
Infantil I	75	1398
Infantil II	69	1247
TOTAL	278	4577
Anos Iniciais		
Modalidade	Turmas	Alunos
1º ano	83	1767
2º ano	78	1777
3º ano	80	1931
4º ano	77	1928
5º ano	71	1887
TOTAL	389	9290
Anos Finais		
Modalidade	Turmas	Alunos
6º ano	58	1816
7º ano	61	1801
8º ano	52	1537
9º ano	47	1367
TOTAL	218	6521

Essas informações foram coletadas no Recursos Humanos da Secretaria de Educação e são os dados mais atualizados até o momento.

Colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Paço do Lumiar, 31 de maio de 2019.

Juliana Benigno Moreira Alves

Juliana Benigno Moreira Alves
Psicóloga da SEMED/Paço do Lumiar

Hayla Francisca Ferreira Viana

Hayla Viana
Coordenadora Pedagógica da Semed

Avenida 13, Quadra 142, nº 05 - Maiobão, CEP: 65137-000
Paço do Lumiar - MA.